

## CGTP esclarece e organiza imigrantes no Algarve



# Revolta de Leste

Russos, moldavos e romenos, em maior número do que africanos ou brasileiros, denunciaram em Portimão casos de exploração e de burla, afirmaram que querem legalizar-se e ter direitos iguais aos dos restantes trabalhadores e aplaudiram a persistência da CGTP, que os apoia, organiza e mobiliza para a acção.

Pág. 5

### Contra a sinistralidade laboral

#### Iniciativa do PCP na AR

O Grupo Parlamentar do PCP avançou com um projecto de resolução visando instituir o dia 16 de Janeiro como Dia Nacional de Prevenção e Segurança no Trabalho. Uma iniciativa que vai ser hoje objecto de votação.

Pág. 11

### Portugal contraria tendência...

#### No fundo da tabela

Em 2000, o rendimento dos agricultores subiu, em média, entre os Doze da zona Euro, 2,3 por cento. Portugal foi o país que mais se destacou, pela negativa, com acentuada descida do rendimento agrícola de 9,3 por cento.

Pág. 19

### Eleições em Espanha e Itália

#### Sem surpresas

O nacionalismo vence nas eleições do País Basco, pondo fim às especulações que davam por vencedor antecipado o PP de Aznar. Em Itália, os negócios e a direita venceram, sem surpresas, o chamado «centro-esquerda», que lhes abriu as portas do poder.

Pág. 23



ENCONTRO NACIONAL  
DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
SOBRE O PODER LOCAL  
E AS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS

PCP

## Resolução Política

Págs. 15 a 18



**Avante!**  
Proletários de todos os países  
UNI-VOS!

**PROPRIEDADE**  
Partido Comunista Português  
R. Soeiro Pereira Gomes, 3  
1600 - 196 Lisboa  
Tel. 21 781 38 00

**ADMINISTRAÇÃO**  
Editorial «Avante!», SA  
Av. Almirante Reis, 90,  
7.ª-A, - 1169-161 Lisboa.  
Capital social:  
15 000 000\$00.  
CRC matriculada: 47058.  
NIF - 500 090 440

**DIREÇÃO E REDACÇÃO**  
R. Soeiro Pereira Gomes, 3  
1600 - 196 Lisboa  
Tel. 21 781 71 90/91  
Fax: 21 781 71 93  
E-mail:  
avante.pcp@mail.telepac.pt  
Web:  
http://www.pcp.pt

**Director**  
José Casanova

**Chefe de Redacção**  
Leandro Martins

**Chefe Adjunto**  
Anabela Fino

**Redactores**  
Carlos Nabais  
Domingos Mealha  
Henrique Custódio  
Isabel Araújo Branco  
João Chasqueira  
Lígia Calapez  
Margarida Folque

**Grafismo**  
José Araújo

**Fotografia**  
Jorge Caria  
Sérgio Moraes

**Secretaria da Redacção**  
Ivone Dias Lourenço  
Noémia Presúncia

**DISTRIBUIÇÃO**  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial Avante!  
Av. Gago Coutinho, 121,  
1700 Lisboa  
Tel. 218 429 836

**Alterações de remessa**  
Até às 17 horas  
de cada sexta-feira:  
Tel. 218 429 836

**DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL**  
DELTA PRESS

**Delegação Lisboa:**  
Tapada Nova - Capa Rota  
Linhó - 2710 Sintra  
Tel. 21 923 99 21

**Delegação Norte:**  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia  
Tel. 22 941 76 70

**ASSINATURAS**  
Av. Gago Coutinho, 121,  
1700 Lisboa  
Tel. 218 429 836

**TABELA DE ASSINATURAS\***  
(IVA e portes incluídos)

**PORTUGAL**  
(Contínente e Regiões  
Autónomas)  
50 números: 9 000\$00  
25 números: 4 600\$00

**EUROPA**  
50 números: 23 000\$00

**EXTRA-EUROPA**  
50 números: 33 000\$00

\*Enviar para  
Editorial «Avante!»  
nome, morada  
com código Postal  
e telefone  
a acompanhar cheque  
ou vale de correio.

**Composição e impressão**  
Heska Portuguesa, SA  
Campo Raso  
2710 - 139 Sintra  
Depósito legal n.º 205/85



## Resumo

### 9 Quarta-feira

Alunos do ensino secundário do distrito do Porto exigem a demissão do ministro da Educação ● Funcionários dos centros educativos do Instituto de Reinserção Social entram em greve, reivindicando a alteração do regime de carreiras ● A Conferência Episcopal de Angola e São Tomé condena o ataque da UNITA contra a cidade de Caxito ● O Papa João Paulo II regressa a Roma, concluindo uma visita à Grécia, Síria e Malta ● Um avião fretado pela Cruz Vermelha Internacional é atingido quando sobrevoava o Sul do Sudão.

### 10 Quinta-feira

O PCP e o PS apresentam na Assembleia da República dois projectos de alteração dos regimes de cobrança das quotas sindicais ● Três dezenas de trabalhadores da Siderurgia Nacional concentram-se junto ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade exigindo uma inspecção ao processo de despedimento colectivo da empresa ● Mais de 132 milhões de eleitores indianos participam nas eleições para as assembleias de cinco estados indianos ● Tony Blair marca para 7 de Junho as legislativas antecipadas britânicas.

### 11 Sexta-feira

A eurodeputada, do PCP, Ilda Figueiredo reúne com a Associação de Municípios do Vale do Sousa para troca de impressões sobre o desenvolvimento económico e social destes concelhos ● Duas centenas de alunos e professores do Pólo de Leiria da Universidade Católica desfilam pelas ruas da cidade contra o encerramento do estabelecimento ● Soldados israelitas fazem um morto e 20 feridos na Faixa de Gaza ● Os líderes dos principais partidos macedónios acordam a criação de um governo de Unidade Nacional.

### 12 Sábado

A Associação dos Profissionais de Polícia considera que «a escassez de efectivos nas esquadras põe em causa o cumprimento das missões que estão atribuídas à PSP» ● Um português residente na África do Sul é morto a tiro por um homem armado à saída da sua casa ● Um milhar de pessoas manifesta-se no centro de Nis (Sul da Sérvia) para reclamar a libertação do ex-presidente jugoslavo Slobodan Milosevic ● Ataque

*Audição do PCP sobre a qualidade e segurança nos serviços públicos motiva uma interpelação ao Governo*

israelita à Cisjordânia provoca a morte a um alto dirigente da Fatah e de um polícia palestiano ● Cerca de 35 mil pessoas manifestam-se nas ruas de Dortmund, Alemanha, exigindo a paz no Curdistão.

### 13 Domingo

A CDU Barcelos exige que o Governo avance com medidas específicas de protecção dos industriais de cerâmica locais ● O ministro do Trabalho e da Solidariedade chega a Luanda para uma visita de três dias, durante a qual vai observar diversos projectos e assinar acordos de cooperação com as autoridades de Luanda ● Silvio Berlusconi vence as eleições legislativas em Itália ● Os nacionalistas da coligação PNB-EA voltam a obter uma maioria relativa nas eleições no País Basco ● O romancista indiano R.K Narayan, galardoado com o prémio «A. C. Benson» da Real Sociedade Britânica da Literatura, morre aos 95 anos, vítima de insuficiência cardíaca e respiratória.

### 14 Segunda-feira

O PCP realiza uma audição na Assembleia da República sobre a qualidade e segurança nos serviços públicos ● Os carteiros do Centro das Caldas da Rainha entram em greve exigindo medidas que permitam melhorar o serviço prestado aos utentes ● O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Centro (STFP) exige uma fiscalização regular às condições de trabalho nas Instituições Particulares de Solidariedade Social ● Uma equipa de veterinários europeus chega a Portugal para verificar o cumprimento das medidas de prevenção e vigilância da BSE.

### 15 Terça-feira

PCP marca interpelação ao Governo sobre a prestação de serviços públicos para 24 de Maio ● Idosos de Pias manifestam-se junto à estação de caminho-de-ferro da vila contra o abandono das antigas habitações dos funcionários ferroviários ● O jornalista basco Gorka Landaburu sai gravemente ferido de um atentado perpetrado pela ETA, dois dias após as eleições bascas ● A Macedónia dá um prazo de dois dias aos rebeldes albaneses para abandonarem as localidades do Norte em seu poder ● Cinco mortos e 130 feridos é o balanço dos confrontos entre israelitas e palestinos na passagem do 53.º aniversário do Estado de Israel.

## Aconteceu

### Política de pilhagem

A organização não governamental Oxfam acusou, esta segunda-feira, os países desenvolvidos de realizarem uma «política de pilhagem mascarada de tratamento preferencial», em relação aos países menos desenvolvidos (PMA).

Em relatório divulgado em Bruxelas, à margem da conferência das Nações Unidas consagrada aos PMA, a Oxfam denuncia as barreiras aduaneiras que penalizam gravemente os países pobres.

Estas barreiras tarifárias constituem para os PMA, segundo a organização não governamental, uma perda anual de 2,2 mil milhões de dólares (484 milhões de contos).

Inversamente, refere o relatório, os PMA são constringidos, por pressão de instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), a abrir os seus mercados forçando os produtores nacionais a sofrer a concorrência dos países industrializados.

O relatório reprova aos países industrializados concederem apenas 0,05 por cento do seu produto nacional bruto (PIB) para ajuda ao desenvolvimento, quando em 1990 se tinham comprometido a consagrar-lhe 0,2 por cento.



### Mais qualidade de ensino

Professores e sindicalistas defenderam, em concentração realizada ontem, quarta-feira, frente ao Ministério da Educação, em Lisboa, uma lei-quadro do Financiamento da Educação Básica e Secundária e contestaram o regime de gestão flexível nas escolas. Com esta concentração simbólica, que se integra no plano de acção da Federação Nacional dos Professores, a FENPROF pretendeu chamar a atenção da opinião pública para «o crescente financiamento do ensino privado, ao mesmo tempo que

se mantêm dificuldades e carências de todo o tipo na escola pública, com especial incidência no 1.º ciclo do ensino básico».

«Há, pois, que exigir investimento na Escola Pública. Há que obrigar o Ministério a criar nestas escolas as condições que propicia aos privados. Há que suspender os chamados contratos de associação com colégios que se enchem de alunos residentes em zonas servidas por escolas públicas», defende a federação.

Na acção de rua, os professores e dirigentes sindicais con-

testaram também alguns aspectos mais negativos do actual regime de autonomia, administração e gestão das escolas, nomeadamente no que diz respeito à conflitualidade entre órgãos e à burocratização na circulação da informação.

No passado dia 10 a FENPROF entregou, na Assembleia da República, um requerimento com 5.300 assinaturas a pedir que seja reduzido para 20 o número máximo de aluno por turma. O requerimento tem assinaturas de professores e pais recolhidas apenas em Lisboa.

### Algarve em Congresso

O combate à exclusão social, ao desemprego de longa duração e a atitudes discriminatórias é uma das principais conclusões dos participantes no XI Congresso do Algarve, que terminou domingo em Albufeira.

A recomendação, feita pelos participantes no painel sobre «Sociedade e Desenvolvimento», defende que um «verdadeiro desenvolvimento exige cidadãos informados, conscientes, participativos e exigentes», sendo a componente humana um recurso endógeno da região.

No painel de Cultura, os participantes propõem o reforço do papel das bibliotecas escolares, como contributo para a formação de cidadãos activos e intervenientes, recomendando às entidades responsáveis pela divulgação turística da região um «apoio sério» ao Festival Internacional de Cinema do Algarve (FICA).

No domínio do Ambiente e Recursos Naturais, os

participantes consideram que os recursos marinhos da costa algarvia e as profissões ligadas à sua exploração são um valioso património económico e sociocultural da região que justificam um enquadramento legal, com certificação e dignificação das respectivas profissões.

A melhoria do urbanismo turístico, o aproveitamento das sinergias entre turismo e desporto, a preservação do património, a elaboração de planos de acção e de enquadramento do binómio turismo e ambiente, foram outras recomendações dos participantes no encontro.



### Sida é flagelo em África

Cerca de 16 milhões de trabalhadores agrícolas poderão morrer de Sida nos próximos 20 anos nos 24 países africanos mais afectados pelo flagelo.



lo, alertou a semana passada a Organização da ONU para Alimentação e Agricultura (FAO).

Neste documento, preparatório da reunião do Comité da segurança alimentar mundial, que se realizará em Roma de 28 de Maio a 1 de Junho, a FAO sublinhou que «não há muitas crises na história da Humanidade que

tenham ameaçado de forma tão grave a saúde humana e o progresso económico e social como a epidemia da Sida».

A África subsaariana é a região mais duramente atingida pela epidemia, com 24 milhões de pessoas infectadas.

Para combater a propagação da doença e atenuar o seu impacto, o relatório

da FAO incluiu uma série de recomendações a serem examinadas em Roma.

Entre as recomendações, destacam-se campanhas enérgicas para sensibilizar os governos, os responsáveis políticos e os fazedores de opinião e o grande público para as consequências da pandemia.

## Crónica Internacional

• Manuela Bernardino

# América Latina em perigo

A III Cimeira das Américas, recentemente realizada na cidade do Quebec, aprovou as condições e os prazos para a constituição do maior espaço de comércio livre do planeta, o ALCA. Tal projecto, que envolve todos os países da América (do Norte, Central e do Sul, com excepção de Cuba), foi lançado em 1990, com a designação de Iniciativa para as Américas. Na Cimeira do Quebec procurou avançar-se na sua concretização. Culminando um processo de negociações, à margem da discussão dos parlamentos nacionais dos diferentes países e do debate com os respectivos povos, o ALCA pretende ser uma extensão do Tratado de Livre Comércio entre EUA, Canadá e México, em vigor desde 1994. Para os EUA, este seu projecto imperialista tem um alcance estratégico para o almejado domínio do «seu» continente, enquanto para os países latino-americanos irá significar crescente dependência económica, degradação social e perdas de aspectos significativos da soberania nacional.

O ALCA é um projecto de integração económica profundamente injusto. Associando países que representam 40% do PIB mundial, e cujas populações somam 800 milhões de habitantes, assenta numa enorme disparidade de situações demográficas e em economias de desenvolvimento muito desigual. Põe a relacionar-se em pé de igualdade - porque não admite tratamento preferencial para as economias mais débeis - a primeira economia mundial com um dos países de menor desenvolvimento, o Haiti.

**O ALCA é um projecto de integração económica profundamente injusto**

Mesmo o Brasil, que pugnou (tal como a Venezuela) e conseguiu que o prazo de entrada em vigor do acordo não fosse antecipado, na expectativa de entretanto consolidar a sua indústria e agricultura, sofrerá com a sobreposição deste processo ao Mercosul. O ALCA visa, aliás, neutralizar e eliminar os distintos processos de integração latino-americanos (Comunidade Andina, Caricom, Mercado Comum Centro-Americano, para além do Mercosul) que ensaiam experiências de cooperação na defesa dos mercados latino-americanos, potenciando deste modo a possibilidade de trocas mais diversificadas, fora do seu espaço. Por isso, o ALCA é também, para os EUA, um instrumento face à concorrência da UE, cujos investimentos e trocas comerciais com a América Latina não cessam

de crescer. Com este novo processo de integração ficam claramente a nu as rivalidades interimperialistas, um dos traços dos nossos dias nas relações internacionais.

Para M. Chossudovsky, conhecido economista norte-americano, «o ALCA é um bom negócio, mais que um acordo comercial» para os EUA, claro. Com efeito, não só possibilita aos EUA o controlo sobre os mercados latino-americanos como facilita ainda mais as privatizações, o acesso aos recursos naturais, os investimentos e a colocação de capitais especulativos, a preferência às suas mercadorias sobre as da UE e Japão. Prevê, ainda, legislação que repõe princípios e normas do AMI, entretanto «congelado». Para esta «falsa integração comercial» já advertiu Fidel Castro, no 1.º de Maio, que alertou e apelou à acção continental face aos perigos de anexação que o ALCA encerra.

Foi numa situação de grande debilidade, resultante da profunda crise económica e social, da pesada dívida externa e da dolarização de várias economias, que a América Latina participou nestas negociações do ALCA. As políticas neoliberais fizeram desta região a de maiores desigualdades no plano mundial, com mais de 220 milhões de pobres, grande desemprego e acentuado peso de trabalho informal, com atrasos crescentes no plano cultural. De vários países da América Latina chegam-nos, a par desta situação, ecos de lutas, pequenas e grandes, muito diversas. Lutas que, desenvolvendo-se no plano nacional, são contra as consequências da «globalização» imperialista. E que fortalecerão a consciência social e política dos diferentes povos do continente de que o ALCA irá agravar a situação de quem trabalha e constituirá um perigo para a independência e soberania dos países da América Latina. Por isso, as contradições internas ao próprio plano estão ainda longe de ser resolvidas.

## Editorial

# ELEIÇÕES E DEMOCRACIA

Parte considerável do espaço e do tempo da comunicação social no último fim-de-semana foi, naturalmente, dedicado ao tema «Eleições»: eleições efectuadas - casos, nomeadamente do País Basco e da Itália; e eleições a efectuar - as do próximo mês na Grã-Bretanha e as nossas autárquicas de Dezembro.

Das eleições no País Basco - realizadas no quadro de uma fortíssima ofensiva política e mediática traduzida numa autêntica cruzada antinacionalista e em defesa do «espanholismo» - emergem como dados marcantes: a derrota do PP que, quer antes quer durante a campanha eleitoral, atrelou o PSOE a posições idênticas às suas e, portanto, igualmente à derrota; a quebra do Euskal Herriarrok, formação independentista considerada como braço político da ETA, que perdeu metade dos seus deputados; e a vitória do PNV que, com os seis novos lugares obtidos, passa a ter 33 dos 75 assentos no Parlamento. (Positiva, a subida da Esquerda Unida que passa de 2 para 3 deputados.)

A concretização, por parte do PNV, de futuros acordos de incidência governamental afigura-se difícil senão inexequível, pelo que o mais provável é que, destas eleições, nasça um governo minoritá-

A coligação da direita obteve a maioria absoluta quer para o Senado quer para o Parlamento, o que confere, *de facto*, plenos poderes ao novo governo. A contas com vários processos judiciais por alegados crimes de natureza vária, Silvio Berlusconi passará a controlar os poderes executivo e judicial e a televisão (a pública e os três canais privados de que é proprietário).

«Garanto que falarei menos e governarei mais», afirmou Berlusconi depois de conhecidos os resultados - e, para já, tudo indica que esta é uma ameaça para cumprir.

Enquanto isso, Blair prepara-se para ganhar as eleições gerais de 7 de Junho próximo: as sondagens, amplamente difundidas há vários meses, assim decidiram. «O Partido Trabalhista é hoje o partido dos homens de negócios e da livre iniciativa» - disse ele, já de vitória na voz; e cerca de seis dezenas de importantes capitalistas «agradecem os anos de prosperidade trazidos por Blair» e decidem e mandam publicar no *Times* que «o mundo dos negócios deverá apoiar o partido que (...) tanto fez para promover um crescimento económico sustentado e a renovação do espírito empresarial nos britânicos». O que seria da democracia sem a «prosperidade dos homens de negócios»?!

E em Portugal, as autárquicas, apesar de previstas para Dezembro, estão na ordem do dia e seguem caminhos que não hão-de fugir ao modelo em voga nesta matéria. O espectáculo, as manipulações, os populismos e a demagogia consolidam-se como instrumentos essenciais - e democráticos - de caça ao voto. A discriminação da CDU na comunicação social dominante em relação a todas as outras forças políticas é uma evidência que dispensa exemplificações.

Tudo em nome e a bem da democracia, naturalmente tudo sempre no respeito total pelas regras do jogo democrático, como é de bom tom dizer.

Na intervenção eleitoral do Governo do PS não há novidades de maior a assinalar: ele repete-se em relação às últimas autárquicas nas quais haviam repetido os governos do PSD que o antecederam.

Como afirmou Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP, no recente Encontro Nacional do Partido, «sabemos que nas eleições autárquicas não está somente em jogo o mérito do projecto e do trabalho realizado (...) Não nos podendo vencer globalmente neste domínio, o partido do poder usa todos os meios e todas as práticas cavaquistas que condenava quando estava na oposição» - e enuncia, depois, todo um vasto conjunto de exemplos concretos de abuso de poder, de práticas que violam frontalmente as regras democráticas e põem em causa a democraticidade do acto eleitoral. Assim vai o sistema democrático...

Acontece que o PCP existe para travar as batalhas necessárias em cada momento, quaisquer que sejam as condições concretas existentes. E é nessa postura que encaramos esta batalha eleitoral: uma batalha que sabemos difícil mas que travamos com confiança e determinação e para a qual nos propomos, sem hesitações e com realismo, o objectivo de avançar e de crescer.

“O PCP existe para travar as batalhas necessárias em cada momento”

rio mas que, apesar de tudo, disporá de algum campo de manobra. Tanto mais que o dado mais significativo das eleições no País Basco parece ser a clara vontade «nacionalista» do povo basco e o seu, igualmente claro, «não» ao «espanholismo», seja na versão fortemente antinacionalista do PP seja na versão dita de «autonomia aberta» do PSOE.

Na Itália, a vitória da direita (agrupada na chamada «Casa das Liberdades» que engloba, para além da «Força Itália», a xenófoba e racista «Liga do Norte» e a neofascista «Aliança Nacional») é uma vitória cheia de perigos para o povo italiano e não só. A maioria do eleitorado, descontente com a política actual, e, por isso, presa fácil da demagogia e do populismo, votou mal, muito mal, colocando o seu futuro imediato e o do seu país em péssimas e perigosíssimas mãos. Ocultar ou atenuar esta realidade - como têm feito vários comentadores invocando uma fé cega no sistema democrático - constitui uma grave subestimação dos perigos reais decorrentes destas eleições. O facto, para esses observadores incontestável e tranquilizador, de Berlusconi ter «subido ao poder democraticamente», exigiria uma análise que não cabe na dimensão deste texto: digamos apenas que a coligação de direita *subiu ao poder* através de eleições - o que não é exactamente a mesma coisa, como a História nos ensina.

## Actual

## Os dias de EPC

● José Casanova

Um dia destes, saía Eduardo Prado Coelho do CCB eis senão quando alguém, obviamente da sua família político-ideológica, o interpe-  
lou: «Já ouviu estes Quartetos de Chostakovitch? (...) Ofereci-os a várias pessoas, e têm-lhes sido muito úteis em diversos momentos.»

«No dia seguinte, vou ver os discos que tenho de Chostakovitch» - conta EPC. Não teria muitos, se é que tinha algum, porque, «por um daqueles preconceitos estúpidos, durante anos associei o compositor aos horrores do regime soviético. E por isso literalmente não o ouvi.» E detestava, é claro. (Na base de um critério de igual mérito cultural, o Parlamento de Israel acaba de proibir a execução de obras de Wagner.)

Naquele dia, no entanto, à saída do CCB, EPC recebeu a revelação de que Chostakovitch não estava puto «associado» aos tais «horrores». Sendo assim, a música é outra - há-de ter pensado. E, logo ali, passou a adorá-lo; de tal forma que, mesmo antes de o ter ouvido, já pressentia a «dor infinita e mor-

tal» que o autor escondia por detrás das «fanfarras de um suposto realismo socialista».

«Nos dias seguintes», lançou-se «para as lojas de discos» em busca de Chostakovitch. Comprou, comprou, até encher a despensa. Da «op. 87» comprou, mesmo, «duas versões»: não sei se as ouviu mas, já Mestre em Chostakovitch, ensina-nos, em pitoresca linguagem, que a versão x «começa por vencer; mas depois» a versão y «recupera...» (tenho aqui a versão z que o há-de fazer inclinar-se para um honroso empate).

Uns dias depois, leu algures um «belo texto» de um outro correligionário que lhe garante a sublimidade do Autor e, já Doutorado, apeteceu-lhe «logo ouvir as peças que ele cita, em particular o movimento lento da '5.ª Sinfonia'». (A 5.ª?!: mas então EPC ainda não sabe que essa é a da auto-crítica?...)

Assim passam os dias e ele, desesperado, encharcando-se de... leituras sobre Chostakovitch, quiçá em vias de mostrar ao mundo que a estreia da 7.ª,

com Leninegrado cercada pelos nazis, foi um acto de anticultura...

Mais dia menos dia, alguém informará EPC do lançamento recente de uma série de obras musicais que «estavam proibidas» no tempo dos «horrores do regime soviético» - e imagino-o a correr para «as lojas de discos», anotando umas quantas frases elogiosas das obras que mais tarde, talvez, ouvirá. (obras que, pelo menos em parte, a *Melodia* editou em pleno «horror» e vendia em toda a URSS por um quinto dos preços então praticados em Lisboa...)

Dias virão em que EPC, citando múltiplos autores, debitará abundantemente sobre Chostakovitch e é possível que, mais tarde ou mais cedo, acabe por ouvir uma ou outra obra completa do compositor.

Um dia, enfim, outro Eça há-de chegar: e captará genialmente, imortalizando-o, o imenso talento de EPC.



## Meter água

● Leandro Martins

Dá algumas vezes aos jornalistas - não muitas, infelizmente - para reflectirem sobre a sua profissão, o seu papel, a sua produção, o resultado do seu trabalho, a finalidade dele. Não em termos de «teoria da comunicação», mas eventualmente uns furos abaixo dessa presunção que, aliás, me parece muitas vezes ficar-se pelo texto ensaístico, pelo epigrama, pelo tom «moralizador» ou tecnocrata, quase sempre encerrado no círculo apertado de um curso ou embrulhado na folha onde se publica, com pouca repercussão no trabalho adiante, mais propenso à constatação da «realidade» do que à sua crítica transformadora.

No entanto, mesmo para a maior parte dos modestos profissionais que fazem da informação o centro da sua vida, a reflexão que ousam tem curto alcance. Costuma ficar espantada no «meio» em que se produz. Raramente vai ao acontecimento que lhe dá origem, quase nunca ultrapassa a feitura da notícia, ignora muitas vezes o «serviço» que presta, quer lá saber das consequências que origina, da formação ou da deformação que a informação opera. Ao reflectir sobre a informação, o jornalista move-se frequentemente dentro de uma esfera - reflecte sobre um mundo de notícias e não sobre a realidade mais vasta do mundo. E o mundo, que é maior e pouco submisso, mas que muitos julgam poder enredar para sempre na conformação que os *media* lhe ajustam como um fato apertado, na forma-

ção gelada da reprodução em série, o mundo, às vezes, rebenta pelas costuras. Aí têm os jornalistas, grande parte deles, ocasião para sofrerem - ou saborearem uma grande surpresa. Mesmo que seja pequena. Que faça apenas sorrir.

Nestes dias povoados de notícias, arriscávamo-nos a ter sempre «mais do mesmo». Teríamos apenas a peregrina - porque passou de página em página, glosada interminavelmente - informação de que a Direcção Geral de Viação não sabia a quantos mortos andávamos; teríamos os pastorinhos, a irmã Lúcia, os quinhentos mil em Fátima; teríamos Vale e Azevedo a «continuar» na prisão (?); teríamos os prognósticos eleitorais em Itália e no País Basco e as respectivas «surpresas democráticas»; teríamos a «estupefacção» de saber que a inflação continua a aumentar, como se já não soubéssemos quanto ela custa. E teríamos os políticos do costume - Sampaio cada vez mais opinativo; Portas cada vez mais; Barroso também. E Guterres.

Eis porém que... o mundo continua a fazer rebentar costuras. E, quando Guterres, rodeado do jornalismo de circunstância, explicava anteontem a vastidão da água para a Grande Lisboa, durante a pré-campanha em que o Governo já se meteu a fundo, a água, incontinente, abriu as torneiras e, de esguicho, fez tal barulho que afogou as palavras «cortafitas». Só um canal de TV é que deu por isso.



## Il Cavaliere

● Anabela Fino

Silvio Berlusconi, virtual novo primeiro-ministro de Itália, é um caso bizarro mesmo para as mais liberais democracias ocidentais. Envolvido em numerosos casos de corrupção desde 1996, foi condenado a dois anos e cinco meses de prisão pelo financiamento ilegal do seu partido, «Força Itália». Ainda este mês vai responder em tribunal por evasão fiscal entre os anos de 1989 e 1991, e está a ser investigado em Espanha pela actividade económica da cadeia televisiva Tele 5, de que foi proprietário.



Que Berlusconi tem dinheiro toda a gente sabe: é não só o homem mais rico de Itália como, segundo a revista *Forbes*, o décimo quinto mais rico do mundo. Começou a construir o seu império em 1974, quando comprou a cadeia de televisão Telemilano Cavo; dez anos depois, a sua empresa Media-

set possuía já os três principais canais da televisão italiana. Em 1975 tinha fundado a Fininvest, através da qual se tornou no principal accionista de três cadeias de televisão, de *Il Giornale*, o clube de futebol de Milão, da cadeia de armazéns La Standa, da Mondadori - uma das maiores editoras italianas -, para além de várias companhias financeiras. A Fininvest, juntamente com a Mediaset, controla ainda acções em mais de 20 companhias, desde empresas de publicidade e telecomunicações a bancos.

Costuma dizer-se que em política não basta ser sério, há também que parecê-lo. Berlusconi não preenche nenhuma das duas condições, e no entanto ganhou. Mais, conseguiu-o aliando-se às forças mais retrógradas, fascistas, xenófobas e separatistas do país.

Terá sido o fascínio pelo sucesso e pelo dinheiro que deslumbrou a Itá-

lia, como alguns defendem? Ou terá sido, como aventam outros, porque «a esquerda» se apresentou dividida ao eleitorado? Ou será simplesmente porque, como escrevia anteontem o director do *Público*, «a democracia é assim», «nem sempre as escolhas do povo parecem as mais sensatas»?

Num país que convive alegremente há tantos anos com a corrupção mais generalizada; onde a «esquerda» chega ao poder pelos seus desvios e alianças com a direita e para levar a cabo uma política de direita; onde o poder económico domina e manipula o poder político a seu belo prazer; onde os corruptos são distinguidos com títulos e honrarias; num país assim, dizíamos, falar de escolha e de democracia parece uma piada de mau gosto.

Que Berlusconi, *Il Cavaliere*, ganhe as eleições, não é de espantar. O que é de espantar é que se diga e pense que «as democracias são assim».

## Frases

“Milionários agradecem prosperidade a Tony Blair”

(Título do *Diário de Notícias*, 15.05.01)

“Ontem, o tal socialismo europeu teve, aliás, mais um gesto de clarificação, com Blair a receber o agradecimento de 70 milionários”

(Francisco Azevedo e Silva, *idem*)

“Nós somos aquilo em que acreditamos. Somos meritocratas”

(Tony Blair, *Público*, 14.05.01)

“As coisas são mais difíceis de racionalizar quando a defesa dos direitos humanos parece aos EUA compatível com a recusa de assinar a convenção que elimina a produção, transferência, armazenamento e uso de minas”

(Adriano Moreira, *Diário de Notícias*, 15.05.01)

“No PS (...) as ideias deixaram de ser um instrumento de convencer, mas tão-só de vencer. Só debater sem bater é no aquário ao lado, que a sala principal é para liturgias”

(Oscar Mascarenhas, *Diário de Notícias*, 09.05.01)

“Dizem que os congressos partidários não servem para discutir política e frequentemente isso é verdade. Mas pior ainda é quando a política que há para discutir é a das reformas a fazer e a plateia do congresso é composta por beneficiários do imobilismo. Se não fosse Manuel Maria Carrilho, de que se teria falado neste congresso [do PS]?”

(Miguel Sousa Tavares, *Público*, 11.05.01)

“Num congresso [do PS] cheio de colóquios para militante ver e de solilóquios para o chefe ouvir, a falta de imaginação foi a nota dominante”

(Alfredo Barroso, *Expresso*, 12.05.01)

“Este Governo promoveu o novo-riquismo em todo o seu esplendor, com a Expo, o comboio de grande velocidade, o aeroporto e os estádios de futebol. Ora, pode não ser ainda uma evidência, mas os portugueses prepararam-se para verificar que não são novos nem ricos”

(António Barreto, *Público*, 13.05.01)

“Qual Lucky Luke, a honestidade intelectual de Marcelo Rebelo de Sousa leva-o a opinar mais rapidamente do que lê. Ou mesmo não lendo”

(Ruben de Carvalho, *Diário de Notícias*, 10.05.01)

“A presuntiva “Europa” do sr. Schroeder oscilará, assim, como a monarquia dos Habsburgos, entre acessos de autoridade burocrática e as labirínticas negociações dos nacionalismos. E não impedirá, pelo contrário, avançará a “globalização” americana, a única realidade do artifício “europeu””

(Vasco Pulido Valente, *idem*)

“O associativismo empresarial português transformou-se num autêntico hino ao imobilismo nacional”

(Sérgio Figueiredo, *Diário Económico*, 10.05.01)

“A arte de sobreviver na política é hoje não fazer nada”

(Vasco Pulido Valente, *Diário de Notícias*, 13.05.01)



CGTP esclarece e organiza imigrantes no Algarve

# Revolta de Leste

**R**ussos, moldavos e romenos, em maior número do que africanos ou brasileiros, denunciaram em Portimão casos de exploração e de burla, afirmaram que querem legalizar-se e ter direitos iguais aos dos trabalhadores portugueses e aplaudiram a persistência da CGTP, que os apoia, organiza e mobiliza para a acção.

Promovido pela União dos Sindicatos do Algarve e estruturas sectoriais – designadamente da construção civil, onde trabalha grande parte dos imigrantes –, o encontro do passado domingo foi precedido de diversos contactos com trabalhadores estrangeiros na região. Uns dirigiram-se às sedes e delegações dos sindicatos, procurando apoio na legalização da sua estadia no País ou na exigência de justiça face às violências patronais; outros foram interpellados junto dos locais de trabalho, por sindicalistas que lhes entregaram documentos sindicais, editados em português, inglês ou russo; a informação que correu de boca em boca trouxe mais alguns.

Confluíram, numa manhã de sol e calor, para a sede do

Boa Esperança Atlético Clube. Em vez das roupas de trabalho, vestiram pólos e calções. Com o português que cada um aprendeu ou com a ajuda do tradutor de russo mobilizado pela USAL/CGTP, expuseram alguns casos de gritante injustiça e desabrida exploração. Mostraram uma grande vontade de conhecer o novo regime legal e, apesar de muitos serem bastante jovens, também fizeram perguntas sobre quantos anos é preciso trabalhar para ter direito a reforma.

Intervindo no salão ou conversando no corredor e na rua, em línguas eslavas ou em português com sotaque tropical, as dezenas de imigrantes que responderam ao apelo da estrutura distrital da CGTP evidenciaram desilusão,

estupefacção e indignação: as promessas de vida melhor não se concretizam, empresas e patrões violam impunemente as leis do Estado e recusam aos imigrantes os direitos mais elementares. Aqueles para quem os imigrantes contam como mão-de-obra barata juntam-se oportunistas sem escrúpulos nem fronteiras éticas e que praticam a extorsão pura e simples.

Por muitas dificuldades que haja nos países de origem, quem vem trabalhar

legislação, acusou, demonstra maior preocupação em colocar na legalidade as empresas que exploram imigrantes do que em legalizar a situação dos trabalhadores, a quem são exigidos «sempre mais papéis».

António Goulart, coordenador da USAL, começou por referir que os portugueses conhecem bem o que são as dificuldades de quem decide ir para outro país à procura de trabalho e melhor vida. Depois de ressaltar que, para

**Para a «Inter»,  
nenhum  
trabalhador  
é estrangeiro**

Nas estruturas do movimento sindical unitário, afirmou António Goulart, «tanto defendemos os legalizados, como os não legalizados». Mas é «muito mais fácil» agir em defesa de um imigrante que tem a sua estadia legalizada.

A legalização deve ser acompanhada da integração dos imigrantes, como trabalhadores de pleno direito, na vida das empresas e dos sindicatos, lado a lado com os camaradas portugueses. «Quando os trabalhadores se dividem, os patrões é que ganham

## Casos sérios

«O problema é quando o trabalho chega ao fim», diz Serguei, que está em Portugal há 4 meses e já conheceu 3 patrões, o último deles alemão. Na Rússia foi jurista durante quase 8 anos, saiu da Defesa como excedentário e chegou a abrir consultório próprio. Agora, pintor na construção civil, é surpreendido pela morosidade da justiça portuguesa e pela impunidade com que os patrões se recusam a pagar aos trabalhadores.

Iacob trouxe um recibo de ordenado, onde constam todos os descontos, sobre um salário inferior ao acordado com o seu patrão. Não aceita é que este, no final de cada mês, também lhe faça descontos sobre a parte que não é declarada. «Está a descontar, mas é para ele, não é para o Estado», protesta. Mas, pior ainda, é que tem quase 400 contos por receber... e o patrão não quer acertar as contas.

Isafas veio do Brasil e, tal como mais outros 8 camaradas, está sem receber há um ano. A empresa de construção civil para que trabalharam, e que operava em diversas obras no Carvoeiro e Ferragudo, foi colocada em tribunal, com o apoio do sindicato; a empresa dona das obras rescindiu com a prevaricadora (que «emigrou» para outros concelhos), mas recusa-se a assumir responsabilidades do empregueiro.

A «responsabilidade solidária» prevista na lei foi questionada por outro imigrante, cujo patrão «só trabalha com ilegais», indiferente à lei que vigora desde Janeiro.

Um moldavo, que chegou a Portugal há ano e meio, espera desde o princípio do ano que o patrão lhe dê os documentos para a legalização. «Ele não me paga, a mim e aos outros, mas se saímos de lá nunca mais vamos ver o dinheiro», desabafa.

Ninguém relatou qualquer acto das autoridades responsáveis pela inspecção.



A falta de pagamento do trabalho executado foi ponto comum à maior parte dos casos denunciados pelos trabalhadores imigrantes e pelos sindicalistas

para Portugal tem justos motivos de descontentamento e todas as razões para se juntar à luta dos trabalhadores portugueses.

### Primeiro passo

A CGTP, aos diferentes níveis de intervenção, defende a legalização da estada em Portugal como o primeiro passo para melhor defender os imigrantes.

Henrique Graça, do sindicato da Construção Civil, ao abrir o encontro, repisou o apelo a que os trabalhadores estrangeiros não desistam e levem até ao fim a possibilidade de legalização aberta desde 12 de Janeiro. A nova

os sindicatos da CGTP, «nenhum trabalhador é estrangeiro, são todos iguais», lembrou que o decreto-lei 4/2001 só viu a luz do dia porque a central, tal como outras entidades, há muito que vinha a exigir uma solução para o problema dos muitos milhares de trabalhadores estrangeiros em Portugal. Reafirmou as críticas às limitações e insuficiências da lei, designadamente quanto a prever apenas uma «autorização de permanência» anual, que pode ser renovada até ao limite de 5 anos, em vez de uma «autorização de residência», com igualdade de direitos e mais estabilidade para os imigrantes, como continua a ser exigido pela CGTP.

com isso», lembrou o coordenador da União dos Sindicatos do Algarve.

No final do encontro referiu à nossa reportagem que esta mensagem tem sido espalhada na região por uma equipa da USAL, tanto no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (junto dos trabalhadores que vão ali inscrever-se) como em locais de maior concentração de imigrantes. E, apesar das fortes pressões a que estão sujeitos, muitos trabalhadores estrangeiros têm-se sindicalizado nos últimos meses.

Iniciativas como a de domingo vão realizar-se noutras localidades algarvias, adiantaram os dirigentes sindicais.

## Até o alvará!

A «autorização de permanência» é uma solução muito insuficiente, mas a sua obtenção coloca muitas dificuldades aos imigrantes: não dominam a língua portuguesa, confrontam-se com a falta de interesse das autoridades e a hostilidade dos patrões, são forçados a perder tempo nos labirintos e filas da burocracia...

Como não bastassem todos os obstáculos colocados à partida na lei, os serviços públicos ainda estão a semear novas barreiras, que não têm suporte legal e que atiram para cima do trabalhador responsabilidades que são das entidades fiscalizadoras. António Goulart denunciou o facto de, no Algarve, a delegação regional do IDICT estar a exigir que os imigrantes façam prova da legalidade das empresas para que trabalhem.

Em inúmeros casos, os patrões negam-se a celebrar um contrato de trabalho – documento indispensável para a legalização dos imigrantes. Tendo conhecimento disto, a Inspeção do Trabalho vem agravar ainda mais a situação, exigindo que seja apresentado também o alvará que comprova a existência legal da empresa de construção civil!

## Portugueses emigrados

A CGTP e a TUC britânica promoveram na semana passada as primeiras consultorias destinadas a esclarecer e apoiar trabalhadores portugueses e de outros países lusófonos. As consultorias, a 8, 10 e 12 de Maio, decorreram em três pontos de Londres onde vive ou trabalha um grande número de portugueses, contando com a participação de activistas de língua portuguesa e sindicalistas britânicos, para esclarecer questões relacionadas com os direitos dos trabalhadores, para ajudar a resolver alguns processos administrativos que levantam dificuldades a imigrantes estrangeiros e para estimular a sindicalização. Enquanto outras sessões não são agendadas, as duas centrais sindicais indicam outras formas de contacto para quem fala português e reside na Grã-Bretanha: o correio normal (TUC Portuguese Workers' Project, Congress House, Great Russel Street, London WC1B 3LS), o telefone (0207 467 1256), o fax (0207 463 2830) e o correio electrónico (ctp@tuc.org.uk).

A TUC estima que se encontram actualmente cerca de 21 mil imigrantes portugueses no Reino Unido, muitos dos quais em Londres. Trabalham sobretudo em estabelecimentos da hotelaria e restauração, bem como hospitais e padarias.

## De «estátua»

Na Hydro de Pombal foram introduzidas, desde Maio, alterações ao horário acordado com os trabalhadores da secção de anodização. O Sindicato dos Metalúrgicos dos distritos de Coimbra e Leiria pediu a suspensão das modificações unilaterais e solicitou a intervenção da Inspeção do Trabalho. A 3 de Maio, numa reunião no Ministério do Trabalho, a administração da fábrica recusou qualquer negociação, mantendo a sua posição, mesmo depois de alertada para o facto de a lei não permitir alterações unilaterais de horários de trabalho acordados individualmente. «Sabendo da morosidade com que as autoridades actuam em matéria laboral», denunciou o sindicato, a empresa «encetou uma violenta violação dos mais elementares direitos humanos»: «Aos quatro trabalhadores que, depois de esgotadas todas as possibilidades de alterarem a sua vida particular, continuaram a apresentar-se e a respeitar o horário anterior, foi impedido o acesso ao seu local de trabalho, não lhes sendo distribuídas quaisquer tarefas e cumprindo o tempo de trabalho "de estátua", junto à entrada do sector fabril.» Este comportamento da multinacional foi acompanhado «da ameaça de que a seguir será pior, nomeadamente, que a empresa está a considerar a possibilidade de deixar de lhes pagar parte ou a totalidade dos seus magros salários».

Promessas não resolvem discriminação no Exército

# Carta para lutar

**Os trabalhadores dos estabelecimentos fabris do Exército enviaram uma carta-aberta ao ministro da Defesa, que há ano e meio assumiu compromissos que ainda estão por concretizar.**

O documento foi aprovado dia 9, em plenário de membros das estruturas representativas dos trabalhadores da Manutenção Militar, das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento, Oficinas Gerais de Material de Engenharia e do Laboratório Militar. No final do plenário, uma delegação – com alguns trabalhadores «fardados» de carteiros – fizeram a pé o percurso desde o Sindicato da Hotelaria até à estação dos CTT no Terreiro do Paço, para dali enviar a missiva a Castro Caldas.

«Poderá esta carta-aberta não ser suficiente para que V. Exa., o Ministério que dirige superiormente e o Governo

que integra respeitem os compromissos livremente assumidos e passem das promessas aos actos?» Caso a interogação tenha resposta positiva, «só poderéis esperar que os trabalhadores da OGME, da OGFE, da Manutenção Militar e do Laboratório Militar prossigam o combate, pela via da unidade e da luta firme», uma vez que «os anos passados já provaram largamente que este é o caminho mais seguro para defendermos os nossos direitos e interesses».

Na carta-aberta manifesta-se «indignação e repulsa», porque «persistem e agravam-se os problemas por cujo solução há muito nos vimos

batendo, com destaque para a revisão do sistema retributivo e de carreiras». Os dirigentes e delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores recordam que, numa reunião realizada no final de 1999, pouco depois de ter sido empossado, o ministro «reconheceu que se acumularam várias situações sem solução, no nosso sector, e solicitou ao sindicato que actualizasse o levantamento efectuado relativamente às carreiras».

Essa actualização foi entregue pelo STEFFAs/CGTP «há mais de um ano», sem que tenha havido resposta, num processo de revisão de carreiras que se arrasta há mais de dez anos. Os trabalhadores dos estabelecimentos fabris do Exército devem ser abrangidos «pelas condições que vigoram para a generalidade da Administração Pública e também para o pessoal do Arsenal do Alfeite», aca-

bando com uma situação em que «cerca de dois mil trabalhadores são mensalmente lesados por uma discriminação que lhes custa dezenas de contos».

## Arsenal

De sexta-feira a segunda, numa tenda instalada na Praça São João Baptista, em Almada, teve lugar a 4.ª Exposição de Arte e Cultura dos trabalhadores do Arsenal do Alfeite. Tendo por lema «A arte de resistir», a exposição integrou meia-centena de obras de pintura, escultura e artesanato, e também trabalhos dos alunos da escola de formação do estaleiro da Marinha. A manifestação artística foi também uma ocasião para a Comissão de Trabalhadores fazer um alerta público para o perigo da intenção de privatização declarada pelo Governo.

## Frente Comum

Uma revisão salarial intercalar foi a exigência central que levou a Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública a convocar para ontem, ao fim da manhã, uma concentração de dirigentes, delegados e activistas sindicais. A jornada teve lugar junto da residência oficial do primeiro-ministro, a quem foi deixado um repto, depois de denunciada a situação laboral na Administração Pública e analisadas formas de prosseguir a luta dos trabalhadores.

## Aveiro

Os serviços públicos, a ofensiva privatizadora que os atinge e as consequências que já são visíveis para as populações e os trabalhadores vão estar em debate amanhã, das 9.30 às 17 horas, no ISCAA, por iniciativa da União dos Sindicatos de Aveiro e de estruturas sindicais da Administração Local, educação e saúde. A conferência-debate, que conta com a participação do secretário-geral da CGTP, tem por alvo dirigentes e delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores, que procurarão definir orientações e medidas para afirmar a oposição à mercantilização – informou a União.

## Cantinas e bares

Na próxima terça-feira trabalhadores do sector das cantinas, refeitórios, áreas de serviço e bares vão estar em greve, exigindo aumento do poder de compra dos salários, pagamento a 150 por cento do trabalho prestado ao sábado e domingo, diuturnidades trienais, aumento do subsídio nocturno, redução do horário de trabalho para 35 horas, férias de 25 dias úteis, folgas rotativas equivalentes a 2 dias por semana e um subsídio de alimentação de 11 contos durante as férias. A partir das 12 horas terá lugar uma concentração junto à sede da associação patronal (ARESP), anunciou também a Fesah/CGTP, que acusa os patrões de pretenderem retirar direitos aos trabalhadores (alterar o âmbito da contratação colectiva, excluindo as áreas de serviço, e baixar de nível as empregadas de bar), além de não mostrarem vontade de negociar as reivindicações apresentadas.

## Renova

Até dia 25 a administração da Renova (Fábrica de Papel do Almonda, em Torres Novas) deverá responder positivamente às reivindicações apresentadas pelos trabalhadores. Caso contrário, o Sindicato das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa ficou mandatado, num plenário que teve lugar dia 9, para marcar formas de luta que podem ir até dois dias de greve. No comunicado em que divulga as conclusões do plenário, o sindicato refere que a Renova, com 750 trabalhadores, é uma das mais importantes unidades de fabricação de papel, cuja administração já recusou por duas vezes discutir as reivindicações aprovadas pelos trabalhadores a 31 de Janeiro.

# Má limpeza na Amadora

A assinalar a passagem de dois anos sobre a greve dos trabalhadores da Recolha de Resíduos Sólidos e Higiene Urbana, o STAL levou a cabo uma iniciativa pública, na passada sexta-feira, frente à Câmara Municipal da Amadora. Ali esteve patente uma exposição e estiveram concentrados, durante todo o dia,

os trabalhadores daquele sector, recordando que a luta de 1999 obteve compromissos do presidente Joaquim Raposo e do vereador Carlos Silva – mas até agora esses compromissos estão por cumprir. Tendo por lema «Amadora pode ser mais limpa», a iniciativa da comissão sindical do município e da direcção

regional de Lisboa do STAL teve como objectivo «fazer sentir à população que a responsabilidade pelos problemas de limpeza da cidade é do poder político que gera a autarquia, que não se preocupa com uma gestão eficiente e capaz».

Num folheto que distribuíram durante o dia, os traba-

lhadores e as estruturas do STAL registam que «os serviços de higiene urbana têm vindo gradualmente a piorar». «A cidade da Amadora só não é mais limpa, os serviços só não são melhor geridos, porque não há vontade política para tal», acusa-se no documento, referindo que a Câmara não admite trabalhadores, desaproveita o equipamento existente e esbanja dinheiros públicos. «A nossa cidade está cada vez mais suja e a responsabilidade não é dos trabalhadores», sublinha-se no comunicado, também distribuído à imprensa.

Na sequência da greve realizada entre 10 e 13 de Maio de 1999, contra a pretendida privatização da recolha de resíduos sólidos, o presidente e o vereador do pelouro comprometeram-se a encontrar um novo modelo de gestão, que não passaria pela privatização ou concessão; reforçar o investimento; e constituir um grupo técnico de acompanhamento, onde estaria representados os trabalhadores. «Dois anos passados, não só a Câmara tem vindo a deixar degradar o funcionamento dos serviços e a comissão técnica praticamente não reuniu, como os próprios investimentos entretanto efectuados são desaproveitados», protesta o sindicato.

Neste período, alguns trabalhadores aposentaram-se, mas os contratados já foram dispensados. Aumentou em cerca de 60 toneladas diárias o lixo produzido no concelho, mas o número de trabalhadores diminuiu. Enquanto viaturas adquiridas por milhares de contos estão abandonadas nos estaleiros municipais, a recolha de lixo é feita por viaturas e motoristas alugados «a preços elevadíssimos».



*Não é por esquecimento que os compromissos de há dois anos estão ainda por cumprir, acusa o sindicato*

# Se demora, não é Justiça

A morosidade da Justiça tem efeitos dramáticos na vida dos trabalhadores de empresas falidas ou declaradas «em recuperação» no comércio e serviços. As estruturas da CGTP no sector levaram a cabo no passado sábado, em Lisboa, uma iniciativa que, sob o lema «Justiça tardia não é Justiça», serviu para denunciar mais de uma centena de casos que decorrem há vários anos e de cujo desfecho depende o pagamento de salários e indemnizações a mais de mil trabalhadores.

Mesmo quando chegam ao fim, há processos em que é o próprio Estado – que não assegura Justiça em tempo útil aos trabalhadores, nem pune os abusos patronais – a embolsar a totalidade dos valores obtidos com a venda da massa falida (casos da Nutripol e da Gelmar). Também sucede que as autoridades fiscais ou

a Segurança Social, no final de longos processos judiciais, decidem recorrer de sentenças de graduação de créditos, tentando evitar que as indemnizações aos trabalhadores sejam consideradas créditos privilegiados, tal como são os salários.

Manuel Guerreiro, da Comissão Executiva da CGTP, reclamou medidas para diminuir drasticamente a duração dos processos de falência e defendeu que, enquanto as demoras se mantiverem, deve ser definida uma forma de o Estado antecipar os pagamentos aos trabalhadores. Valorizou, a propósito, a recente iniciativa legislativa do PCP, actualmente na respectiva Comissão Parlamentar, como instrumento que pode ajudar a atenuar ou resolver parte destes problemas, fazendo votos para que, em breve, possa ser transformada em Lei.

## OLIVEIRA DO BAIRRO Urge fiscalização eficaz

Um acidente nas instalações do saneamento de Silveira - Oiã, vitimou gravemente, no dia 10, dois trabalhadores imigrantes, soterrados na abertura de uma vala.

Uma verificação ao local revelou o incumprimento das normas de segurança, já que a vala onde os trabalhadores laboravam apenas estava escorada no fundo, tendo acima das escoras cerca de um metro e meio de altura.

A Comissão Concelhia de Oliveira do Bairro do PCP atribuiu este e outros acidentes à falta de segurança resultante da vontade de reduzir custos e aumentar lucros sem olhar ao «risco das vidas humanas». Daí que, para além da denúncia destas situações, venha reclamando com insistência o cumprimento das normas de segurança e uma fiscalização eficaz por parte das entidades responsáveis. Relativamente a este último acidente, a Concelhia do PCP exige o apuramento «escrupuloso» das responsabilidades e a tomada de «medidas de apoio e indemnização justas» às vítimas e às suas famílias, «independentemente da sua situação legal como imigrantes».

## PORTO PT não cumpre legislação

Na sequência de um encontro com os trabalhadores da PT/Porto que, concentrados junto das instalações da Picaria, recusavam a transferência para Bragança e Abrantes, o deputado comunista Honório Novo apresentou um requerimento, na Assembleia da República. Em causa está o desrespeito dos responsáveis da PT pela legislação laboral vigente.

De facto, estes jovens trabalhadores, na sua maioria estudantes universitários com vida familiar organizada na região, foram despedidos quando o serviço onde há anos trabalhavam com contratos sucessivos foi transferido para uma empresa recém-criada do Grupo PT, tendo, então, recorrido aos tribunais que obrigaram a PT a reintegrá-los. Como represália, a empresa colocou-os numa sala onde permaneciam sem trabalhar, impondo-lhes, a seguir, a transferência para locais tão distantes que, além de pôr em causa o Acordo de Empresa e afectar a sua vida familiar, os impede de frequentar os estudos.

## ÍLHAVO EDP ignora utentes

Após o encerramento da dependência da EDP em Ílhavo, a Concelhia do PCP lançou um abaixo-assinado, que recolheu mais de três mil assinaturas entregues ao Governador Civil, exigindo a reabertura da citada dependência e abertura de um balcão da empresa na Gafanha da Nazaré, reivindicações, aliás, constantes de uma moção proposta pela CDU na Assembleia Municipal de Ílhavo, aprovada por unanimidade. A EDP continua, porém, a insistir na abertura dos chamados «Pontos de Energia» (estabelecimentos comerciais onde as pessoas podem pagar as suas facturas), levando a apagões e avarias constantes e a enormes prejuízos para os utentes, sobretudo empresas. Face à situação, e na continuidade das posições já assumidas pelo PCP, a Concelhia de Ílhavo vai colocar a questão ao seu Grupo Parlamentar e enviar a todas as Assembleias e Câmaras Municipais do distrito de Aveiro a moção aprovada pela AM de Ílhavo, incitando-as - mesmo às que ainda não sofreram a «malfeitoria» -, a tomar idêntica posição.

# Um milhão de contos por dia!

**É mesmo assim. Segundo estudos feitos e já tornados públicos, os lucros da banca em Portugal durante o ano 2000 chegaram aos 370 milhões de contos. E para 2001 apontam para um aumento superior a 20%.**



**Armindo  
Miranda**  
Membro  
da Comissão  
Política

Trata-se de lucros fabulosos se tivermos em conta a situação económica do país e em especial as condições de vida de muitos milhares de trabalhadores que com o salário mínimo nacional ou com pouco mais que isso tentam fazer face às despesas mensais em casa.

Um milhão de contos de lucro por dia dá uma ideia das situações anacrónicas, em termos de justiça social, criadas pela lógica do lucro, regra sagrada e implacável do sistema capitalista. É que quem alimenta em boa parte a gula destes autênticos vampiros do sangue alheio são:

- centenas de milhares de famílias que mensalmente depositam nos bancos uma boa parte do seu salário para pagar

cidadãos que produzem para o país e pagam os seus impostos (cresce mensalmente o número de casos em que não conseguem pagar as prestações ao banco e são postos na rua);

- muitos milhares de micros, pequenos e médios empresários que são sugados até ao tutano pelo capital financeiro por serem obrigados a recorrer aos empréstimos bancários para garantir a sobrevivência das suas empresas.

Um milhão de contos de lucro por dia, esta realidade torna mais transparente o conteúdo de classe da política do Governo PS, em benefício de uma minoria de capitalistas e em prejuízo da grande maioria dos portugueses nomeadamente dos assalariados e das camadas sociais mais desfavorecidas. Neste contexto, assumem ainda mais gravidade os alertas de Vítor Constâncio, governador do Banco de Portugal, aconselhando mais moderação nos aumentos salariais dos trabalhadores, nomeadamente dos da Função Pública.

## Os lucros da banca revelam bem o conteúdo de classe do Governo PS

a renda que as altas taxas de juro praticadas lhes exigem;

- muitos milhares de jovens casais, na sua grande maioria contratados a prazo e até desempregados, que só conseguem suportar as altas mensalidades que pagam aos bancos, recorrendo à ajuda dos pais ou privando-se de muitas coisas a que têm direito, como jovens

### A postura é de combate

Entretanto, crescem as dificuldades de grande parte dos portugueses. Mantêm-se a injusta política de rendimentos, baixos salários e baixas pensões de reforma, acentua-se o aumento dos preços nomeadamente os de primeira necessidade. Aumentam os fenómenos

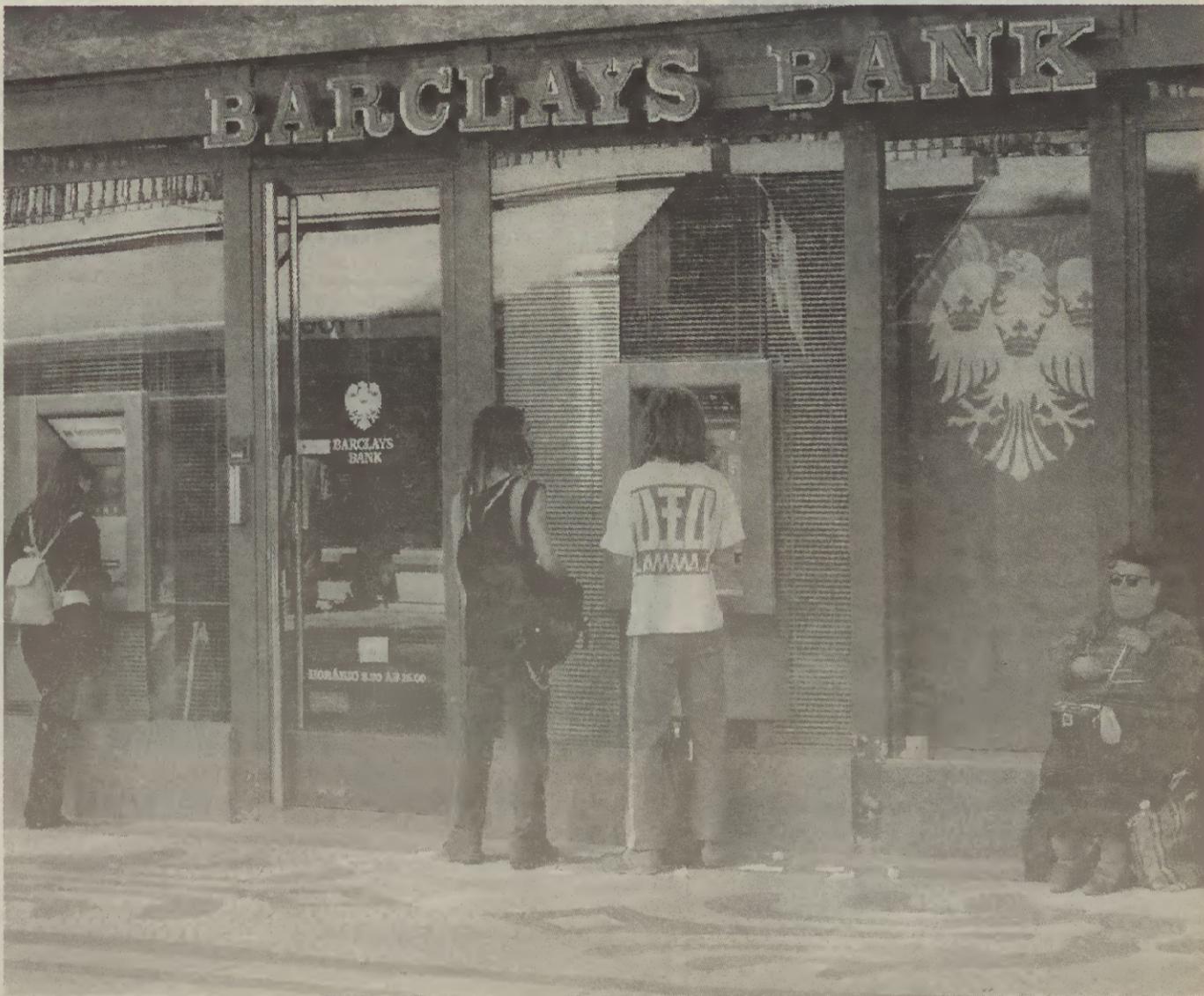
de pobreza e de exclusão social e a insatisfação cresce nas áreas da saúde, educação e segurança das populações.

É fundamental a ruptura com esta política de direita e a implementação de outra política de esquerda que não veja nos salários e no aumento do poder de compra dos trabalhadores um inimigo mas um aliado do processo de desenvolvimento económico.

Para isto é determinante a cultura e postura de combate que a experiência do nosso partido nos indica ser um poderoso factor de atracção e mobilização de vastas camadas e classes sociais para a luta revolucionária pela transformação da sociedade.

Neste contexto, reveste-se de grande significado e importância a resolução, aprovada na última reunião do Comité Central do nosso Partido, sobre a intervenção e organização no seio da classe operária e dos trabalhadores, que, tal como é dito também nesta resolução, não significa o alheamento ou abandono de acção do Partido junto das outras camadas e classes sociais.

Trata-se de uma gigantesca tarefa que temos pela frente mas, como dificuldades não significa impossibilidades e este Partido está habituado a fazer-lhes frente e a levá-las de vencida, também neste caso o grande colectivo partidário encontrará o caminho para levar a nossa mensagem à razão e ao coração de milhares de jovens operários e outros assalariados, que tanto precisam de a conhecer, interpretar e assimilar para a evolução da sua consciência social e política. Com eles reforçaremos a cultura e postura de combate do nosso Partido. Com eles e todos os outros trabalhadores continuaremos a fazer história e construir futuro. Um futuro onde os exploradores, amigos do alheio, não possam continuar a ganhar um milhão de contos de lucro por dia.



## Beja Rede viária degrada-se

A Direcção da Organização Regional de Beja do PCP está satisfeita com a forma como está a decorrer o processo de apresentação das candidaturas CDU e a preparação das listas e dos programas mas, em contrapartida, está preocupada com o «estado calamitoso» da saúde no distrito, em particular com a degradação de diversos dos serviços no Hospital Distrital de Beja, onde a falta de profissionais, de equipamento, de condições e de organização já levou ao afastamento do director do Serviço de Urgências. Situação que se estende aos centros de saúde e gera crescente insatisfação entre médicos, enfermeiros e utentes.

No comunicado que emitiu, a DORBE alerta ainda para a degradação acelerada da rede viária do distrito e, denunciando a marginalização a que o Governo, apesar dos milhões anunciados, tem votado o Alentejo, enumera um conjunto de estradas, vias e troços onde é quase impossível transitar.

Depois de ter visitado Matosinhos, Ilda Figueiredo esteve a apresentar um Programa de reestruturação da frota atingida, o que, em sua opinião, apenas significa adiar o problema até nova reunião dos ministros das Pescas, daqui a dois meses. A eurodeputada, dando, ainda, conhecimento da discussão neste momento em torno do Livro Verde Sobre o Futuro da Política Comum de Pescas, apelou aos que queiram contribuir

**Na sequência dos encontros que manteve com pescadores e pequenos armadores, a eurodeputada comunista Ilda Figueiredo levou ao Parlamento Europeu as dificuldades económicas por que o sector está a passar, colocando a necessidade de apoios financeiros para o mesmo.**

Depois de ter visitado Matosinhos, Ilda Figueiredo esteve a apresentar um Programa de reestruturação da frota atingida, o que, em sua opinião, apenas significa adiar o problema até nova reunião dos ministros das Pescas, daqui a dois meses. A eurodeputada, dando, ainda, conhecimento da discussão neste momento em torno do Livro Verde Sobre o Futuro da Política Comum de Pescas, apelou aos que queiram contribuir

**Portugal foi o país que mais embarcações e postos de trabalho destruiu**

A eurodeputada, dando, ainda, conhecimento da discussão neste momento em torno do Livro Verde Sobre o Futuro da Política Comum de Pescas, apelou aos que queiram contribuir

não cumpriram os Planos Operacionais de Pesca, Portugal, pelo contrário, foi o que mais embarcações abateu, maior redução do esforço de pesca fez e mais postos de trabalho destruiu.

O PCP tem acompanhado todos estas questões, propondo-se a Comissão Concelhia de Olhão, nomeadamente, analisar com os pescadores e armadores do concelho as questões relacionadas com a reforma da Política Comum de Pescas.

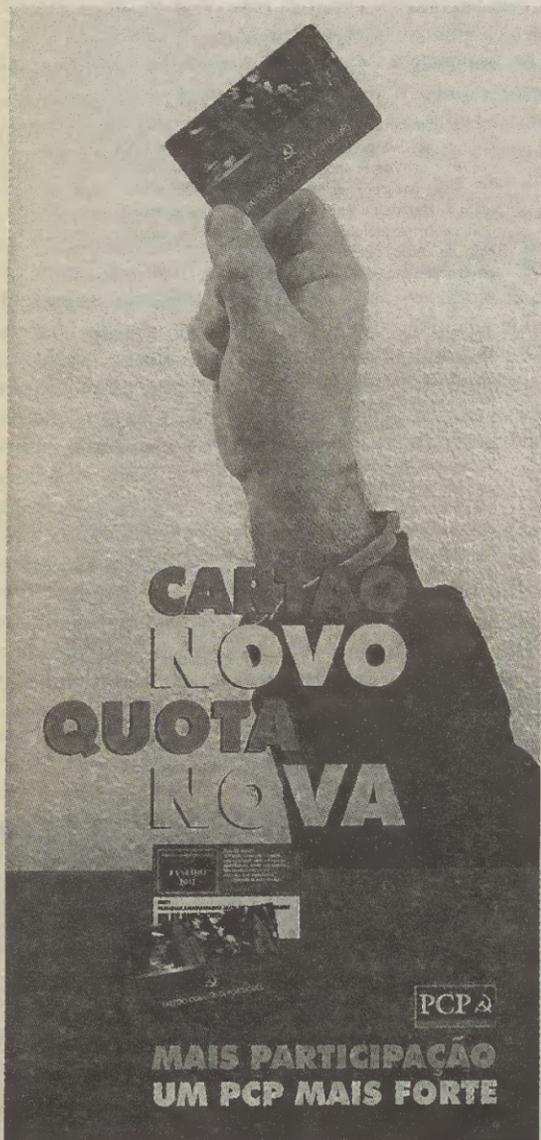
**Investir no Vale do Sousa**

Ilda Figueiredo vem, entretanto, contactando outros sectores de actividade. Na sexta-feira passada, por exemplo, acompanhada de uma delegação da Direcção Sub-Regional

em infra-estruturas, com investimentos superiores a 100 milhões de contos, só alguns anos mais tarde ter sido criado o PROSOUSA - Programa de Desenvolvimento Integrado. Este Programa foi incluído no Quadro Comunitário de Apoio, chegando o ex-ministro João Cravinho a prometer 60 milhões de contos e mas... o II QCA terminou e nem 10% do investimento prometido havia sido concretizado. Entretanto, no III QCA o que aparece é apenas uma Acção Integrada de Base Territorial do Vale do Sousa a que foi atribuída uma verba de 5 milhões de contos.

A situação é, pois, de continuadas carências na região, designadamente ao nível das acessibilidades - como a tragédia da Ponte de Entre-os-Rios evidenciou -, pelo que Ilda Figueiredo e a delegação do PCP comprometeram-se a pugnar pela concretização de um autêntico plano de desenvolvimento da região e, para isso, a defender junto do Governo e das instituições comunitárias os necessários investimentos e fundos.

**Se ainda não tens o cartão de militante dirige-te à tua organização**



É necessário apoiar as pescas e os pescadores

paragem biológica da pesca da ganchoira e os problemas sociais provenientes desta situação para os pescadores e as suas famílias.

Ilda Figueiredo considerou inadmissível a situação e, manifestando aos trabalhadores com quem se encontrou a solidariedade do PCP, informou-os sobre a última decisão do Conselho de Ministros da UE, no sentido de convidar a Comissão Europeia das Pescas

para o debate, o envio para a Comissão Europeia, até 30 de Setembro, das suas observações e críticas.

Ilda Figueiredo recordou, depois, os alertas do PCP sobre os malefícios para as nossas pescas da sua integração na Política Comum de Pescas e manifestou as preocupações pelo facto de, no Livro Verde, todos os países serem tratados de igual forma, já que, havendo muitos que

do Vale do Sousa e Baixo Tâmega do PCP, reuniu com a Associação de Municípios do Vale do Sousa, com quem trocou opiniões sobre o actual estado da região.

À discussão veio, nomeadamente, o facto de apesar de o estudo realizado em 1991 pela Quaternaire apontar para a necessidade de um Plano de Desenvolvimento Integrado do Vale do Sousa, visando o combate ao atraso

## Metro do Porto Evitar «erro histórico»

O Sector Ferroviário do Porto do PCP, tal como declarou já em 1997, desaprova a integração da linha ferroviária Porto-Póvoa no metro, ou seja, numa malha urbana de transportes. Essa postura foi então considerada «romântica» e/ou «ultrapassada» mas hoje são os próprios utentes a admitir terem «comprado gato por lebre» e a reconhecer a justeza da posição dos trabalhadores e comunistas do sector que, para além das suas «preocupações profissionais», pretendem projectar também a voz das populações.

Era, na altura, entendimento dos trabalhadores e das suas ORTs que para a Linha Porto-Póvoa o objectivo era encurtar o tempo de viagem (levava-se 55 minutos para percorrer 40 km), duplicar e electrificar a linha.

Face, porém, à insistência naquilo que os comunistas consideram um «erro histórico» - a integração de uma linha suburbana de transporte ferroviário no metro - o PCP veio a público defender o que considera correcto. Ou seja, a manutenção da linha Póvoa-Porto como linha da CP, transporte suburbano ferroviário, até à estação da Senhora da Hora e o eixo Senhora da Hora-Trofa, concretizando-se a duplicação e electrificação da via; a integração (no respeito dos dinheiros do erário público já gastos) do percurso Senhora da Hora-Trindade na rede do Metro do Porto, cuja manutenção e reparação deverá ser da responsabilidade da EMEF/Grupo CP; e a garantia do respeito pelos direitos dos trabalhadores afectados por estas alterações.



## PCP recebe bancários

No dia 10 de Maio, uma delegação da Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Banca foi recebida, a seu pedido, por uma delegação do PCP, constituída por Jorge Pires, da Comissão Política, Vicente Merendas, do CC e deputado, e Paula Henriques, do CC.

Em representação da Coordenadora estiveram,

por sua vez, José Dionísio, da CNT do BES, José Ragalado, da CNT do Totta, e Manuel Fernandes, da CNT da CGD. No decurso do encontro, realizado no CT Soeiro Pereira Gomes, as duas delegações trocaram opiniões sobre aspectos da grave situação social dos bancários e da concentração monopolista do capital no sector financeiro.

## ▼ CAMARADAS FALECIDOS

### João Guerreiro Teixeira

Faleceu, no dia 9 de Maio, o camarada João Guerreiro Teixeira. Membro do Partido desde Maio de 1974, fez parte da célula do Arsenal do Alfeite. Presentemente fazia parte da organização da Freguesia da Aldeia de Paio Pires.

### José de Bastos Ribeiro

Faleceu, no dia 12 de Maio, vítima de doença prolongada, o camarada José de Bastos Ribeiro, de 47 anos, corticeiro. Era dirigente do Sindicato dos Operários Corticeiros do Norte. Foi membro da Comissão de Trabalhadores da Amorim & Irmãos. Era membro da Comissão Concelhia de Santa Maria da Feira do PCP. Camarada muito estimado no Partido e em Fiães, onde residia, no seu funeral integraram-se centenas de pessoas.

### Manuel Marques Nunes Manquinho

Faleceu recentemente o camarada Manuel Marques Nunes Manquinho, membro do Partido desde 1974, organizado na Comissão Local de Casal do Marco. Destacado militante, desempenhou várias tarefas, entre as quais a distribuição e divulgação do «Avante!». Pertenceu também à célula dos trabalhadores da Siderurgia Nacional.



Aos familiares e amigos do comunista falecido, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

## Autarquias da Moita Comunistas avaliam trabalho

No âmbito das comemorações do 80.º aniversário do PCP, a célula dos trabalhadores comunistas da Câmara da Moita promoveu, no sábado passado, uma visita a todas as freguesias do concelho, juntando mais de 150 pessoas, entre militantes, convidados não militantes e eleitos das autarquias.

A iniciativa, que acabou por se transformar num verdadeiro «presta-contas» da Câmara, incluiu um almoço de confraternização e terminou com uma visita à exposição comemorativa do aniversário do PCP, inaugurada na véspera, nas instalações de uma das mais importantes colectividades do concelho, o Ginásio Atlético Clube da Baixa da Banheira.

Entretanto, a chuva não impediu a visita do grupo a uma dezena de locais para tomar conhecimento de obras feitas, de problemas a resolver e de novos projectos em desenvolvimento ou a lançar.

No fim do almoço, Valdemar Santos, membro do Comité Central e responsável do PCP pelo concelho, fez uma breve apreciação crítica do trabalho autárquico na Moita e anunciou que o actual presidente do município, João José Almeida, será de novo o cabeça de lista da CDU nas eleições de Dezembro.

João José Almeida, por sua vez, fez um rápido balanço crítico do trabalho realizado no presente mandato, recordou diversos pontos da resolução política do Encontro Nacional da CDU, ocorrido há dias em Lisboa, e manifestou esperança num bom resultado eleitoral, já que a Câmara correspondeu à confiança que os munícipes nela depositaram, tendo ainda muitos projectos já lançados ou em perspectiva, de que se destacam o Pró-Tejo – Programa de Valorização da Zona Ribeirinha e a Operação de Revitalização Urbana da Vila da Baixa da Banheira.

## Montargil Mudar é possível

Um almoço-convívio, com dezenas de militantes e simpatizantes, comemorou, no domingo passado, em Montargil, o 80.º aniversário do PCP.

Na ocasião, José Amante referiu aspectos da história do PCP, cuja força provém «da sua ligação profunda aos anseios mais justos da sociedade».

De facto, a luta contra o fascismo e a repressão, pela liberdade e democracia «não teria sido possível sem o trabalho e a luta dos comunistas nos campos, nas fábricas, nas escolas, dentro das Forças Armadas, no seio de toda a sociedade», sendo que também em Montargil, os comunistas sempre estiveram na «primeira linha» de combate pela obtenção de melhores condições de vida.

Com o 25 de Abril, para além das importantes conquistas alcançadas, foram criadas expectativas a vários níveis - saúde, ensino, habitação, justiça social, entre outras - que os portugueses viram goradas pela política de direita de sucessivos governos.

Nomeadamente em Montargil, diz João Amante, desde que a CDU, há sete anos, perdeu a Câmara, o PS tudo tem feito para «objectivamente impedir o desenvolvimento» da freguesia, esquecendo ou adiando projectos que a CDU tinha em vias de concretização. A exemplificar, João Amante refere o desaparecimento das

negociações para a instalação de pequena e média indústria e, ainda, projectos como os do mercado, do desenvolvimento da barragem, do Parque das Merendas, da criação de novos espaços habitacionais ou dos lugares de Foros do Mocho, Farinha Branca e Vale de Vilão.

### CDU é a alternativa

Entretanto, à Junta de Freguesia de Montargil foram retirados os meios financeiros de apoio que existiam, sendo que a Câmara de Ponte de Sor desde 1994 «não transfere praticamente um tostão» dos mais de 50 mil contos que anualmente enviava para as freguesias.

Lembrando que a Câmara, nestes oito anos, terá recebido, em transferências directas, entre 6 e 7 milhões de contos, e que, pela sua importância e população deles deveria ter sido - mas não foi - investido um milhão em Montargil, João Amante pensa que o «balanço real será mais negro», pelo que está na altura de os montargilenses porem termo à gestão PS.

O concelho e a freguesia necessitam urgentemente de uma Câmara CDU, conclui João Amante, afirmando que essa possibilidade está «na mão de todos» e poderá concretizar-se no próximo acto eleitoral, com o voto na CDU.



festa  
Avante!  
25  
anos  
1976-2001

7, 8 e 9 Set.  
Atalaia | Amora | Seixal

## XII Bienal de Artes Plásticas 2001

# Um espaço de produção e fruição culturais

A XII Bienal, que a Festa do Avante! realiza nos dias 7, 8 e 9 de Setembro, na Atalaia - Amora - Seixal, pretende mais uma vez constituir um ponto de encontro entre artistas e público visitante da Festa e um espaço de produção e fruição culturais dentro de uma perspectiva de política cultural que o PCP visa levar ao grande público, promovendo, por esta forma, o sentido crítico e o gosto pelas artes. Inserida num evento nacional e internacional como é a Festa do Avante! - este ano na sua 25.ª edição - a XII Bienal de Artes Plásticas é também, na opinião da sua Comissão Executiva, que agora divulga o Regulamento da mesma, «um contributo para a construção de uma mais viva e profunda democracia cultural que, a par da componente de democracia económica, social e política, é elemento constituinte do projecto, que o PCP sempre defendeu e defende».

### Regulamento

#### I

A Festa do Avante organiza a XII Bienal de Artes Plásticas, na Quinta da Atalaia, Amora Seixal, nos dias 7, 8 e 9 de Setembro de 2001, constituindo especialmente para o efeito uma Comissão Executiva a quem cabe a responsabilidade técnica e uma Comissão Consultiva a quem cabe a responsabilidade artística.

#### II

A estrutura da exposição (concepção e instalação) é da responsabilidade da Comissão Executiva da XII Bienal da Festa do Avante!. A exposição desenvolver-se-á em espaço próprio, coberto, podendo quando a situação o exigir, desenvolver-se em espaço aberto contíguo ao espaço coberto.

#### III

A XII Bienal será constituída por uma parte destinada a concorrentes e uma outra parte a artistas convidados pela organização, por proposta da Comissão Consultiva. A XII Bienal é aberta a todas as expressões artísticas na área das artes visuais.

#### IV

Cada artista pode concorrer com o máximo de 2 obras recentes, (após 31 Dez 98) devidamente identificadas, preparadas para expor, em qualquer modalidade. Serão aceites trabalhos de grupo.

#### V

Para garantir a unidade e facilidade de montagem, o espaço ocupado por cada obra não poderá ultrapassar os 2,00m X 2,00m de largo. As obras tridimensionais não devem ultrapassar as medidas que caberiam num cubo de 150cm de lado. As obras tridimensionais que ultrapassem estas medidas poderão ser expostas e serão avaliadas pelo júri de selecção através de 3 diapositivos ou vídeo enviados pelo autor. Caso sejam aceites pelo júri de selecção e haja condições técnicas para a sua instalação, o seu transporte será por conta do autor, directamente para o local da XII Bienal da Festa do Avante!, e respectiva recolha, depois do encerramento da XII Bienal.

#### VI

As obras deverão ser acompanhadas de indicações claras quanto à sua posição correcta de exposição. As obras que não estiverem correctamente identificadas serão excluídas.

#### VII

A organização da XII Bienal da Festa do Avante! não se responsabiliza por obras de duração precária, efémera ou enviadas em condições deficientes. Se alguma obra necessitar de protecção, deverá ser utilizado sempre que possível um material inquebrável.

#### VIII

A organização da XII Bienal compromete-se a tratar com maior zelo e cuidado as obras recebidas. Os concorrentes que desejarem, poderão contratar, por sua conta e sob sua responsabilidade, qualquer tipo de seguro que entendam necessário.

#### IX

A selecção das obras a concurso será feita por um júri designado pela Comissão Consultiva. Da decisão do júri não há recurso.

#### X

As obras e a ficha de inscrição, devidamente preenchida, devem ser entregues no Centros Regionais de Selecção (sedes do PCP abaixo indicadas), até dia 30 de Junho de 2001, podendo os Centros Regionais de Selecção, expor as mesmas ao público entre os dias 15 de Julho e 15 de Agosto. Será nestes Centros Regionais de Selecção que o júri fará a respectiva selecção. Porto - Av. da Boavista, 931 - Tel. 226095651/Fax 226097948 (Porto, Braga, Vila Real, Bragança e Viana do Castelo). Coimbra - R. da Sofia, 73 - Tel. 239826677/Fax 239298522 (Coimbra, Aveiro, Viseu, Castelo Branco e Guarda). Lisboa - Av. Liberdade, 170 - Tel. 213307700/Fax 213307099 (Lisboa, Santarém e Leiria). Évora - R. de Aviz, 97 - Tel. 266706367/Fax 266760699 (Évora, Beja, Portalegre e Litoral Alentejano). Faro - R. de Portugal, 40 - Tel. 289805734/Fax 289805735.

#### XI

Na ficha de inscrição, os artistas devem declarar o valor das obras para efeitos de venda. A organização promoverá a venda das obras expostas conforme a vontade dos artistas, reservando para si 30% do seu valor.

#### XII

Na altura da exposição será publicado um Catálogo que os participantes receberão gratuitamente.

#### XIII

Os artistas autorizam a menção dos seus nomes e a reprodução fotográfica ou em vídeo das suas obras, dentro do programa estabelecido pela XII Bienal da Festa do Avante!, para sua promoção e divulgação.

#### XIV

Nenhuma obra, após seleccionada, poderá ser retirada da exposição (mesmo que seja vendida na fase de exposição regional) antes do encerramento da XII Bienal da Festa do Avante!

#### XV

As obras deverão ser levantadas pelo próprio ou por pessoa por ele credenciada, entre os dias 26 de Setembro e 30 de Outubro 2001 nos locais de recepção referidos no ponto X deste regulamento. Caso a obra não seja levantada até 31 de Março de 2002, reverterá para a Festa do Avante!.

#### XVI

Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pela organização da XII Bienal da Festa do Avante!.

Para qualquer informação complementar, contactar a Comissão Executiva da XII Bienal da Festa do Avante!: Festa do Avante - Quinta da Atalaia, Av. Baía Natural do Seixal - 2845-415 Amora - Seixal - Telef. 212224000 - Fax - 212272516 e-mail: festavante@mail.telepac.pt

# A Fundação está de volta

• António Filipe

A Fundação para a Prevenção e Segurança, também vulgarmente conhecida como Fundação "Vara-Patrão", está de volta, por via do Inquérito Parlamentar que presentemente decorre. É certo que os contornos essenciais dessa operação de ludíbrio das regras mais elementares de gestão pública tornaram-se conhecidas há uns tempos, quando o escândalo rebentou nas páginas dos jornais e quando se realizaram várias audições parlamentares sobre o assunto, e tiveram consequências políticas, traduzidas na demissão do criador da Fundação - Armando Vara - e de um dos seus mais fervorosos defensores - Luís Patrão. Porém, e sem quebrar qualquer dever de confidencialidade, na medida em que os depoimentos feitos perante o Inquérito em curso têm sido públicos, sempre vão aparecendo alguns elementos adicionais que confirmam cabalmente muito do que já se sabia ou suspeitava. Merece a pena por isso realinhar alguns elementos.

Como já se sabia, a Fundação para a Prevenção e Segurança foi uma criação de Armando Vara, ao tempo em que era secretário de Estado da Administração Interna. Supostamente agastado com os trâmites morosos da gestão pública, o secretário de Estado descobriu a forma

com quem quisesse, sem respeitar outras regras que não fossem os seus próprios critérios de escolha. Sabe-se também que, chegado Fernando Gomes ao Ministério da Administração Interna, veio a saber pelos jornais que existia uma Fundação a quem o seu Ministério entregava dinheiros públicos e veio a saber outras coisas, como, por exemplo, o facto de uma adjunta do secretário de Estado (Luís Patrão), que emitia pareceres favoráveis à transferência de dinheiros para a Fundação, ser precisamente uma das pessoas habilitadas a movimentar esses dinheiros depois de transferidos. Tal estado de ignorância (extensiva pelos vistos ao seu antecessor Jorge Coelho) e certamente de incredulidade terá levado Fernando Gomes a decidir suspender as transferências de dinheiros para a Fundação. Mas em vão. Já que o secretário de Estado (Luís Patrão), impedido por ordem ministerial de mandar dinheiro directamente para a Fundação, decidiu fazê-lo por via indirecta, procedendo a transferências para a Prevenção Rodoviária Portuguesa que, por sua vez, através de protocolos com a Fundação, se encarregava de fazer o dinheiro chegar ao seu destino. Dir-se-á que até aqui nada de novo. Estes factos foram revelados nas audições realizadas há uns meses,



de utilizar os dinheiros de que a sua Secretaria de Estado dispunha para lançar campanhas em torno da segurança rodoviária ou do combate aos fogos florestais, abrindo mão de um expediente tipo "ovo de Colombo". Assim, alguns dos seus directos colaboradores no Ministério e mais algumas pessoas da sua confiança recrutadas na "sociedade civil" trataram de constituir uma Fundação. Mas desde logo com uma diferença: é que, enquanto as Fundações se constituem para afectar um determinado património a determinadas finalidades, esta Fundação tinha a grande particularidade de não ter património, na medida em que só depois de constituída, e de constar da respectiva escritura a existência de um património de 10 mil contos, é que tal quantia lhe foi ofertada pelo MAI, como primeira tranche de um conjunto de transferências que totalizaram algumas centenas de milhares de contos.

Desta forma, as pessoas que deveriam trabalhar no MAI, na realização de acções de prevenção e segurança, faziam-no fora do MAI mas com dinheiros deste, e sem terem de se preocupar minimamente com concursos públicos ou outras maçadas obrigatórias para quem utiliza o dinheiro dos contribuintes. O Ministério da Administração Interna actuava, assim, por interposta Fundação, como se fosse um simples particular que se dedicasse a patrocinar campanhas de prevenção, contratando o que muito bem quisesse e

permitindo mesmo ao ex-ministro Fernando Gomes ficar a saber que as suas ordens de suspensão dos financiamentos para a Fundação eram torpedeadas pelo seu próprio secretário de Estado. Porém, há algo que resulta de novo do Inquérito em curso. Ficamos a saber que o critério de escolha dos fundadores e membros dos corpos gerentes da Fundação não era outro senão o grau de amizade e confiança pessoal com Armando Vara; que a Fundação gastava o dinheiro dos contribuintes com a maior descontração e informalidade, prescindindo mesmo da existência de contratos escritos; que os corpos gerentes da Fundação tratavam dos assuntos estatutários à mesa do jantar, tendo mesmo Armando Vara como conviva, e se limitavam a assinar de cruz as formalidades estatutárias. E, já agora, também ficamos a saber que tanto Luís Patrão como Armando Vara continuam a afirmar a sua convicção de que prestaram um enorme serviço ao País com a criação desta Fundação. E não falta quem o reconheça, já que Armando Vara, impossibilitado por razões óbvias de prestar mais serviços destes ao País como governante, sempre vai fazendo algo pela Pátria como coordenador do PS para as eleições autárquicas.

PCP preconiza novo sistema de cobrança de quotas sindicais

## Por sindicatos fortes e autónomos

Melhorar, alargar e aperfeiçoar o sistema de cobrança das quotas sindicais é o principal objectivo de um projecto de lei do PCP. Sujeito a debate na semana transacta, vai hoje a votos.

Tal como um outro do PS que tem inscritos idênticos objectivos, embora em relação a este subsistam algumas dúvidas e reservas, susceptíveis, no entanto, de poderem vir a ser superadas em sede de especialidade. Essa é pelo menos a aposta da bancada comunista, que acredita ser possível a partir dos dois projectos chegar a uma «boa lei».

Uma lei que estabeleça um regime «claro e objectivo», no dizer do deputado comunista Vicente Merendas, que seja um contributo para melhorar a concretização do princípio da independência dos sindicatos consagrado na Constituição da República. Tanto mais que sendo estes «uma peça indispensável na construção e no desenvolvimento democrático da sociedade», importa que lhes sejam asseguradas todas as condições que permitam um «movimento sindical forte, autónomo, financeiramente sustentado».

E é nessa direcção que vai o projecto de lei do PCP ao propor, como sali-

entou o parlamentar comunista, o abandono da exigência de celebração pré-

**Os direitos dos sindicatos devem ser salvaguardados e a sua dignidade respeitada**

via de um acordo entre entidades ou associações patronais e associações sindicais para a cobrança das quotas sindicais. Trata-se de alterar o texto legal no que a

este ponto diz respeito, já que a actual situação se tem traduzido em muitos casos na sua não aplicação face à atitude de muitas associações profissionais que, fazendo uso do poder de «veto» que na prática a lei lhes confere, recusam qualquer acordo com as associações sindicais.

Preconizada pela bancada do PCP é ainda a consagração expressa da possibilidade de tratamento automatizado de dados pessoais dos trabalhadores referentes a filiação sindical, desde que exclusivamente utilizados na aplicação do sistema de cobrança e entrega de quotas sindicais.

O sancionamento adequado das situações de retenção ilícita por parte das entidades empregadoras dos valores deduzidos a título de

quotização sindical nas retribuições dos trabalhadores é outra das medidas previstas no projecto comunista, no qual se estipula ainda que a omissão de cobrança da quotização sindical relativamente ao trabalhador que a haja autorizado constitui contra-ordenação grave, tal como configura crime de abuso de confiança, previsto e punido nos termos do Código Penal, a retenção por parte da entidade empregadora dos valores das quotizações e sua não entrega atempada ao sindicato.

É exactamente sobre esta última questão que surgem algumas dúvidas quanto ao diploma do PS, já que este, como observou Vicente Merendas, parecendo apontar para um agravamento do regime, como resulta de uma primeira leitura, estabelece de facto um «real desagravamento penal».

Criticado pela bancada comunista é também o facto de o diploma do PS não contemplar uma disposição normativa que assegure a sucessão dos regimes jurídicos de cobrança das quotas sindicais, garantindo a dispensa de novas declarações a todos os trabalhadores cujas entidades patronais já procedem actualmente à dedução de quotas sindicais nas respectivas retribuições.

Mulheres discriminadas no desporto

## Promover a igualdade

Tem vindo a decrescer ao longo dos anos a participação das mulheres no desporto. Vários indicadores apontam nesse sentido. Para a deputada Margarida Botelho, que levou o assunto a plenário, este é o reflexo de uma política desportiva que não contempla a promoção da igualdade de oportunidades, ao contrário do que se passa internacionalmente.

Em intervenção no período antes da ordem do dia, proferida faz hoje uma semana, a parlamentar do PCP suscitou a questão a propósito de notícias recentes denunciando o comportamento de dois clubes madeirenses de voleibol e futebol que penalizam as suas atletas caso estas engravidem.

Margarida Botelho não tem dúvidas de que se trata de uma grave discriminação

sobre as mulheres, a juntar a muitas outras registadas nos planos social e político. E os números, a este respeito, não deixam dúvidas: apenas 14 por cento das mulheres portuguesas - menos quatro por cento do que há dez anos - praticam desporto, contra 31 por cento dos homens. Em competição, a percentagem não chega a um por cento. Uma realidade bem diferente da que ocorre em outros países, como observou Margarida Botelho: «24 por cento das mulheres em Espanha praticam desporto; 63 por cento na Holanda; 67 por cento em França; 70 por cento na Suécia».

O panorama não é melhor quando se aborda a percentagem de mulheres nas nossas delegações olímpicas (continuamente a descender desde 1984) ou a sua participação nos Jogos Paralímpicos

(caiu de 39 por cento em 1988 para 13 por cento em 2000), o mesmo sucedendo a outros níveis da vida desportiva, como sejam a sua integração nas direcções dos clubes e federações desportivas, que não chega aos dez por cento.

Claro que nada disto é fruto do acaso, antes resulta da ausência de uma correcta política desportiva capaz de estimular e promover a participação em igualdade. Confirma-o, entre vários outros, o facto de nenhum contrato-programa contemplar a promoção do desporto feminino, como sublinhou Margarida Botelho, que acusou o Governo de impedir a divulgação de estudos elaborados pelo próprio Centro de Estudos e Formação Desportiva sobre a problemática da actividade física das mulheres.

## Abusos de menores

A deputada comunista Odete Santos defendeu a necessidade de serem adoptadas medidas preventivas «dotadas de eficácia» para combater os abusos sexuais de menores. Falta um programa de prevenção para as crianças na idade pré-escolar, exemplificou a deputada do PCP, para quem os menores nessa idade «deviam ter o conhecimento da sua autonomia, da autonomia do seu corpo, e do seu direito a recusar certos comportamentos dos adultos».

Estava-se no debate em torno de um projecto de lei do CDS/PP que propõe a criminalização da conduta de quem tenha na sua posse fotografias, filmes ou gravações pornográficas. A proposta assenta na presunção de que quem detém tais materiais é com o objectivo de os ceder, exhibir ou vender. Daí as dúvidas suscitadas por Odete Santos em relação ao texto, porquanto, esclareceu, «as presunções sobre o dolo são inadmissíveis em Direito penal». Correcto seria, isso sim, do seu ponto de vista, criminalizar os «actos preparatórios do crime de exibição ou cedência de fotografias, filmes ou gravações pornográficas». Ou seja, punir «quem, com intenção de exhibir ou ceder, a qualquer título», possuir imagens pornográficas em que sejam utilizados menores de 14 anos.

## Tráfego marítimo

O PCP expressou o seu total apoio ao projecto de resolução da autoria do Partido «Os Verdes» que preconiza a instalação de um sistema de controlo de tráfego marítimo. Sujeito hoje a votação, depois de ter estado em debate na passada semana, este sistema permitirá, se vier a ser instalado, um controlo efectivo e permanente da navegação na zona abrangida e a consequente separação do tráfego.

Para o deputado Joaquim Matias, que interveio em nome da bancada comunista, importa ulteriormente que o mesmo venha ser complementado com um sistema de notificação para navios que obrigue à sua identificação, facilitando o controlo do seu percurso nas nossas águas territoriais e consequente fiscalização.

A disponibilização dos meios necessários às autoridades marítimas, por forma a possibilitar o cabal cumprimento da sua actividade fiscalizadora, foi igualmente defendida pelo deputado do PCP, que não deixou de tecer duras críticas ao Governo pela inércia por este revelado no domínio da segurança no tráfego marítimo na nossa zona costeira.

Salientado a este propósito foi o facto de o Executivo nada ter feito, a não ser promessas, quanto à concretização das medidas previstas em acordos internacionais por si rubricados, como é o caso do Acordo de Cooperação para a Protecção das Costas e das Águas do Atlântico Nordeste.

# Níveis alarmantes de sinistralidade laboral motivam iniciativa do PCP Em defesa da saúde e da vida

**Portugal ocupa, no contexto europeu, um lugar cimeiro em termos de sinistralidade laboral. São cerca de 300 mil os acidentes de trabalho que ocorrem em média por ano no nosso país. Uma realidade que nos envergonha e a que urge pôr termo.**

Com esse objectivo propôs o Grupo Parlamentar do PCP um projecto de resolução visando instituir o dia 16 de Janeiro como Dia Nacional de Prevenção e Segurança no Trabalho. Em debate na semana transacta, o documento será hoje submetido a votação.

Tornar o nosso país «um lugar seguro e saudável para trabalhar», pode dizer-se, é o grande lema que anima esta iniciativa da bancada comunista, com a qual pretende dar um contributo útil para «aumentar a sensibilização de empresas, trabalhadores, do Estado e da sociedade em geral». Trata-se, por outras palavras, como explicou o deputado comunista Vicente Merendas, de gerar uma «dinâmica de prevenção que conduza ao cumprimento das normas de segurança e gere uma cultura de segurança a todos os níveis, com o objectivo de combater a inércia das entidades competentes e as insuficiências de fiscalização ao nível das empresas».

É porque se trata reconhecidamente de um «grave problema do País», importa ainda que no âmbito das comemorações do Dia Na-

cional de Prevenção e Segurança no Trabalho – e essa recomendação ao Governo está contida no projecto de resolução – seja realizada uma campanha de informação e prevenção com o objectivo de reduzir os aci-

**Há que criar uma dinâmica de prevenção que conduza ao cumprimento das normas de segurança**

dentes de trabalho. Do mesmo modo que é encarada como uma absoluta necessidade a apresentação pelo Executivo de um relatório anual à Assembleia da República sobre as medidas de prevenção adoptadas e sobre os dados relativos à sinistralidade laboral.

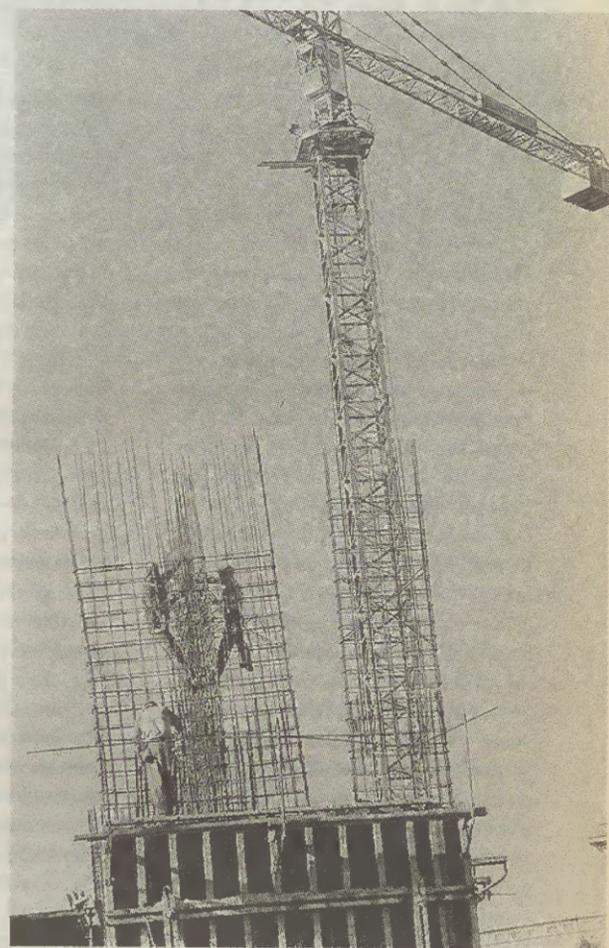
Em síntese, como sublinhou o deputado comunista Vicente Merendas, com este projecto de resolução o PCP dá o seu contributo «para a defesa da saúde e da vida dos trabalhadores portugueses».

Que têm pago um elevado e chocante tributo, incluindo a perda da vida – mais de 600 pessoas morrem por ano em consequência de acidentes de trabalho –, devido na maioria parte dos casos à falta de condições de trabalho, resultantes de erros ou deficiências do processo produtivo.

Daí que, na perspectiva da bancada comunista, o

caminho capaz de inverter o actual panorama passe por uma política de prevenção eficaz, que actue permanentemente, «adoptando medidas técnicas e organizativas que eliminem ou reduzam os riscos, esclarecendo e formando os trabalhadores».

E por isso também a importância, como salientou Vicente Merendas, do funcionamento urgente dos serviços de saúde, higiene e segurança nas empresas e serviços com a participação dos representantes eleitos dos trabalhadores. Os quais foram recentemente objecto de um Acordo assinado com os parceiros sociais, em relação ao qual o deputado comunista fez votos de que seja um instrumento que garanta a aplicação das normas legais e convencionais e confira eficácia ao combate à sinistralidade na sua raiz, prevenindo nos locais de trabalho o risco de acidente ou doença profissional.



A falta de condições de trabalho é uma das principais causas da sinistralidade

## Romper o muro de silêncio

Na perspectiva do PCP, importa continuar a aprofundar as razões que estão na base dos preocupantes níveis de sinistralidade existentes em Portugal. «É necessário conhecer quantos acidentes que não matando comprometem a vida e ocorrem todos os dias a coberto do silêncio», afirmou Vicente Merendas, antes de lembrar que, só no primeiro trimestre de 2000, registaram-se 49 312 acidentes, dos quais 36 mortais.

Mas não é só o «muro de silêncio», que afirmou ser «mais espesso do que se julga», que marca esta triste realidade. Em sua opinião parece igualmente haver uma «estranha filosofia» que resumiu em dois traços essenciais: «um deles é que a culpa pertence sempre ao trabalhador; outro é o de que o seguro paga».

Ora sucede, como tratou de sublinhar Vicente Merendas, que os acidentes acontecem porque a «grande maioria dos locais de

trabalho não oferece as mais elementares condições de higiene e segurança». Sabe-se mais: os acidentes acontecem igualmente «na relação directa da precarização do emprego», havendo idêntica correlação com a «ausência de fiscalização, de investimentos e de formação na área da prevenção».

Recordado pelo deputado do PCP foi ainda o facto de em muitas empresas os trabalhadores não terem a liberdade de recusar os riscos com que se confrontam no seu quotidiano de trabalho. «Para receber o seu salário, para manter o seu emprego, o trabalhador é forçado a obedecer. A sua luta contra o processo de degradação da sua saúde é assim um compromisso entre o risco de agravar ou perder a vida e o de perder o emprego de que ele e os seus dependem. Por um paradoxo, pode dizer-se que ele perde a sua vida para viver», assinalou Vicente Merendas.

## Ciência e Tecnologia Governo falha

O Governo tem sido incapaz de transformar e desenvolver o sistema científico e tecnológico nacional. A acusação é da deputada comunista Luísa Mesquita, para quem a prática governativa, bem como as estratégias anunciadas, têm sido «decepcionantes». Discutia-se a «situação e perspectiva da política científica e tecnológica». Foi numa das sessões plenárias da passada semana, em ponto agendado pelo Governo, que contou com a presença do respectivo ministro.

Para a bancada do PCP, o quadro existente no domínio da Ciência e Tecnologia apresenta diversas vulnerabilidades, nele relevando, no fundamental, uma situação precária. Isto não obstante reconhecer que algumas medidas foram desenvolvidas no sentido da formação do ensino experimental das ciências e da divulgação científica, insuficientes em todo o caso para alterar o débil panorama

do sector. E que estão sobretudo aquém da «capital importância», segundo Luísa Mesquita, que a Ciência e Tecnologia assumem para o desenvolvimento económico e social do país, para a modernização do sector produtivo e dos serviços, para a preservação e gestão dos recursos naturais. Testemunho da forma como o Governo encara esta área foi o Orçamento do Estado para 2001 em que o aumento para os Laboratórios de Estado se cifrou em 0,6 por cento, não chegando a cobrir as despesas com o pessoal. Lembradas pela parlamentar comunista foram também as verbas previstas em PIDDAC, que decresceram do ano passado para este em 16 por cento, apesar das carências de investimento. E isto num país onde o peso da despesa total nesta área no produto interno bruto é o mais baixo da União Europeia em paralelo com a Grécia.

## Por melhor ensino

A redução do número de alunos por turma no ensino não superior esteve em debate no Parlamento. Sendo considerada uma medida importante no sentido de uma escola com mais igualdade e com mais qualidade, esta não é no entanto a única capaz de cumprir aquele desiderato. E este foi o principal reparo que a bancada comunista fez aos dois projectos de lei do PSD e BE sobre a matéria, os quais, embora encarados pela bancada comunista como propostas «válidas e oportunas», foram considerados «minimalistas» face à dimensão do problema.

Margarida Botelho, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, afirmou mesmo que a questão do número de alunos não pode ser analisada «de forma isolada», como fazem os autores dos diplomas, perante a realidade de insucesso e abandono escolares hoje existente em todos os níveis de ensino.

«Temos de encarar a constituição das turmas como um dos elementos do correcto funcionamento das escolas - observou a deputada comunista -, a par do número de professores, da estabilidade do corpo docente e não docente, do número de turmas por professor, das condições materiais de cada escola, do seu

financiamento, do envolvimento socioeconómico, etc.».

Por si realçada foi ainda a necessidade de se proceder ao reforço do «apoio pedagógico acrescido dentro e fora da sala de aula», tanto mais que, sublinhou, o Governo diminuiu as verbas nesta área, coloca menos professores, aplica currículos alternativos, numa política que classificou de «exclusão inaceitável».

Analisando com mais detalhe cada um dos diplomas, Margarida Botelho afirmou que o do BE apresenta uma fundamentação mais correcta no que se refere aos limites máximos de alunos, exceptuando a associação que nele é feita entre turmas com número excessivo de alunos e grandes centros urbanos.

De incorrecto no diploma do PSD, na perspectiva de Margarida Botelho, está, por sua vez, a fundamentação assente no pressuposto de que a redução do número de alunos tem sobretudo a ver com as questões de violência e criminalidade. Ora tal redução, segundo a deputada do PCP, deve ser colocada como uma das formas de contribuir para o sucesso escolar e educativo das crianças e dos jovens e não como uma medida controladora da vida na escola».

# Tiques perigosos

• Manuel Rodrigues

O senhor Governador Civil do distrito de Viseu tem-se por «menino bem comportado» na equipa governativa de que faz parte. *Mais papista que o papa*, zela pelo cumprimento das leis e da ordem como nenhum outro. Faz mesmo questão em ocupar o lugar da frente no *ranking* dos *boys* bem comportados. Talvez na mira – quem sabe! – de uma qualquer recompensa pelos altíssimos serviços prestados à causa selvagem do capitalismo global (também dito pós-moderno ou pós-salarial) em que deposita uma fé inquebrantável. Dos Sindicatos, foge deles como o diabo da cruz, salvo seja. Se os estudantes se manifestam, intimida-os com autênticos actos de perseguição (aconteceu ainda há pouco com os estudantes do Instituto Politécnico de Viseu). Se as populações protestam, manda sobre elas cargas policiais como nunca se tinha visto (quem não se lembra do brutal aparato policial de Bigorne?). Recusa-se a apoiar as comemorações populares do 25 de Abril (como aconteceu no ano passado e este ano) sempre com o serôdio argumento que se os Sindicatos querem fazer as comemorações que se desunhem com os seus próprios orçamentos. Um Governador Civil não tem que ser incomodado com essas minudências. Era o que faltava. Se não conhecem o Regulamento de atribuição dos subsídios do Governo Civil, que conhecessem, que lá está bem escarapachado que Sua Excelência não atribui subsídios a Sindicatos. Tanto trabalho a fazer um Regulamento para depois não ser respeitado pelo próprio regulamentador? Nem pensar nisso!

## Discriminações

Relativamente às comemorações do 1.º de Maio deste ano, Sua Excelência foi ainda mais longe no seu indisfarçável esforço para agradar à tutela. Uma delegação da União dos Sindicatos de Viseu voltou a pedir uma audiência para tratar dos apoios do Governo Civil às comemorações do 1.º de Maio. A audiência foi marcada. Mas a resposta foi igual à do ano passado: à horinha marcada, mandou dizer à representação da União dos Sindicatos de Viseu (USV) ali presente que se recusava a receber um dos membros da delegação, inviabilizando, assim, a reunião.

Em telefonema posterior para um membro da Comissão Executiva daquela estrutura sindical deixou claro: «se quiserem ser recebidos por mim sabem quem não devem enviar». Tudo por causa das tais declarações prestadas por esta dirigente no decurso de uma luta (já lá vão alguns anos), que não agradaram ao ouvido de Sua Excelência e que, diligentemente, se deu ao cuidado de gravar. Mais grave ainda é que, este ano, se tenha permitido autorizar a passagem do cortejo académico (por estranha coincidência realizado na tarde do dia 1 de Maio) no mesmo local onde iriam decorrer as comemorações do 1.º de Maio (a Praça do Rossio em Viseu) com a instalação de uma tribuna mesmo ao lado do palco das comemorações. Não fora a pronta intervenção da Comissão Executiva da União dos Sindicatos de Viseu e da CGTP e estaríamos confrontados com um verdadeiro acto provocatório às comemorações do 1.º de Maio (que desde há muitos anos se realizam naquele local).

## Por uma alternativa de esquerda

Tudo isto não impediu, no entanto, que as comemorações populares do 25 de Abril e do 1.º de Maio em Viseu tivessem o brilho que tiveram: uma grande participação popular, porventura acima de participações em anos anteriores e se tenham constituído em dois acontecimentos de relevante significado político, também neste distrito. De resto, pouca atenção nos mereceriam os actos serôdios deste Governador Civil se não fossem (e são!) mais alguns tiques perigosos do autoritário (e caceteiro) exercício do poder que este Governo copiou na íntegra dos governos de direita que o antecederam (e que, hoje, se dizem oposição). Razão, portanto, muito forte para que o povo os apeie, tão rapidamente quanto possível, do pedestal da política de direita em que se alcançaram e, em seu lugar, coloque uma verdadeira alternativa de esquerda. Dos comunistas, naturalmente, não podem esperar outra coisa que não seja o firme combate por uma mudança imediata no rumo da vida política portuguesa.



Correr com o racismo em Lisboa e no Porto

# As boas ideias têm que ser repetidas

Na manhã do próximo sábado, em Lisboa e no Porto, vai realizar-se a corrida da tolerância *Correr com o racismo*. Uma iniciativa particularmente oportuna num momento em que se registam alguns factos preocupantes.

*Correr com o racismo* é uma iniciativa pela igualdade de direitos promovida pela Interjovem/CGTP-IN, já há sete anos, na perspectiva de que «as boas ideias têm de ser repetidas para que as assumamos como um caminho a percorrer».

O objectivo é «pôr Portugal a correr realmente com o racismo».

De formas diversas, a questão do racismo mantém, entretanto, toda a sua actualidade. Neste momento, as associações de imigrantes têm mesmo chamado a atenção para o ressurgimento do movimento *skin*, e temem que estejam a ser preparadas acções para o 10 de Junho, em Portugal.

Na área do trabalho, arrastam-se velhas questões, como ressaltou no encontro de trabalhadores imigrantes promovido pela União dos Sindicatos do Algarve, em Portimão.

No decorrer deste encon-

tro – tratado, em destaque, neste jornal – os trabalhadores imigrantes, na sua maioria oriundos de países do leste europeu, denunciaram o facto de algumas empresas, sobretudo ligadas ao sector da construção civil, de continuarem a não proceder ao pagamento dos salários devidos, criando graves situações de sobrevivência aos assalariados.

Questões como a educação, o acesso ao emprego e ao sistema de saúde, o reconhecimento dos cursos tirados no país de origem e a possibilidade de trazer para Portugal a família mais próxima são alguns dos problemas mais sentidos pelos imigrantes, segundo as associações de imigrantes e de solidariedade.

Mas as situações de discriminação e racismo não se fazem sentir apenas em relação às comunidades de imigrantes. A comunidade cigana é igualmente alvo – de

outras formas – de atitudes e acções xenófobas. Uma questão que agora voltou à ribalta, com a polémica mudança provisória da comunidade cigana de Francelos para os terrenos contíguos ao quartel militar da serra do Pilar, em Vila Nova de Gaia.

As 27 famílias que compõem a comunidade queixam-se, quer de um ambiente de suspeição quer das condições em que estão alojados, com falta de limpeza dos sanitários, de deficiente fornecimento de água (com mangueira) e da exiguidade das tendas disponibilizadas.

Entretanto, em diferentes pontos do país vão-se desenvolvendo iniciativas com imigrantes. De Portimão ao Porto, onde a Universidade manifesta abertura para conceder aos trabalhadores estrangeiros em Portugal equivalência às licenciaturas obtidas no seu país de origem.

A corrida da tolerância *Correr com o racismo* é mais uma significativa iniciativa numa área em que é fundamental, como dizem os seus jovens promotores, não cruzar os braços.

## MDM apresenta novas propostas

A defesa dos direitos sexuais e reprodutivos e a presença das mulheres nos órgãos autárquicos foram alguns dos temas abordados pelo Conselho Nacional do Movimento Democrático de Mulheres – MDM, que reuniu, sábado passado, em Lisboa.

Como conclusão da Campanha em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos, o MDM decidiu apresentar duas propostas de alteração legislativa – o alargamento da licença de parto para as mães e pais de filhos prematuros e medidas especiais de defesa

da saúde das mulheres grávidas que trabalham com materiais de alta toxicidade e Rx.

A nível da segurança social, o MDM decidiu propor a criação de um subsídio especial para a reconstrução da mama e a criação de gabinetes de apoio, com psicólogos e sexólogos, ao nível dos IPO's e hospitais onde se realizam essas intervenções.

Na sequência de uma ampla divulgação da carta aberta «Mais mulheres nos Órgãos Autárquicos», o Movimento Democrático de Mulheres irá agora dinamizar

debates e encontros com as autarquias e analisar criticamente os programas dos vários partidos.

O Conselho Nacional do MDM resolveu ainda lançar uma campanha de solidariedade com as mulheres cubanas, na área da saúde reprodutiva, «como forma de apoio e de denúncia do criminoso bloqueio imposto pelos Estados Unidos» e exigir a imediata suspensão do programa da SIC «Mulheres não entram» por atingir «a dignidade da mulher a níveis inadmissíveis».

## No centésimo aniversário de Bento Caraça

Prosseguem, neste mês de Maio, diferentes iniciativas que confluem na comemoração dos cem anos do nascimento de Bento de Jesus Caraça.

Na «Voz do Operário», tem lugar uma exposição sobre a sua vida e obra, complementada com uma exposição documental sobre «Bento de Jesus Caraça e a Voz do Operário», onde se divulga a relação do intelectual comunista com esta instituição e será

iniciado um módulo pedagógico sobre a obra de Bento Caraça nas suas escolas.

Em 26 de Maio, no Montoito, concelho de Redondo, terras onde Bento Caraça viveu a sua primeira infância, realiza-se uma exposição e uma sessão pública. Em 29 de Maio, com o apoio da Universidade Popular do Porto, terá lugar o colóquio «Cultura e liberdade».

Na Baixa da Banheira, estão em curso diversas ini-

ciativas. O Ginásio Atlético Clube decidiu associar-se às comemorações propondo a construção de um busto ou memorial de Bento Caraça, no Parque José Afonso. Uma iniciativa para que está a angariar fundos e que conta com o apoio da autarquia. No mês de Junho, quando do aniversário do Ginásio Atlético Clube, será aberta ao público uma exposição e marcada uma sessão com Dias Lourenço, para a noite de 21.

## Secundário de novo na rua «Não desistimos!»

Os estudantes do ensino secundário não baixam os braços. Na semana passada, voltaram a manifestar-se em todo o País. O *Avante!* falou com José Lourido, da Delegação das AEs.

«Temos a consciência que, se não lutarmos, nunca atingiremos as nossas metas», afirma José Lourido, membro da Delegação Nacional de Associações de Estudantes do Ensino Secundário, depois de mais uma jornada de luta pela suspensão da revisão curricular, a eliminação dos *numerus clausus*, a melhoria das condições nas escolas e a implementação da lei de educação sexual.

Milhares de estudantes fizeram greve às aulas e manifestaram-se nas suas localidades, na quarta e quinta-feira da semana passada, apesar de estarem a decorrer testes e de estar a haver preparação para as provas globais nos 10.º e 11.º anos. Um dos grandes objectivos foi continuar a fazer um alerta para a sociedade e marcar terreno para a luta no próximo ano lectivo. «É preciso continuar a conscienciali-

zar», disse José Lourido, ao *Avante!*.

Mais de um ano decorrido sobre o início dos protestos, os estudantes não estão desmotivados: «Conjugando a luta e o esclarecimento dos estudantes nas escolas, conseguiremos, no próximo ano, a suspensão da revisão.»

### Apoios

«O apoio da Fenprof, da FNE, do Conselho Nacional de Educação e dos encarregados de educação mostra que o Governo está isolado. Até na Assembleia da República está sozinho», afirma o dirigente de Évora, referindo-se ao empate na votação sobre a proposta de suspensão da revisão curricular.

Mas não são só os sindicatos que partilham a opinião dos estudantes. Segundo José

Lourido, a apoio dos professores sente-se no dia-a-dia. «Quando há debates ou sessões de esclarecimento nas escolas, a esmagadora maioria mostra que está do nosso lado. Temos assistido a manifestações de apreço e até de incentivo.»

O mesmo acontece com os pais. «As associações de encarregados de educação concordam com alguns pontos e discordam com outros. Mas os pais têm-se mantido informados e manifestado alguma alegria por ver os filhos nestes movimentos.»

Muito se tem falado da revisão curricular e da recusa do Governo de dialogar com os estudantes e os professores, mas a Delegação Nacional sublinha que as outras reivindicações são igualmente importantes.

É o caso da melhoria das condições materiais e humanas das escolas nacionais. «O Ministério dá razão aos estudantes, porque é difícil dizer que o problema não existe, mas acrescenta que estas faltas sempre existiram, que sempre existirão e que a única coisa que se pode fazer é melhorar aqui ou ali.»



• João Afonso Luz

## Perigo fascista

A lei portuguesa é muito clara ao proibir a organização de movimentos ou partidos políticos fascistas, racistas, de extrema-direita, enfim, de todos aqueles que ponham em causa a democracia, a liberdade, a tolerância e o direito à diferença. Contudo, não obstante a clareza da lei e dos princípios fundamentais que ela estabelece, existem, em Portugal, diversas organizações que advogam o fim da democracia e das liberdades conquistadas com o 25 de Abril, defendem a constituição de um «novo Estado Novo», atacam todos os partidos políticos, porque todos são marxistas (com a excepção do CDS-PP), tendo no PCP um inimigo de estimação. Muitos poderão pensar que, lá estão de novo os comunistas a falar do passado, a levantar o perigo do fascismo, mas a realidade é que, 27 anos depois da Revolução democrática e popular de Abril, estes movimentos desenvolvem, na maior das impunidades, as suas acções, semeando o ódio e elogiando Salazar e a ditadura fascista, que durante 48 anos oprimiu e explorou o povo português e as antigas colónias, censurou, torturou e matou, mandando milhares de jovens para uma guerra injusta e criminosa.

maiores problemas, que estão a colonizar o nosso país, que os partidos políticos constituem uma ditadura e a «democracia é um reino de quantidade onde o voto de seis gatunos vale o dobro do voto de três pessoas sérias» (estas três pessoas devem ser os autores de brilhante pensamento). Os argumentos de grande nível intelectual já são conhecidos de todos, mas ainda existe quem vá atrás deles e não descubra as profundas contradições, mentiras e falsidades que contêm.

### Cumprir a lei

O grande problema que se coloca é o de fazer cumprir a lei, tarefa que não é minimamente assegurada, visto a facilidade de se encontrar materiais de propaganda destas organizações. Qualquer pessoa pode, por exemplo, na internet aceder a dezenas de páginas portuguesas que atentam contra a democracia e o povo português que há 27 anos deixou bem claro que «fascismo nunca mais». Estas organizações, a sua acção, a sua mensagem (e, como tal, as suas páginas na internet) são à luz do direito português ilegais, violam a própria Constituição, tendo, por isso, o Estado a obrigação de as combater e tomar as medidas necessárias para fazer cumprir a lei, ou seja, fazer cessar as actividades e responsabilizar os indivíduos que põem em causa a liberdade que foi tão difícil de conquistar e pela qual muitos deram a vida. A título de exemplo, para que não digam ser esta mais uma invenção de comunistas, ficam alguns nomes destas organizações: Resistência Portvgalense – Deus, Pátria e Família (que, além de nacionalistas, não sabem escrever português); Fundação Oliveira Salazar – Portugal não esquece (pois não e ainda bem, dizemos nós); Aliança Nacional; Centro de Estudos Nacionalistas. Como se observa, não são poucos e estes são apenas alguns exemplos.

### Objectivos

As políticas de direita, o neoliberalismo, o processo de integração europeia, a ofensiva global do capitalismo estão a produzir, com as suas consequências, o aparecimento de inúmeros movimentos que, afirmando-se nacionalistas, defensores da soberania e independência do Estado português, têm como objectivo a instauração de um Estado autoritário, de uma ditadura fascista. Como muitos outros, estes movimentos dizem não defender o capitalismo, nem o comunismo, dizem que não existem classes sociais (teses muito na moda nos nossos dias), que os africanos a residir em Portugal são causa dos



Milhares de estudantes voltaram a manifestar-se em todo o País

## Estudantes de Sintra exigem investimento nas escolas

A Plataforma de Associações de Estudantes do Ensino Básico e Secundário do Conselho de Sintra acusa o Governo de agudizar a crise que se vive na educação com a reforma, provocando a insatisfação de alunos, professores e pais.

«Esta situação é fruto da constante desresponsabilização do Estado em relação à educação. Tudo isto se agrava quando se procede a um beneficiamento do ensino privado em relação ao ensino público», dizem os estudantes.

A plataforma afirma que os meios financeiros actuais são insuficientes para as reais necessidades ou estão mal aproveitados e dão como exemplo os pavilhões gimnodesportivos de Sintra: «A

Câmara Municipal não soube responder onde foi buscar o dinheiro para a construção, quanto custaria cada pavilhão e quando estariam concluídos. Ao que parece, foi mais uma vez adiada a sua construção.»

Mas outros problemas são apontados, como o abandono escolar, a sobrelotação e a degradação das escolas, o alto contraste entre instituições novas e antigas, a pouca ligação entre os diversos níveis de ensino e a sobrecarga financeira das famílias, devido ao elevado custo dos materiais necessários. «Onde está, afinal, o ensino gratuito?», questiona.

Os estudantes denunciam ainda a desigualdade na distribuição dos equipamentos

escolares, com escolas a receberem mais do que outras, muitas vezes contrapondo-se às verdadeiras necessidades. «Existe uma preocupação em economizar. As escolas devem ser locais de investimento e não de lucro. Temos o exemplo do pessoal docente, que em grande parte é um meio de economia por parte do Ministério da Educação», acusam.

«Muitos dos problemas que as escolas atravessam são de fácil resolução, faltando apenas a vontade política para os resolver», considera a plataforma, que promete não se calar, «não se deixar levar por jogadas políticas» nem pactuar com «mentiras e desculpas esfarrapadas para tentar esconder os problemas».



## Vila Nova de Gaia Uma nova dinâmica

Decorreu no passado sábado a apresentação pública das candidaturas de Jorge Sarabando e de Ilda Figueiredo aos órgãos municipais de Vila Nova de Gaia. A eurodeputada, candidata à Assembleia Municipal, afirmou ser um «grande prazer voltar a concorrer às eleições autárquicas aqui, onde vivo há mais de 32 anos, onde, durante mais de sete, fui vereadora do Pelouro do Ambiente e Jardins, onde tive o privilégio de trabalhar com estudantes e professores, de participar na luta de trabalhadores das mais diversas profissões pelo reconhecimento da dignidade de quem trabalha».

O candidato à presidência da Câmara, que fez de Gaia a sua terra de adopção há vinte e sete anos, considera conhecer os problemas da terra e pode, como afirmou na sua intervenção, «testemunhar as expectativas benevolentes criadas depois de oito anos de imobilismo, incúria, incompetência da gestão do PS e a decepção que tem vindo a aumentar, depois das nupcias eleitorais, com a gestão do PSD/PP».

O candidato verificou a curiosidade entre a «prática da maioria, deste lado do rio, e a prática da maioria do outro lado do rio», marcadas ambas pela utilização da imprensa para fazer propaganda, pelo afã de exibir projectos virtuais e futuros para esconder insucessos, o clientelismo e a proliferação de fundações, acusou Jorge Sarabando.

O candidato, militante do PCP desde 1964 e membro do seu Comité Central, confia que «o que falta a Gaia não é

tornar-se ainda mais periferia do Porto, é, sim, criar a sua própria centralidade». Colaborador regular do *Avante!*, Jorge Sarabando considera que o que faz falta é «mais capacidade reivindicativa em relação ao Poder Central, que tanto tem lesado o concelho, designadamente nas acessibilidades e nos equipamentos sociais e recursos humanos» e, também, «uma nova estratégia de desenvolvimento, é recuperar atrasos, ultrapassar impasses, imprimir uma nova dinâmica».

«Estes são propósitos da CDU», afirmou, lembrando



Jorge Sarabando

que «muitos gaienses conservam a memória do que foi a actuação dos vereadores da CDU, que deixaram obra útil e perdurável, um trabalho que pretendemos retomar no próximo mandato».

«Estamos nestas eleições para crescer, reconquistar e reforçar posições nos órgãos autárquicos», afirmou o candidato, antes de expressar o sentimento de que «com confiança, e o trabalho de todos, certamente conseguiremos».

José Henrique Serra da Graça, candidato à Câmara de Salvaterra de Magos, afirma mover-se pelo espírito de servir o povo

## Não trair nunca

Decorreu na segunda-feira, pelas 19 horas, num restaurante da vila de Salvaterra de Magos, a apresentação de José Henrique Serra da Graça como cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal.

Na sua intervenção, o candidato apontou como objectivos políticos e eleitorais consolidar e reforçar as posições alcançadas pela CDU nos vários órgãos autárquicos do concelho nas eleições de 1997. Afirmou ainda que o projecto autárquico da CDU baseia-se no conceito da

democracia participada, onde o diálogo com a população e as forças vivas do concelho são uma das principais linhas de trabalho para o próximo mandato, porque as grandes decisões de gestão autárquica não podem nem devem ser tomadas à revelia da população. José Henrique entende ser razão da sua candidatura o «acreditar num projecto social ao serviço do povo, em especial das camadas mais desfavorecidas da população». Para o candidato, move-o o «espírito de servir», recordando «com respeito os tempos difíceis da infância». No fundo, «é não trair, nunca, a troco de nada», disse.

«Estas eleições vão disputar-se num quadro inesperado para muitos», considerou José Henrique recordando que «alguns eleitos pela CDU, ao longo do actual mandato, afastaram-se do nosso projecto» estando apenas «preocupados com os seus interesses individuais». «Por isso romperam com a CDU e andaram a bater de porta em porta, em busca de

guardia», encontrando-a no Bloco de Esquerda, que não possui qualquer activista na vila. «Nós preferimos trilhar o caminho da verdade», conclui.

**A confiança depositada na CDU deve-se ao bom trabalho realizado**

Como prioridades de intervenção, o candidato aponta a educação, a acção social e a cultura, entendendo ser «fundamental desenvolver o projecto cultural para o concelho, que envolva o património construído, a construir ou a recuperar».

**Continuar o projecto**

O candidato tem 53 anos e exerce a profissão de Técnico

de Recursos Humanos. Em 1974, durante o serviço militar, foi eleito representante da Base Aérea do Montijo na Comissão Coordenadora Alargada do MFA da Força Aérea.

A sua experiência autárquica deve-se aos anos em que foi eleito nas assembleias municipais de Salvaterra e Montijo, pela CDU, e em que foi adjunto da actual presidente da Câmara a que agora se candidata.

Na iniciativa foi também apresentado o número dois da lista, o camarada Vasco Feijão, actualmente vereador da autarquia.

Jorge Cordeiro, do Secretariado e da Comissão Política, na intervenção que proferiu, realçou que a CDU apresenta-se para voltar a ganhar e para «dar continuidade, num quadro mais coerente com os nossos valores e o nosso projecto, às perspectivas que se abri-



José Henrique Serra da Graça

ram em 1997 com a vitória da CDU neste concelho». O dirigente do Partido realçou ainda que o «valor e o crédito reconhecidos à CDU e a confiança nela depositada pela população de Salvaterra são inseparáveis do mérito da gestão CDU testemunhados de há muito nos concelhos vizinhos de Coruche e Benavente».

Mogadouro

## Aumentar a votação

A CDU apresentou, na sexta-feira, o seu cabeça de lista à Câmara Municipal de Mogadouro, no distrito de Bragança. Francisco Madruga, membro da Direcção Regional de Trás-os-Montes e da Comissão Distrital de Bragança do PCP, disse que, quatro anos passados a «CDU tem o caminho mais aberto, tem trabalho feito», lembrando a constante presença da coligação em que participa o PCP nas principais lutas travadas na terra, como as lutas pela segurança, pelos postos de saúde, pelas estações de caminho-de-ferro, escolas básicas, entre outras. «Tudo isto prova que se torna fundamental a participação da CDU nos órgãos municipais; com a CDU, muitos destes problemas estariam seguramente resolvidos», disse. Pelo contrário, afirmou, «o PSD, que durante quatro anos ficou à espera das escorregadelas do

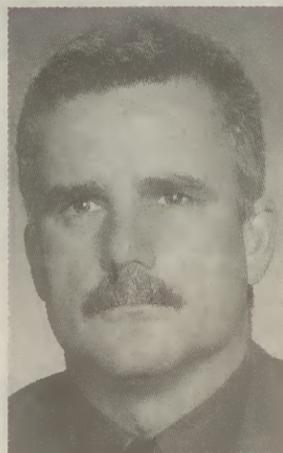
PS, para tentar desgastar a actual maioria, defraudou completamente os mogadourenses». Quanto ao PS, que detém a presidência da autarquia, «conduziu uma política de desprezo pela oposição, de insulto e de baixa educação», tendo o seu aparelho, na palavra do candidato da CDU, confundido-se com a Câmara.

Francisco Madruga realçou que, pelo trabalho realizado e pelos mogadourenses envolvidos, «julgamos ser seguro trabalhar para um aumento significativo da votação, para a eleição de deputados municipais e para a eleição de um vereador que retire a maioria absoluta», lembrando ainda que a «importância da participação da CDU no executivo municipal está na modificação da atitude do executivo».

A CDU pretende colocar a terra na via do desenvolvimento, assumindo, para isso, como prioridades a saúde, a

agricultura, a educação, a cultura, as acessibilidades e o combate ao tráfico de droga e à prostituição. Também as crianças e os mais idosos mereceram do candidato algumas palavras.

«Por tudo isto, e porque já demos provas suficientes, vale a pena votar CDU e eleger mogadourenses para trabalhar».



Francisco Madruga



Press: Look/Humberto Sousa

## Jantar de apoio junta uma centena em Setúbal Comerciantes com a CDU

O jantar de apoio dos comerciantes de Setúbal às candidaturas da CDU, encabeçadas por Carlos de Sousa e Odete Santos, reuniu cerca de uma centena de pessoas, unidas nas críticas à actual gestão socialista, liderada por Mata Cáceres. Realizado no passado sábado, o encontro foi unânime em considerar que, como referiu Carlos de Sousa, «o comércio de Setú-

bal tem tido um papel fundamental no desenvolvimento», que se quer sustentado, tendo o candidato alertado para o facto de que «se a co-incineração vier a ser instalada, tocará a todos, também a vós, comerciantes, bem como ao turismo, de forma directa, e não consigo perceber como é que, nesse panorama, o destino turístico de Tróia possa ser apeteável».

## Zona Oriental de Lisboa Discutir a cidade

Realizou-se no último sábado, no Colégio D. Maria Pia, o segundo debate sobre a Zona Oriental de Lisboa, organizado pelo PCP, com a presença de mais de cem participantes, entre os quais a vereadora Rita Magrinho e outros eleitos, dirigentes do PCP, como Martinho Baptista, responsável pela Zona Oriental e outros militantes do PCP, associações de moradores, colectividades, técnicos e responsáveis na área do urbanismo, instituições várias e outros interessados, reflectiram e analisaram a realidade da Zona Oriental de Lisboa, traçaram perspectivas e linhas programáticas para os próximos anos.

Em debate esteve um documento-base, resultante de um trabalho das organizações locais do Partido e de um conjunto de iniciativas – visitas, debates, encontros com insti-

tuições e movimento associativo, integradas em jornadas autárquicas nas Freguesias.

O encontro concluiu que a realização da Expo'98 impulsionou profundas transformações e novas dinâmicas, muito positivas, nesta área deprimida e estagnada da cidade, se bem que estas novas dinâmicas também suscitam apreensões e preocupações que merecem uma atenção e intervenção permanentes.

Outra das preocupações dos comunistas da zona, prendem-se com a necessidade de se proceder a um debate público sobre os terrenos libertados pela futura desactivação do Aeroporto da Portela. Sobre a eventual terceira travessia do Tejo – Chelas/Barreiro – os comunistas da Zona Oriental defendem que esta seja apenas ferroviária.



# Resolução política

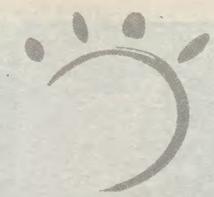
**T**al como foi anunciado no último *Avante!*, publicamos esta semana a Resolução Política do Encontro Nacional do PCP, realizado em Lisboa no dia 5 de Maio, e do qual o *Avante!* deu especial destaque na passada edição, com a publicação integral das intervenções dos camaradas Jorge Cordeiro, que abriu o Encontro, e de Carlos Carvalhas, que o encerrou. A Resolução, aprovada por unanimidade pelos mais de oitocentos participantes, traça as principais orientações para a acção dos comunistas, quer para a batalha eleitoral de Dezembro quer para os quatro anos do próximo mandato.

**ENCONTRO NACIONAL  
DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
SOBRE O PODER LOCAL  
E AS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS**

**PCP** 

LISBOA • 5 MAIO 2001 • 10H30 • HOTEL ALTIS





ENCONTRO NACIONAL  
DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
SOBRE O PODER LOCAL  
E AS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS

PCP

LISBOA • 5 MAIO 2001 • 10H30 • HOTEL ALTA

# Resolução política

## 1

### As eleições autárquicas e a situação política nacional

1.1. As eleições de Dezembro próximo revestem-se de uma indiscutível importância política. Pelo inegável papel que o poder local assume no quadro do regime democrático enquanto factor de participação democrática e cívica, de envolvimento e mobilização popular na resolução dos problemas, de proximidade das populações em relação ao poder. E também pelo insubstituível papel que o poder local vem desempenhando enquanto instrumento para a melhoria das condições de vida e de progresso e desenvolvimento local.

1.2. O reforço das posições do PCP e da CDU assume-se como um factor decisivo na defesa do poder local e para uma mais eficaz intervenção das autarquias na promoção dos interesses e aspirações das populações. Quer pelo que a sua presença em maioria representa na garantia de uma gestão dinâmica, com reconhecida capacidade de realização, participada e transparente. Quer pelo que o reforço das suas posições em minoria representam na defesa dos interesses das populações e na garantia de uma acção fiscalizadora e exigente capaz de dar voz e espaço às reclamações e aspirações locais.

1.3. As próximas eleições e os seus resultados, sem prejuízo da sua especificidade, podem constituir um elemento de juízo da política de direita prosseguida pelo governo e traduzir

uma aspiração de uma real alternativa política para o país. Sem subestimar a margem de manobra e a sua acção de instrumentalização dos meios e recursos públicos ao serviço da sua estratégia eleitoral, é inegável que o Governo se apresenta hoje em maiores dificuldades para disfarçar as consequências da sua política e a erosão e descrédito que ela vem provocando junto de largos sectores da população. O que por si pode contribuir para que, num quadro político mais clarificado, se criem condições para um juízo mais objectivo sobre o mérito dos projectos e candidaturas em presença e mais propiciador de uma valorização do trabalho, da obra e intervenção da CDU e dos seus eleitos.

1.4. Na área do poder local confirma-se a insistência do PS nas orientações e nas opções da direita em questões fundamentais.

São disso exemplo: a tentativa de alterar a legislação eleitoral persistindo na intenção de impor um sistema eleitoral que constituiria um factor de empobrecimento democrático, de desvirtuamento do poder local e da vontade expressa no voto, de liquidação da regra da proporcionalidade e da construção de um poder unipessoal e sem controlo; a contribuição decisiva dada para a derrota do processo da criação das regiões administrativas e para a manutenção de um quadro assente em

opções de centralização e concentração das políticas locais e regionais e em critérios de discricionariedade e ingerência da administração central; a imposição abusiva do modelo dos sistemas multimunicipais aos investimentos na área do saneamento básico com a expropriação das competências dos municípios neste domínio inserida no projecto de entrega dos principais sistemas de ambiente, e dos investimentos públicos que lhes estão associados, ao sector privado; a recusa de, no processo da elaboração do novo regime de finanças aprovado em 1998, se ter dado satisfação plena à reclamação de uma efectiva recuperação da capacidade financeira das autarquias.

1.5. A crescente utilização abusiva por parte do Governo dos meios do aparelho do Estado ao serviço dos objectivos eleitorais do PS suscitam as mais legítimas preocupações. A acção dos governadores civis e de outros membros dos serviços descentralizados, a canalização de investimentos e a agenda de inaugurações de acordo com prioridades partidárias, a instrumentalização de cargos e serviços públicos merecem a mais viva condenação e protesto e reclamam dos poderes políticos uma intervenção capaz de pôr termo a esta acção e de garantir o respeito pelas mais elementares regras democráticas no processo eleitoral.

## 2

### Dignificar e reforçar o Poder Local

2.1. Apesar de algumas alterações introduzidas pela legislação aprovada no final da legislatura anterior, em sentido insuficiente e muitas vezes contraditório, pode-se afirmar que o poder local enfrenta no essencial as mesmas dificuldades e constrangimentos que ao longo dos anos vêm ferindo a sua autonomia e dificultando a sua capacidade de realização.

A teia de legislação avulsa e incoerente nos domínios da política de pessoal, gestão financeira, regime de empreitadas e urbanismo associada à degradação progressiva dos níveis

salariais e à desadequação das carreiras dos trabalhadores das autarquias têm contribuído para criar numerosos obstáculos a uma gestão que se pretende mais pronta e eficaz na resposta aos problemas e para reduzir a capacidade de atracção fixação de profissionais necessários à prestação de um serviço público de qualidade.

2.2. É necessário prosseguir o combate por uma política de dignificação do poder local assente no reforço dos meios que potenciem a elevada capacidade de realização e rentabilização de recursos que o interesse nacional

e o bem-estar das populações legitimamente exige. É necessário empreender um conjunto de iniciativas legislativas que dêem corpo a uma nova dimensão ao poder local no sentido da descentralização e do reforço da sua autonomia. Neste sentido e na perspectiva do PCP avultam prioritariamente:

2.2.1. A revisão do regime de finanças locais no sentido do aumento dos meios postos à disposição das autarquias e do reforço dos critérios redistributivos das verbas de participação nas receitas do Estado;

2.2.2. A delimitação clara de competências definida num processo com a participação das autarquias e em que cada nova competência seja acompanhada dos meios financeiros adequados a uma efectiva prestação dessa responsabilidade;

2.2.3. A valorização global do estatuto remuneratório e profissional dos trabalhadores das autarquias, a adequação das carreiras à realidade da admi-

nistração local e a desburocratização do processo de contratação do pessoal necessário ao desempenho das competências municipais e à defesa e valorização do serviço público prestado pelas autarquias;

2.2.4. O prosseguimento das acções com vista à valorização das freguesias no quadro da Administração Local e às condições de exercício dos mandatos pelos respectivos eleitos.

2.2.5. A concretização de soluções que garantam uma efectiva participação dos municípios na definição das políticas regionais, designadamente através da criação dos institutos regionais, que ponha cobro à ausência da regionalização até à criação das condições necessárias à instituição das regiões administrativas tal como estão previstas na Constituição.

## 3

### Participação e gestão democrática — traço distintivo do projecto autárquico do PCP

3.1 Para o PCP, a participação e intervenção popular são assumidas desde sempre como condições básicas para uma gestão democrática identificada com as principais aspirações e interesses das populações. Um conceito de democracia participada que não se confina a uma mera expressão programática e ao enunciado de um objectivo mas que procura no contacto com as populações e na sua participação um elemento essencial na condução da gestão autárquica, de acerto nas deliberações a tomar, de adequação das principais opções e actos de gestão às necessidades das populações. Um estilo de gestão que assume o contacto com as populações como um elemento de efectiva participação das populações na discussão, no processo de decisão e no envolvimento na concretização das políticas autárquicas. Uma concepção de participação assumida não apenas como um direito das populações mas como dever de um poder democrático e como uma forma natural de intervir e um meio para mobilizar e elevar a consciência cívica das populações.

3.2. Constituem elementos essenciais, nas diversas situações e condições de exercício dos mandatos, de uma gestão democrática caracterizada pela participação, entre outros, os seguintes aspectos:

3.2.1. A criação de mecanismos que facilitem o acesso das populações aos processos de gestão urbanística;

3.2.2. O combate às políticas de privatização e de alienação de competências a favor de fundações e outras formas de gestão exteriores às autarquias que, entre outros efeitos perversos, afastam as populações dos processos de decisão;

3.2.3. A promoção e apoio a todas as formas que permitam fortalecer o relacionamento entre a autarquia e a sua população e a intervenção directa desta na resolução dos seus problemas.

3.2.4. O envolvimento e a participação das populações constitui um factor decisivo de apoio no combate às tentativas de transferência de encargos e à política de desresponsabilização do Governo, um elemento essencial para a elevação da consciência cívica dos seus direitos face ao poder e uma condição para uma intervenção política e social das populações mais activa e consciente das suas possibilidades de construir e transformar.

— A regular prestação de contas pelo trabalho realizado;

— A elaboração em processos de alargada participação dos planos de actividade e dos orçamentos;

— O debate regular dos principais projectos da autarquia com incidência local;

— A informação regular sobre a actividade e os projectos em curso;

— O atendimento público e descentralizado;

— A realização descentralizada de reuniões e a adequação das ordens de trabalho aos locais onde estas se realizam;

— A promoção e envolvimento das organizações e entidades na definição de políticas sectoriais;

— A cooperação com o movimento associativo e popular e o estímulo ao seu desenvolvimento;

— A elaboração participada de planos estratégicos de desenvolvimento;

— A criação de mecanismos que facilitem o acesso das populações aos processos de gestão urbanística;

— O combate às políticas de privatização e de alienação de competências a favor de fundações e outras formas de gestão exteriores às autarquias que, entre outros efeitos perversos, afastam as populações dos processos de decisão;

## 4

### Linhas de orientação para o próximo mandato

4.1. As linhas de orientação para o próximo mandato resultam dos valores essenciais e na experiência do trabalho desenvolvido e que constituem o rico património que distinguem a acção dos eleitos da CDU. Uma diferenciação que resulta de uma inter-

venção norteada pela procura permanente da unidade na acção para a defesa dos interesses das populações, o papel das massas populares na definição das soluções e na resolução dos problemas, o reconhecimento e valorização do papel dos trabalhadores da

autarquia, a descentralização e o associativismo autárquico, a dedicação, isenção e fidelidade aos ideais democráticos postos no exercício das funções e dos cargos.

4.2. O balanço positivo que é possível fazer do trabalho global desenvol-

vido pelos eleitos do PCP nas autarquias, que sem fazer esquecer aspectos negativos que é necessário enfrentar e corrigir, irá necessariamente constituir referência essencial para as linhas de orientação que irão enquadrar a gestão autárquica no mandato que se avizinha.

Sublinham-se em termos gerais, e sem prejuízo da identificação mais pormenorizada das acções e linhas de intervenção já adquiridas em anteriores momentos, as seguintes orientações gerais:

— No domínio do ordenamento do território e do planeamento importa assegurar a necessária articulação dos instrumentos de planeamento aos vários níveis da administração (incluindo entre municípios vizinhos), a prática integrada de abordagem do desenvolvimento, a procura de novas formas de valorizar a participação das populações e das organizações no debate, implementação e concretização dos planos;

— No domínio da gestão urbanística deverá ser prestada uma maior atenção com vista a garantir mais operacionalidade e eficácia às opções estratégicas e às soluções presentes nos planos, tendo presente entre outros aspectos a requalificação da imagem urbana e do funcionamento do espaço urbano, o equilíbrio na distribuição das principais funções. A implementação de políticas de fruição do espaço urbano que estimule a convivência e a vida comunitária;

— No domínio da política de equipamentos colectivos é necessário prosseguir o esforço de resposta às necessidades ainda não satisfeitas e de manutenção e funcionamento dos equipamentos já existentes, com a preocupação da sua inserção em redes devidamente articuladas e implantadas no território, por forma a assegurar a melhor cobertura possível no serviço prestado às populações;

— Na área da habitação, e apesar da competência predominante da Administração Central, deverá ser prestada atenção aos programas de realojamento e de inserção social das famílias, de reabilitação do parque habitacional, o apoio ao movimento cooperativo e à promoção de habitação de custos controlados;

— A manutenção da atenção no domínio do ambiente que permita prestar uma maior atenção às políticas de valorização dos sistemas ambientais e energéticos e de melhorias da qualidade na prestação dos serviços de saneamento;

— O prosseguimento de uma intervenção no domínio do desenvolvimento económico regional e local que permita dinamizar o processo de desenvolvimento socioeconómico, compatibilizando-o com o equilíbrio ambiental, com os valores patrimoni-

ais existentes e com o ordenamento equilibrado do território;

— Na área da educação e do ensino importa prosseguir a actividade de aproximação da escola ao meio, a criação de estruturas de coordenação e participação dos agentes educativos, a adequação da rede escolar e da tipologia de equipamentos e de material didáctico às novas exigências e necessidades de uma escola pública de qualidade;

— Na área da cultura, do desporto e do lazer prosseguir a intervenção no sentido de a enquadrar no desenvolvimento sociocultural das populações, à democratização do acesso e fruição das populações a estas actividades, à preservação e valorização do património cultural, à promoção de formas inovadoras apoio à actividade desportiva e à ocupação dos tempos livres, e o fomento das políticas de apoio e dinamização do trabalho dos agentes locais;

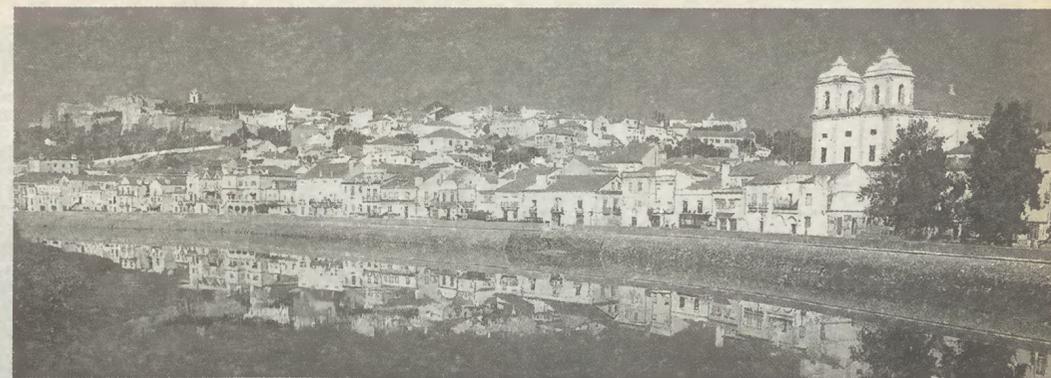
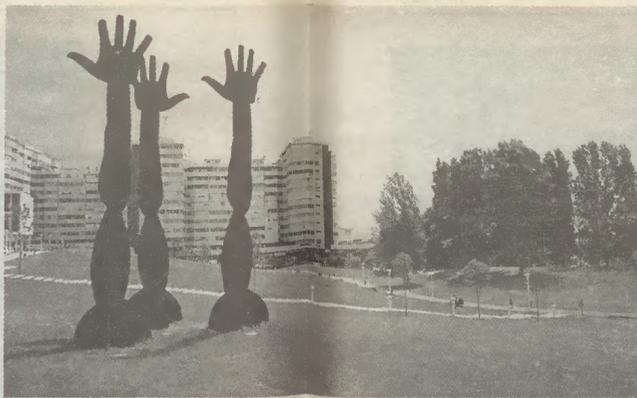
— No domínio da protecção civil, e num quadro de permanente clarificação das suas responsabilidades, importa prestar atenção ao funcionamento dos serviços municipais de protecção civil no sentido da sua eficácia e na diminuição das áreas e risco;

— Na área da segurança das populações no quadro da sua eficácia, deve ser exigido do poder central o reforço de meios, equipamentos e instalação das forças de segurança sediadas a nível dos concelhos e em função das necessidades e reais interesses das populações em matéria de tranquilidade pública. A criação e funcionamento dos Conselhos Municipais de Segurança dos Cidadãos como órgão privilegiado de articulação e a cooperação entre as populações e as forças de segurança na prevenção dos factores geradores de marginalidade e da delinquência;

— Na área do trabalho com a juventude prosseguir, numa perspectiva de actividade transversal, uma acção dirigida ao fomento do debate, da iniciativa própria dos jovens e da sua dinâmica e participação;

— Na área da integração social, solidariedade social e da saúde impõe-se dar continuidade ao trabalho de integração das comunidades imigrantes, de colaboração com as autoridades de saúde (incluindo na área da prevenção da toxicod dependência), em acções de promoção e educação para a saúde, a participação nos órgãos de gestão participados dos respectivos serviços e a articulação com as IPSS e as organizações respectivas;

— No domínio da promoção de valores de igualdade de direitos entre homens e mulheres prosseguir uma actividade de pedagogia pela igualdade e de debate a imagens e atitudes estereotipadas sobre o papel das mulheres na sociedade;





ENCONTRO NACIONAL  
DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
SOBRE O PODER LOCAL  
E AS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS

PCP

– No domínio da modernização e reestruturação dos serviços com a simplificação dos circuitos burocráticos, com a humanização dos serviços e a sua modernização e com a adequada responsabilização e formação profissional contínua dos trabalhadores;

– No domínio da cooperação e do associativismo intermunicipal prosseguir uma acção que, vencendo a ausência de níveis de poder regional, assegure acções de planeamento, de gestão e serviço de dimensão intermunicipal;



4.3. O exercício do papel de direcção do Partido para o trabalho autárquico constitui factor de maior importância para o desenvolvimento da acção do PCP nas autarquias, de acordo com os objectivos e programas traçados e também para o desempenho dos eleitos.

## 5

### Eleições autárquicas – uma batalha de todo o Partido

5.1. Vamos para estas eleições com o objectivo de avançar e de crescer. Com a confiança de quem tem um trabalho e uma obra realizada, provas dadas na solução dos problemas, na elevação da qualidade de vida das populações e no progresso e desenvolvimento dos concelhos e freguesias do país. Um trabalho e uma intervenção que legitimam a confiança no objectivo de fazer progredir a representação política da CDU no conjunto das autarquias. Num quadro naturalmente exigente e que reclamará que a preparação das próximas eleições seja encarada como uma batalha de todo o Partido.

5.2. De acordo com a resolução política do XVI Congresso, o PCP apresentar-se-á às próximas eleições no quadro da CDU - Coligação Democrática Unitária em todo o país, à excepção da cidade de Lisboa onde a experiência e os resultados do trabalho da Coligação Mais Lisboa reclamam o empenhamento no sentido de ser prosseguida a obra de renovação da cidade iniciada na década de 90.

5.3. A concretização com êxito dos objectivos eleitorais com que o PCP se apresenta às próximas eleições – confirmação e reforço das suas posições em maioria, conquista de novas autarquias e de novos mandatos em situações de minoria – é inseparável da intervenção geral do Partido e da adequada articulação entre as medidas especificamente eleitorais, o valor do trabalho realizado nas autarquias e a acção e a luta social mais geral. Sem desvalorizar

o papel decisivo que o trabalho autárquico desempenhará seria um erro ignorar o papel que a luta dos trabalhadores poderá assumir na clarificação da natureza da política do governo, na arrumação das forças e na determinação da vontade e disposições eleitorais de largos sectores da população.

5.4. No desenvolvimento da actividade nos órgãos autárquicos assume particular relevância o reforço da capacidade de realização e de resposta aos problemas, o trabalho de divulgação e valorização da obra realizada, o aprofundamento do contacto com as populações e as suas organizações.

A prestação de contas e o trabalho e a actividade dirigida para um alargado debate sobre as propostas e soluções da CDU constituem factores essenciais de afirmação do valor do nosso projecto autárquico e de garantia do seu prosseguimento em situações de maioria e para o apresentar como alternativa e condição para uma mudança efectiva nas situações onde nos encontramos em minoria.

5.5. Assume-se como particularmente decisivo o trabalho com vista à dinamização das estruturas locais da CDU e o alargamento da sua expressão unitária que confirme a CDU como um amplo espaço de participação democrática aberto à participação de milhares de cidadãos independentes. Num momento em que alguns tentam ostentar as candidaturas de «independentes» como instrumento e cobertura de políticas ao serviço de interesses

inconfessados, assume particular significado o esforço para prosseguir e ampliar o trabalho de aproximação de milhares de jovens, mulheres e homens numa participação generosa e desinteressada no quadro da CDU. O Encontro Nacional sublinha ainda a necessidade de no processo de elaboração das listas ser assegurada uma participação de jovens e de mulheres que prossiga o esforço de rejuvenescimento das candidaturas da CDU e que a confirmem como a força com a mais expressiva presença feminina.

5.6. Com vista ao êxito da intervenção eleitoral importa prestar uma particular atenção a aspectos como a organização e o planeamento das acções de pré-campanha; a definição e adequação das estruturas de direcção e acompanhamento da intervenção eleitoral que, no quadro do trabalho colectivo, sejam dotadas de operacionalidade e capacidade de resposta e iniciativa política; a atenta consideração da política de comunicação das candidaturas da CDU (comunicação social, mensagem política, propaganda visual e escrita, etc.).

5.7. O empenhamento de todo o partido na campanha nacional de fundos para a recolha extraordinária de 250 mil contos, é condição indispensável para dotar o Partido dos recursos financeiros necessários para uma activa e bem sucedida campanha eleitoral.

5.8. O trabalho com vista à apresentação pela CDU de listas a todos os órgãos municipais e a um número de freguesias superior ao de 1997, cuja

concretização representa um elemento da maior importância na afirmação da CDU como a grande força autárquica nacional, reclama um largo esforço e empenhamento do conjunto das nossas organizações e militantes. A presença e a qualidade das listas constitui um importante contributo para os resultados eleitorais e representa ou pode representar em muitos locais uma importante contribuição para o progresso da implantação e estruturação orgânica do Partido.

5.9. A presença a sufrágio, o prestígio e provas dadas pelos candidatos a apresentar, a expressão e identificação do conjunto das listas com as aspirações das populações são factores essenciais à credibilização do projecto da CDU e um elemento determinante para imprimir dinâmica e confiança à intervenção eleitoral necessária à concretização dos objectivos definidos. O respeito pelo princípio estatutário de não ser prejudicado ou beneficiado no exercício dos cargos públicos, condição inerente à concepção comunista do exercício do poder, constitui um elemento do maior significado na afirmação da imagem de honestidade, entrega ao interesse público e desapego ao poder justamente reconhecida aos eleitos comunistas.

O Encontro Nacional sublinha a importância de uma campanha eleitoral que privilegie um intenso contacto directo com as populações, assente na dinâmica das iniciativas locais e num quadro de alargada participação.

## 6

Ciente da exigência política destas eleições mas também das confirmadas razões para as enfrentar com optimismo, o Encontro Nacional do PCP sobre

Poder Local e Eleições Autárquicas apela à intervenção empenhada, criativa e confiante de todo o Partido para que em Dezembro seja confirmado o

prestígio e o valor demonstrado pelo trabalho dos comunistas e dos seus aliados nas autarquias, ampliadas as condições para prosseguir em mais

municípios e freguesias a acção dos seus eleitos e abertas novas perspectivas para uma viragem da política no plano nacional.

Centenas de apoiantes reforçam confiança nas candidaturas a Grândola e Odemira

## Continuar a utopia

Com a presença do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, e perante mais de quatrocentas pessoas, foi apresentado o primeiro candidato da CDU à Câmara Municipal de Grândola, o actual presidente Fernando Travassos.

O candidato, no jantar de apresentação da sua candidatura – e da de Pedro Pedreira, actual vereador para a Assembleia Municipal –, expressou agradecimentos aos autarcas «deste e dos concelhos vizinhos, que acreditam e lutam para que este nosso Alentejo possa vir a ser melhor» e aos

«trabalhadores da autarquia, elementos determinantes no sucesso do nosso trabalho, que o entusiasmo comovente como aderiram a este jantar se prolongue nos difíceis desafios que vamos ter pela frente». Ainda nos agradecimentos, o candidato saudou, de forma especial, os jovens, que considerou «fiéis depositários das nossas utopias, generosos e

irreverentes herdeiros da – sempre adiada – construção de um mundo melhor».

**É necessário fomentar o emprego para fixar as populações à terra**

«Ao longo de 27 anos, a CDU construiu, de forma sólida e consistente, uma Grândola melhor», tendo resolvido «quase a cem por cento as infra-estruturas básicas», lembrou Fernando Travassos.

O candidato realçou ainda que a CDU «consolidou a atracção de investimentos estruturantes para o concelho, concluiu a atribuição de lotes na segunda fase da zona da indústria ligeira, desenvolveu um plano de apoio ao comércio tradicional, desempenhou um papel decisivo na recuperação do complexo turístico de Tróia».

Fernando Travassos lembrou ainda o alargamento da prática desportiva e cultural dos jovens, a elaboração de um plano de reabilitação de todas as escolas do primeiro ciclo, tendo reforçado a «identidade de Grândola, Vila Morena com os ideais do 25 de Abril».

Para isto, o candidato promete muito trabalho e honestidade, afirmando que «o que a CDU não faz nem fará é faltar à verdade com a população, fazer obras de fachada e

prometer o impossível» e orgulha-se de, hoje, Grândola ter «uma clara estratégia de desenvolvimento e a confiança dos investidores».

Para terminar, Fernando Travassos deixou a convicção de que os «grandolenses podem gostar mais e melhor da sua terra porque se orgulham do seu passado, porque vivem melhor o seu presente e porque participam na construção do seu futuro».



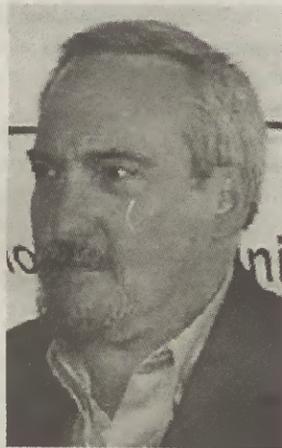
Fernando Travassos

### Ouvir as pessoas

Em Odemira, com a presença do secretário-geral do Partido e perante cerca de 250 pessoas, foi, também no dia 10, apresentado o cabeça de lista da CDU a este concelho do Litoral Alentejano, Francisco Duarte. O candidato, na sua intervenção, afirmou que nunca teve ambições pessoais para ser mais do que técnico de autarquias. «No entanto, uma análise da conjuntura actual do poder local e das forças em presen-

ça, aliada à experiência e conhecimento adquiridos ao longo de todos estes anos, levaram-me a pensar que poderia dar um contributo válido no projecto autárquico da CDU com vista ao desenvolvimento social, económico e cultural do nosso concelho e constituir uma alternativa eficaz à situação existente», disse Francisco Duarte.

«Estamos a ouvir pessoas, auscultar associações e colectividades... enfim, dar



Francisco Duarte

voz a quem, ultimamente, a não tem tido», pois não é «escondendo os problemas que eles se resolvem ou ultrapassam», disse, lembrando que será de todo este trabalho de auscultação aos odemirense que nascerá o programa eleitoral.

No entanto, o candidato não quis deixar de expressar algumas das preocupações que estarão na base do programa político, ressaltando, de entre todas elas, a urgência de «estancar a grave hemorragia demográfica» que atinge o concelho, considerando essencial a criação de condições mínimas que permitam aos jovens fixarem-se na sua terra. Para isso, considera, é necessário promover a criação de emprego e estabelecer uma estratégia de captação de investimentos exteriores ao concelho.

A terminar, deixou a promessa de, com todos os odemirense, tudo fazer para «transformar este concelho, que é o maior do País, também no melhor concelho do País».

## Ponta Delgada Eleger um vereador

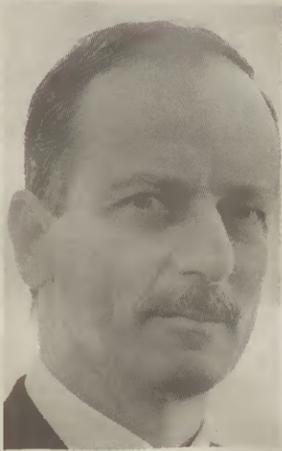
Na passada sexta-feira, em Ponta Delgada, foi apresentado Mário Abrantes – membro da Assembleia Municipal da cidade, do Secretariado da Direcção da Organização Regional do Arquipélago dos Açores e do Comité Central do PCP – como cabeça de lista às próximas eleições

desencanto da nossa cidade». Desencanto esse em que têm caído, no dizer do candidato, as «sucessivas e inicialmente animadas – especialmente quando candidatas – novas administrações municipais dos últimos mandatos, tenham sido elas do PS ou do PSD» e, também, os cidadãos.

O candidato explicou a forte abstenção verificada nas últimas eleições – mais de 60% – pela constante cedência a pressões por parte dos sucessivos executivos camarários ao invés de resolver os problemas das populações. Mário Abrantes considera que «para além da corrida partidária à possessão – ou conservação – da chamada “jóia da coroa”, que mais tem mobilizado as sucessivas candidaturas do PS e do PSD senão, para o vencedor, o merecido repouso do guerreiro ou, para o derrotado, a oportunidade de vingança». No fim, afirma, com todas estas disputas, sai enfraquecido o serviço público e os interesses dos cidadãos.

Como grandes linhas, o candidato realçou a abertura do concelho ao exterior e o desenvolvimento equilibrado do concelho entre as suas zonas rurais e urbanas.

«Humanização das condições de vida, de segurança e do ambiente urbano em Ponta Delgada, plano de resíduos sólidos e reciclagem, continuidade e aceleração da gigantesca obra em curso de saneamento básico, protecção e aproveitamento da orla marítima», foram algumas das prioridades apontadas pelo candidato da CDU, que acentuou que «este programa não é meu; é Ponta Delgada que o impõe!».



Mário Abrantes

ções autárquicas, pela CDU. Na mesa da sessão estiveram Patrícia Santos e o padre Emanuel Jorge Botelho, da Comissão Permanente da CDU, o arquitecto Soares de Sousa e José Decq Mota, responsável pela organização dos Açores do PCP.

José Decq Mota, na sua intervenção realizada de improviso, salientou a grande importância e possibilidade da CDU reforçar as suas posições nas câmaras e, especialmente, fazer-se representar na Câmara de Ponta Delgada.

Tomando da palavra, Emanuel Jorge Botelho lembrou que o candidato «conhece a impressão digital de cada uma das freguesias do nosso concelho, de cada canto, recanto, encanto ou

## Vila Real de Santo António Voltar aos níveis de 1998

Mário Augusto Dias de Sousa, actual vereador da CDU na Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, é o candidato da coligação à autarquia, apresentado no dia 10 de Maio, numa sessão que contou com a presença de José Neto, da Comissão Política, e de outros dirigentes regionais do Partido.

Anunciando «somente as linhas gerais» da candidatura, o candidato avançou com os principais vectores da actividade autárquica a ser desenvolvida pela CDU. «A democracia participada que defendemos implica uma relação aberta à opinião pública, à crítica, à participação de todos os cidadãos na definição das grandes orientações políticas e no seu controlo democrático», destacou o candidato como primeiro princípio a levar à prática. Membro do Comité Central do PCP desde o XIV Congresso, Mário Dias de Sousa continuou a enunciar as principais prioridades da CDU na autarquia algarvia. Com a CDU, os vila-realenses terão a certeza de que «vão receber dos eleitos e dos funcionários da autarquia um atendimento correcto e personalizado», sendo necessário, para isso reorganizar os serviços, sendo «objectivo da nossa candidatura restabelecer, em todos os sectores da actividade municipal, o elevado nível de organização que a CDU deixou no final do seu mandato, em Janeiro de 1998».

Para o concelho, a CDU defende «o desenvolvimento equilibrado dos sectores económicos tradicionais do concelho, as pescas, a indústria de conservas de peixe, a construção naval, a agricultura que, a par do

comércio e turismo, possuem enormes potencialidades e contam com uma mão-de-obra especializada que não pode ser desperdiçada».

A reformulação do PDM será também, segundo o candidato, uma prioridade dos seus eleitos, visto o concelho continuar com o



Mário Dias de Sousa

mesmo que a CDU elaborou entre 1982 e 1985, e que «tem o horizonte de vida esgotado».

A estagnação do concelho deve-se ao facto da CDU não ter visto «renovado o seu mandato em 1997, mesmo tendo obtido uma soma maior de votos que aquele que havia conseguido em 1994». «Hoje são já muitas as pessoas que coincidem na análise de que o concelho não ganhou com a mudança e com a interrupção do nosso projecto», assegurou o candidato, que está «convencido que o eleitorado vai, uma vez mais, verificar a diferença para melhor que representa a CDU em relação ao trabalho do PS».

## Caldas da Rainha Contrariar a lógica da incompetência

No sábado, foram apresentados os primeiros candidatos da CDU aos órgãos municipais das Caldas da Rainha. Na mesa da sessão estiveram presentes Rui Fernandes, do Secretariado do Comité Central, Bernardino Soares, da Comissão Política, Ana Rebelo, mandatária concelhia, e os candidatos Joaquim Barros, para a Câmara, e Margarida Botelho, para a Assembleia Municipal.

Tomando da palavra, Bernardino Soares realçou o valor dos candidatos e o método participado de construção das listas.

Referindo a diferença de meios existentes, Bernardino Soares alertou para o uso do aparelho de Estado por parte do PS para favorecer as suas câmaras.

O candidato, Joaquim Barros, lembrou que «há quatro anos afirmámos que estávamos perante um poder camarário do PSD que se encontrava esgotado, cansado, um poder que se caracterizava pela incompetência, inoperância, falta de dinâmica e ideias na gestão dos interesses do concelho e dos seus habitantes» e reafirmou que esse diagnóstico é «hoje, cada vez mais, uma realidade incontestável e cada vez mais visível para todos os caldenses».

O candidato continuou a avaliação dos problemas do concelho, afirmando que o «mandato que agora termina revelou-se de uma mediocridade total, em que não só não

foram resolvidos os velhos e eternos problemas como surgiram novos problemas fruto de uma falta de visão e de iniciativa de quem já não tem nada para oferecer». Dos problemas destacou o caos urbanístico que é fruto da ausência de um PDM, o caos do



Joaquim Barros

trânsito e do estacionamento, a degradação do ambiente. O Centro Cultural, as novas zonas de estacionamento, a requalificação da zona industrial, antigas promessas da Câmara, continuam sem concretização.

«Perante este cenário, necessário se torna dar corpo a uma alternativa no plano local que contrarie esta lógica», disse Joaquim Barros, que considerou a CDU essa alternativa, um espaço aberto a todos aqueles que «não se conformam ou não aceitam o estado de degradação que a nossa vida colectiva infelizmente atingiu».

# A bitola de Schröder

● Pedro Carvalho

Com as recentes declarações de Schröder, a Alemanha procurou tomar a iniciativa quanto ao debate sobre o futuro da UE, colocando sem ambiguidades o federalismo no seu centro. Mas o conjunto de propostas do SPD não termina aqui: aponta a manutenção de uma política financeira e económica orientada para a estabilidade, a realização integral do mercado interno, uma maior harmonização fiscal, um mercado financeiro único, uma política laboral gerida ao nível nacional e comunitário; o aprofundamento e posterior comunitarização da PESC e da Política de Defesa, da segurança interna e da política de imigração; a integração da Carta dos Direitos Fundamentais nos Tratados e o início da discussão sobre uma futura constituição europeia; a criação do governo europeu com base na Comissão Europeia, o reforço do poder do PE e a transformação do Conselho de Ministros numa câmara europeia de estados; a redefinição das competências da UE, com a renacionalização dos custos da política agrícola e da política regional; a colocação de condições para o alargamento, entre muitos outros exemplos.

Ao entrar nas «questões concretas», e avançando com uma visão federal à alemã, Schröder procura condicionar o debate, baralhando e dando de novo, apontando uma bitola demasiado alta para obter maior margem de negociação. Por outro lado aponta o caminho que quer trilhar, com quem quiser com ele «avançar», colocando o processo de integração numa nova

mesmo caminho de aprofundamento federal. Aliás, a moção de António Guterres aprovada no Congresso do PS afirma que «Portugal deve protagonizar uma lógica de aprofundamento da integração europeia (...) com o objectivo claro de estar sempre e em todos os domínios no núcleo duro desse aprofundamento». Esta é a tese central desenvolvida na moção «Um novo impulso político para a Europa» entregue pelos deputados do PS no PE. Como sempre, também o PSD se junta ao «coro». Ambos continuam a apresentar como inevitável um modelo de natureza federal, que coloca em causa componentes essenciais da soberania nacional, apontando os fundos comunitários como moeda de troca.

É significativo que tais forças políticas apontem (concordem com) novos e gravosos passos de integração de política antes do Tratado de Nice ter sido ratificado pelos estados-membros e sem que se tenha realizado um profundo e participado debate nacional sobre as suas consequências. Mas também, sem que se tenha realizado um verdadeiro debate nacional que faça o balanço de 15 anos de participação de Portugal na CEE/UE, sob a direcção de governos do PS e PSD, que evidencie as suas consequências, para a limitação da soberania nacional, a destruição do aparelho produtivo nacional, a entrega de sectores estratégicos ao capital estrangeiro e para uma política externa subordinada aos interesses da NATO e das grandes potências da UE.

## Impõe-se um novo rumo

A soberania nacional é inegociável, pois é condição para a independência de Portugal, para a salvaguarda da democracia, para a manutenção dos centros de decisão no nosso país e do direito, que conquistámos, de decidir do nosso futuro colectivo.

Só com a defesa da soberania nacional será possível garantir a participação livre e consciente do nosso povo na decisão dos caminhos para o nosso progresso e desenvolvimento, para a livre participação num projecto de cooperação entre estados iguais e soberanos na Europa, para a solidariedade e a paz com todos os povos do Mundo.

Não são necessários novos passos de integração de orientação federal. O que é necessário é que o estatuto de cada país seja ajustado à vontade do seu povo, à sua situação real, especificidades e interesses, o que impõe a rejeição do federalismo e o combate a imposições supranacionais. O que é necessário é colocar a coesão económica e social como objectivo central, o que pressupõe profundas mudanças nas actuais políticas económica e monetária e o assegurar dos Fundos Estruturais e de Coesão, nomeadamente num quadro de futuro alargamento. O que é necessário é uma Europa de paz e solidária, o que exige a recusa de uma UE como bloco político-militar. O que se impõe é um outro rumo para a União Europeia!

etapa, a negociar até 2004.

As reacções a tais declarações evidenciaram as contradições existentes quanto à definição das competências da UE, à sua estrutura institucional, às condições do alargamento. Apontam-se diferentes «equilíbrios» para os interesses em jogo, com base na premissa que «não existirá acordo sobre nada sem existir acordo sobre tudo», não esquecendo a realização de eleições em Itália, França, Alemanha e Grã-Bretanha.

## PS e PSD juntam-se em coro

Em vez de se demarcar claramente das ideias federais de Schröder, o governo do PS apontou diferenças de método, de ritmo e de «orçamento» para o

Recomendações económicas em 2001 ignoram desemprego

# A velha receita

**Nem as previsões de abrandamento da economia nem as diferenças de crescimento entre os estados-membros levam a Comissão Europeia a «dosear» as recomendações aos estados-membros.**

As orientações económicas relativas 2001 foram debatidas na terça-feira no Parlamento Europeu, numa sessão em que Ilda Figueiredo acusou a Comissão de apresentar uma «receita que permanece imutável ao longo dos anos: redução da despesa pública, moderação salarial e aceleração do processo de reformas estruturais definido na Estratégia de Lisboa, nomeadamente ao nível das liberalizações e da flexibilização do mercado de trabalho».

A deputada salientou que a Comissão só está interessada «na estabilidade dos preços e no cumprimento do Pacto de Estabilidade». «Mesmo para Portugal, cujas perspectivas

apontam para maiores divergências face ao crescimento europeu e agravamento do desemprego, sobretudo para mulheres e jovens, onde os trabalhadores estão a ser penalizados pelo aumento da inflação e respectiva perda de poder de compra, apesar de manterem os mais baixos salários da União Europeia, a receita continua igual: moderação salarial, facilitação dos despedimentos e antecipação dos objectivos do Pacto de Estabilidade, com uma maior redução da despesa pública no Orçamento 2002.»

Explicando as razões do voto contra dos comunistas portugueses, Ilda Figueiredo sublinhou que o respectivo

relatório do PE «confirma as orientações traçadas pela Comissão, sendo de salientar a proposta «sui generis» de passar a chamar «mercado doméstico europeu» à «zona Euro»».

O relator defende o objectivo cego da estabilidade de preços em detrimento do crescimento económico, descura a importância do investimento público e apela a uma maior redução das despesas públicas. Entretanto, coloca tónica crítica na falta de progressos na liberalização do sector do gás e da electricidade, salientando que «é indispensável liberalizar os restantes sectores». A necessidade de «prosseguir a reforma dos mercados de trabalho» e da reforma dos sistemas de pensões e de saúde são outros aspectos que o relator destaca, ao mesmo tempo que ignora por completo as questões do emprego.

# OCDE discute livre comércio

Os ministros do Comércio, da Economia e das Finanças dos 30 países industrializados membros da OCDE terminam hoje, quinta-feira, em Paris uma reunião de dois dias que tem como objectivo lançar um novo ciclo de negociações da liberalização de trocas no quadro da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Num documento preparatório, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) defende que «as negociações sobre o comércio multilateral deverão ser retomadas o mais brevemente possível».

A UE e os países candidatos à adesão também já se

pronunciaram a favor de um novo ciclo de negociações, que poderá ser iniciado por ocasião da reunião ministerial da OMC prevista para o mês de Novembro em Doha (Qatar).

Para a União Europeia, a ronda deverá ter como objectivo o «reforço do acesso aos mercados», o «desenvolvimento e o reforço das regras e controlos da OMC» e a «promoção de uma melhor integração dos países em vias de desenvolvimento no sistema comercial multilateral».

O problema é que muitos dos países emergentes recusam-se a abrir as suas fronteiras

aos produtos estrangeiros, precisamente porque não têm a garantia de que terem acesso igual aos mercados ocidentais.

«O acesso aos mercados representa o único problema importante em termos de trocas comerciais entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento», sublinha também a OCDE, que conta apenas com países industrializados ou em transição no seu seio. No entanto, para esta reunião foram convidados dez países não membros (África do Sul, Argentina, Brasil, China, Índia, Indonésia, Mali, Roménia, Rússia e Singapura).

# EUA recusam missão do PE

Os membros da comissão do Parlamento europeu que investiga o sistema de escutas electrónico denominado Echelon encurtaram na passada semana uma visita aos Estados Unidos depois de a CIA e a NSA lhes terem negado os encontros solicitados.

O presidente da Comissão sobre o sistema de interceptação Echelon do Parlamento Europeu, o português Carlos Coelho (PSD), manifestou-se «muito decepcionado com as reticências de última hora da CIA e da NSA em reunir-se com a nossa delegação».

Pelo seu lado, as duas agências de informações norte-americanas asseguraram que não fazem espionagem industrial na Europa, considerando assim «inútil»

receber uma delegação de eurodeputados. Segundo a Lusa, o porta-voz da agência dos serviços secretos norte-americanos (CIA), Mark Mansfield, admitiu que os deputados contactaram a agência, «mas nunca os levámos a acreditar que uma reunião com funcionários da CIA viesse a ocorrer», disse.

No entanto, a missão logrou reunir-se com a Comissão dos serviços secretos da Câmara dos Representantes, funcionários do Departamento da Justiça e o antigo director da CIA, Jim Woolsey.

Na Comissão da Câmara dos Representantes, segundo notícia da Lusa, Carlos Coelho referiu que o PE dispõe de «alegações cada vez mais numerosas segundo as quais o

Echelon não é só utilizado para fins legítimos, como o combate da criminalidade e do terrorismo, mas também para a espionagem económica».

«Alguns dizem que foi recentemente utilizado cada vez com mais frequência para fins económicos, indo muito para lá do bem-estar da economia de uma nação», disse o deputado, considerando que é «extremamente importante que as autoridades dos Estados Unidos tenham ocasião de responder».

Todavia, as autoridades norte-americanas têm-se recusado sequer a reconhecer a existência de tal sistema, ressaltando, no entanto, que as suas agências não estão envolvidas em espionagem industrial.



4

## Alemanha altera pensões

A câmara alta do parlamento alemão, Bundersrat, aprovou na sexta-feira um projecto de reforma do sistema de pensões na Alemanha, que prevê a diminuição progressiva das prestações do regime geral e o encorajamento de capitalização própria. O projecto encoraja a reforma por capitalização através de incentivos fiscais e ajudas financeiras directas para as famílias mais carenciadas. Prevê-se a introdução de uma poupança-reforma correspondente a um por cento do salário bruto a partir do próximo ano, que aumentará cada ano de forma a atingir os quatro cento em 2008. As ajudas financeiras directas do governo para a capitalização também aumentarão progressivamente. Prevê-se uma ajuda de 153,3 euros (31 mil escudos) por ano por cada pessoa singular e o dobro por cada casal em 2008. As contribuições manter-se-ão sob o tecto de 20 por cento (actualmente é de 19,1 por cento) do salário bruto até 2020, passando a 22 por cento em 2030. A partir de Julho próximo, o aumento das pensões de reforma passará a ser indexado à subida dos salários líquidos, depois de ter sido indexado à inflação no ano passado.

## Relações com Coreia do Norte

A Comissão Europeia decidiu estabelecer relações diplomáticas com a República Democrática Popular da Coreia. Segundo um comunicado divulgado na segunda-feira, a CE «espera que a decisão facilite os esforços da comunidade europeia para apoiar a reconciliação na península coreana e, em particular, para apoiar as reformas económicas e aliviar os graves problemas de alimentação e saúde». O anúncio, que não especifica datas nem o processo para a abertura oficial das relações, foi feito depois da visita àquele país, no princípio de Maio, de uma delegação europeia, presidida pelo primeiro-ministro sueco, Goeran Persson. A maioria dos estados da UE estabeleceu nos últimos meses relações bilaterais com a Coreia do Norte, à excepção da França e da Itália. No entanto, a Comissão afirma estes estados não se opõem a relações ao nível comunitário.

## Palestras de Clinton

O ex-presidente norte-americano Bill Clinton iniciou na terça-feira na Europa um ciclo de 10 conferências que vão render-lhe pelo menos um milhão de dólares (220.000 contos). Por cada aparição, Clinton recebe cerca de 100 mil dólares (22.000 contos) e conta ainda ser agraciado com um diploma honorífico da Queens University em Belfast. Para além do Reino Unido, o périplo inclui a Irlanda, Espanha, Suécia, Noruega, Polónia e Áustria.

# Rendimento agrícola cai em Portugal No fundo da tabela

**Em 2000, o rendimento dos agricultores subiu em média nos Quinze da UE, 1,9 por cento, e nos Doze da zona euro, 2,3 por cento. Portugal foi quem mais se destacou pela negativa, registando uma baixa de 9,3 por cento face a 1999.**

O estudo foi divulgado na passada semana pelo Eurostat, gabinete de estatística europeu, que atribui o crescimento dos rendimentos agrícolas essencialmente redução contínua do volume de mão-de-obra no sector, que sofreu uma quebra de três por cento.

No entanto, o Eurostat consta uma grandes diferenças na evolução deste indicador consoantes os países. O rendimento agrícola em 2000 foi superior ao ano anterior em 11 estados-membros (Finlândia, Dinamarca, Bélgica, Luxemburgo, Alemanha, Irlanda, Espanha Holanda, Grécia, Áustria e França). Nestes países, o crescimento variou entre 24,8

por cento na Finlândia e 23,8 por cento na Dinamarca e 1,3 por cento em França. Em contrapartida, o rendimento agrícola diminuiu na Suécia (-1,1%), em Itália (-2,8%), no Reino Unido (-8%) e em Portugal (-9,3%).

Nos Quinze, a produção global manteve-se quase inalterável, progredindo apenas 0,1 por cento, registando-se um agravamento dos custos de produção (+1,2%), devido sobretudo à subida dos preços, em particular da electricidade (+23,5%). Os agricultores europeus foram ainda penalizados por uma baixa das subvenções, cujo valor real foi inferior em 1,8 por cento em relação a 1999, e

por uma subida dos impostos (+0,5%). Neste quadro não surpreende que cada vez mais pessoas abandonem a agricultura para procurar melhor vida noutros sectores.

### Crise nos vegetais

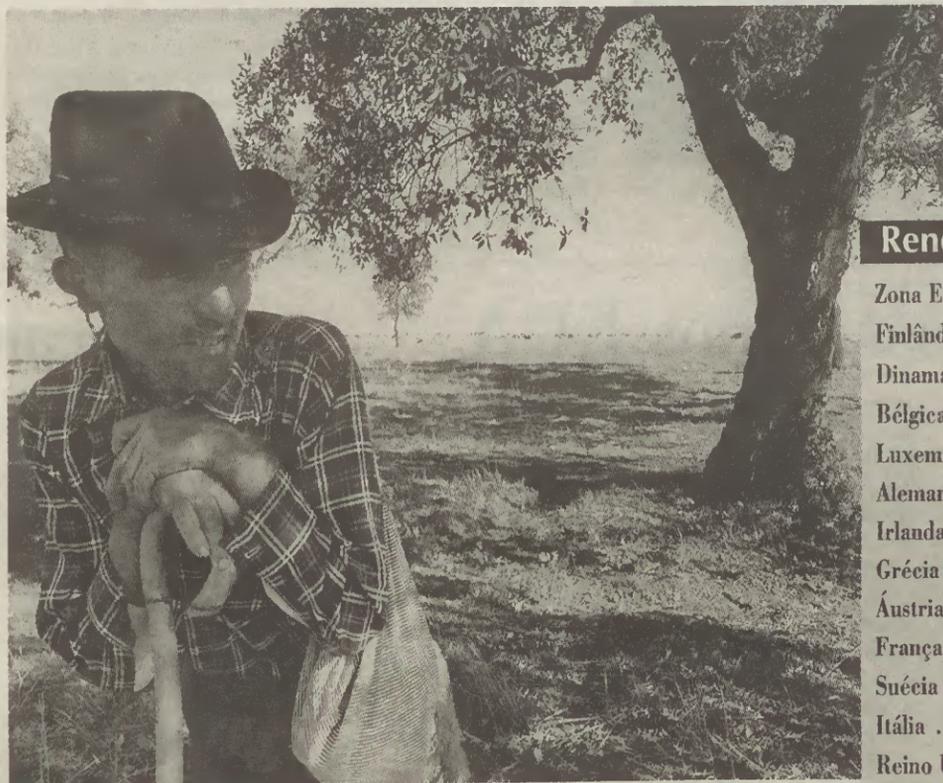
Por outro lado, neste período, a estabilidade global da produção ficou a dever-se à sensível recuperação do sector pecuário que registou uma subida de 6,2 por cento, com a suinicultura a crescer 24 por cento, depois de ter sofrido sucessivas quebras em anos anteriores. Também os preços dos produtos avícolas, dos ovinos e caprinos, bem como dos ovos progrediram sensivelmente em relação ao ano anterior. O sector da carne bovina ainda beneficiou de uma subida dos preços até à nova crise da BSE que deflagrou no Outono de 2000. Apesar disso, os preços médios

não sofreram grandes alterações.

Noutro sentido, a produção vegetal não só decresceu 1,2 por cento, como sofreu uma baixa de preços de 2,9 por cento. Em termos reais o valor da produção baixou 3,3 por cento, valor que só não foi mais importante devido ao ligeiro aumento das subvenções de 2,2 por cento.

À escala da UE, a evolução da produção vegetal foi em grande parte determinada pela França, Itália, Alemanha e Espanha, uma vez que estes países foram responsáveis por cerca de 70 por cento do volume total em 2000. No conjunto, o valor da sua produção foi inferior a 2000, registando-se a queda mais significativa na Itália (-6%).

A maior parte restantes estados-membros assinalou igualmente um recuo dos valores neste sector, destacando-se mais uma vez Portugal, com uma queda de 14,8 por cento, o Reino Unido com menos 9,3 por cento, e a Áustria com menos 6,7 por cento. Só três estados-membros, Finlândia, Holanda e Bélgica, conseguiram valores de produção superiores a 1999.



Os agricultores portugueses continuam a empobrecer apesar do rendimento médio europeu ter aumentado

### Rendimento agrícola

|             |        |
|-------------|--------|
| Zona Euro   | +1,9%  |
| Finlândia   | +24,8% |
| Dinamarca   | +23,8% |
| Bélgica     | +14,3% |
| Luxemburgo  | +6,4%  |
| Alemanha    | +5,5%  |
| Irlanda     | +4,9%  |
| Grécia      | +2,1%  |
| Áustria     | +2,0%  |
| França      | +1,3%  |
| Suécia      | -1,1%  |
| Itália      | -2,8%  |
| Reino Unido | -8,0%  |
| Portugal    | -9,3%  |

## Fundos ou veto!

Portugal e Espanha estão dispostos a atrasar as negociações sobre o alargamento da União enquanto os Quinze não garantirem a continuação das ajudas estruturais às suas regiões menos desenvolvidas após 2006. Em causa está a posição comum que os Quinze têm de tomar sobre a livre circulação de trabalhadores após a adesão dos países de Leste.

«Não anunciamos que vetamos previamente mas se for necessário vetamos», declarou o ministro português Jaime Gama, na segunda-feira em Bruxelas, onde decorria uma reunião

dos titulares dos Negócios Estrangeiros da União Europeia.

A Alemanha e a Áustria, temendo uma invasão de mão-de-obra, defendem um período de transição de sete anos antes de aceitar a livre circulação de trabalhadores de Leste no seu território. Espanha, que já tinha feito depender a sua posição da continuação das ajudas comunitárias depois de 2006, é agora secundada por Portugal, que receia igualmente perder os fundos estruturais após o alargamento.

E as contas são simples da fazer. A adesão à UE de

10 países da Europa Central e Oriental e as ilhas de Chipre e Malta irá provocar uma diminuição do rendimento médio da União. Isto significa que muitas regiões que estão abaixo de 75 por cento do rendimento da UE ultrapassarão esta fasquia, deixando assim, segundo as actuais regras, de ter direito às ajudas comunitárias que hoje recebem. Por exemplo, no caso de Portugal, apenas os Açores e a Madeira manteriam a actual situação.

Para evitar este cenário, o primeiro-ministro espanhol, José Maria Aznar,

tomou a iniciativa de apresentar um memorando onde se pedem garantias em como as regiões mais pobres da actual União vão manter o mesmo nível de apoios apesar de matematicamente passarem, depois do alargamento a ser consideradas mais prósperas.

Por seu lado, a Alemanha, o estado-membro que mais contribuiu para os cofres comunitários, voltou a reafirmar não aceitar discutir a questão antes de 2004, quando esta for negociada no quadro das discussões do próximo quadro financeiro da UE, para 2007-2013.

## ONU debate países pobres

O secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, afirmou na segunda-feira em Bruxelas que os investimentos estrangeiros e a abertura de mercados são insuficientes para conseguir que os Países Menos Desenvolvidos (PMD) superem a situação de extrema pobreza. Annan intervinha na mesa-redonda sobre os resultados da luta contra a pobreza nos últimos 30 anos, na III Conferência da ONU sobre as PMA que decorre até ao próximo domingo, dia 20, com a presença de 49 países, entre os quais se incluem os cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). A conferência propõe-se elaborar um programa de acção, prevendo um sistema de vigilância para acompanhar os esforços feitos pela comunidade internacional e os países envolvidos. Segundo números da ONU, os países menos avançados passaram de 21, em 1971, para 49 actualmente, dos quais 34 pertencem ao continente africano.

## UE cria força policial

Portugal está disposto a fornecer 300 homens para a força especial europeia de cinco mil polícias para intervir em cenários de crises. O anúncio foi feito na passada semana, no final de uma reunião dos responsáveis da polícia dos estados-membros da União Europeia.

Para além do nosso país, na nova força especial que deverá estar pronta em 2003, participam a Itália, com 900 homens, França, 800, Reino Unido, 450, Áustria 115, Grécia 150, Dinamarca 125, Finlândia 65, Espanha 500, Luxemburgo 6 e Suécia 160, segundo fontes diplomáticas europeias, citadas pela agência Lusa.

A decisão de criar uma força policial europeia foi tomada na Cimeira da Feira, em Junho de 2000, e inscreve-se num outro, paralelo, que prevê a criação de uma força de reacção rápida de 60 mil homens também até ao final de 2003.

## Leste recusa ser excluído

Uma dezena de países do leste europeu, dos Balcãs ao Báltico, reunidos em Bratislava, subscreveram uma declaração, em que afirmam o desejo de querer aderir à comunidade europeia e «construir uma Europa indivisível, unida e livre, estável, pacífica, democrática e próspera».

O documento considera que «nenhum país pode ser excluído desta Europa por razões geográficas, históricas ou de instabilidade actual». Lembrando que «a segurança europeia é indivisível», os signatários sublinham a necessidade de os seus países «contribuírem para a estabilização e a reconstrução dos Balcãs», confrontados com conflitos armados e uma instabilidade histórica.

## Colômbia

Onze guerrilheiros morreram domingo em combates com o Exército da Colômbia, aumentando para 41 o número de rebeldes mortos em conflitos armados na passada semana, segundo autoridades militares. Cinco membros do Exército de Libertação Nacional, o segundo maior grupo de guerrilheiros do país, morreram em confrontos perto do município de Tibú — no norte do departamento de Santander. Outros dois, do Exército Popular de Libertação, tomaram no povoado de El Tarra, na mesma região. Os restantes mortos eram do ELN e das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, o grupo mais antigo e numeroso da América Latina, com 17 mil combatentes.

## Pinochet — de autor a cúmplice

Augusto Pinochet vai ser julgado como cúmplice dos 57 homicídios e 18 sequestros atribuídos à «Caravana da Morte» e não como seu autor, tal como pedia a acusação. A decisão foi tomada pela juíza Maria Antonia Morales, que substituiu temporariamente o magistrado Juan Guzmán. A acusação deverá recorrer. O juiz Guzmán decidira que o ditador deveria ser julgado como autor dos crimes perpetrados por uma comitiva militar poucas semanas depois do golpe de Estado de 11 de Setembro de 1973, que derrubou o governo de Salvador Allende.

## Whaid não responde

O presidente indonésio, Abdurrahman Wahid, declarou sexta-feira que não responderá à segunda moção de censura do Parlamento. O Parlamento aprovou, a 30 de Abril, uma segunda moção de censura contra Wahid pelo seu alegado envolvimento em dois escândalos financeiros. O hemiciclo indonésio, que deverá reunir a 31 de Maio, poderá então convocar uma sessão especial da Assembleia Consultiva do Povo, a mais alta instância legislativa, que poderá destituir Wahid. Nesse caso, o presidente será substituído pela vice-presidente, Megawatti Sukarnoputri.

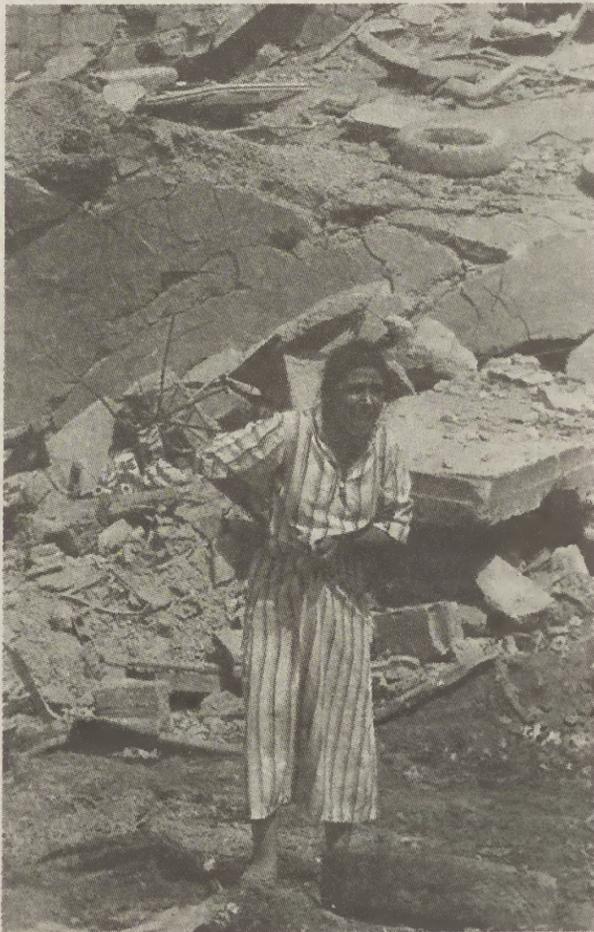
## Repressão no Estado da Baía

A Polícia Militar do Estado da Baía reprimiu na passada semana uma manifestação de estudantes e sindicalistas em Salvador que exigiam a suspensão do mandato do senador António Carlos Magalhães. Com cartazes reivindicando «ética na política», os manifestantes rumaram para a residência do senador. Dois deputados da oposição tentaram convencer os coronéis do carácter pacífico do protesto, mas foram informados de que o Governador César Borges lhes deu «ordem expressa» de não permitir que os manifestantes se aproximassem do local, afirmou a deputada Alice Portugal, citada pela Lusa. Segundo a mesma, vários manifestantes foram detidos e dezenas ficaram feridos.

Segundo os números oficiais, mais de 500 palestinianos morreram desde o início da nova Intifada

# Israel prossegue escalada de violência

Israel está a usar «força excessiva» contra os palestinianos, diz Kofi Annan, secretário-geral da Organização das Nações Unidas.



Os palestinianos continuam a sofrer os ataques de Israel, 53 anos depois da criação do Estado hebraico

Numa entrevista à Reuters Television em Bruxelas, no domingo, Annan classificou de «trágica» a situação que se vive nos territórios palestinianos. «Não acho que a violência seja a resposta. Não acho que a onda de violência os leve a lugar algum (...) e, na minha opinião, Israel usa uma força excessiva», acrescentou.

Segundo o secretário-geral da ONU, «alguns protestos [palestinianos] exigiram acção policial», mas na sua opinião «não se pode usar meios militares para lidar com manifestações nas quais normalmente seriam usados métodos de controlo de multidões». Uma tal prática por parte de Israel «só agravou a situação», afirmou Annan.

Defendendo que palestinianos e israelitas devem «apaciar a onda de violência», o responsável da ONU recordou que «houve muitas discussões, inclusive com Arafat, para a adopção de medidas para pôr fim à violência», mas reconheceu que «não renderam muito». Kofi Annan manifestou esperança de que «com tempo» se chegue a um cessar-fogo, bem como à redução das «sanções

económicas» impostas por Israel aos palestinianos, e que «ambos se sentem para conversar». Esse tempo parece ainda vir longe, e entretanto Israel continua impunemente a matar o povo palestiniano.

## Violência em crescendo

Depois de uma semana particularmente violenta, mísseis israelitas atingiram, domingo, postos policiais palestinianos do campo de refugiados de Nuseirat, na Faixa de Gaza. Ainda no domingo, Israel usou helicópteros para bombardear veículos blindados da Autoridade Palestiniana

## Cinco polícias palestinianos mortos num ataque na Cisjordânia

na Cidade de Gaza, no norte de Khan Yunes e perto do campo de refugiados de Jebaliya.

«O Exército israelita atacou alguns alvos da Autoridade Palestiniana em reacção ao contínuo terror palestino e ao aumento da violência nos últimos dias», disseram as autoridades militares em comunicado oficial.

Já na madrugada de segunda-feira, cinco polícias palestinianos foram mortos num ataque

israelita na Cisjordânia. Segundo fontes do Exército israelita, uma de suas patrulhas abriu fogo contra um grupo armado perto da cidade de Beitunia, na área de Ramallah, que não se identificou como sendo da polícia e que se encontrava «numa área onde não deveria estar». Bem diferente é a versão palestiniana. Segundo Yasser Arafat, tratou-se de «um crime sujo e imoral, não uma acção militar». O dirigente palestiniano afirmou que as vítimas «eram guardas de um posto de segurança que actua em coordenação com um posto israelita». «Quatro deles estavam dormindo e foram assassinados», disse Arafat.

Pouco depois daquele ataque, segundo notícias veiculadas pela Associated Press, soldados israelitas apoiados por tanques usaram máquinas de terraplanagem para demolir um posto policial palestiniano e outros prédios na aldeia de Shuwakeh, na Cisjordânia.

Desta vez, Israel alegou que as instalações em Shuwakeh eram utilizadas para ataques a alvos militares de Israel, o que é desmentido pelo lado palestiniano. Entre os prédios destruídos na aldeia inclui-se uma escola.

## Recessão nos EUA

«A economia dos Estados Unidos está em recessão e só deve recuperar no segundo semestre de 2002», previu Jim Walker, economista-chefe do Crédit Lyonnais Securities Ásia, em Hong Kong, citado pela CNN na segunda-feira.

A declaração de Walker é a primeira de um importante analista económico que prevê uma situação negativa para a economia norte-americana, com efeitos inevitáveis sobre os mercados asiáticos neste ano.

Os governos asiáticos, ainda de acordo com o economista, «fizeram previsões optimistas e, agora, muitos países devem reduzir as suas expectativas de crescimento económico em 2001, devido à situação dos EUA».

Apresentando uma palestra num fórum de investigadores do CLSA em Hong Kong, que teve início esta segunda-feira, Walker afirmou que a desaceleração económica dos EUA está na sua fase inicial, acrescentando que mais reduções de taxas de juros estão para vir.

O economista afirmou ainda que a taxa de desemprego norte-americana aumentará para seis por cento até ao final do ano. «Com o corte de empregos, os consumidores perderão a confiança e reduzirão os seus gastos, o que se reflectirá em toda a economia», concluiu.

## Despedimentos continuam

A fornecedora de equipamentos para redes de compu-

tadores **3Com Corp.** anunciou na passada semana que irá despedir 3000 trabalhadores da empresa, numa tentativa de reduzir os gastos anuais de mil milhões de dólares.

De acordo com a 3Com, os despedimentos fazem parte de um programa que atacará em duas frentes, visando aumentar a confiança na companhia e dos lucros.

«Este é o maior esforço de redução de gastos na empresa, dada a queda na procura neste trimestre e nos dois anteriores», declarou o director executivo da 3Com, Bruce Claffin. «Apesar dessa desaceleração, a nossa intenção é recuperarmos os lucros o mais rápido possível.»

Esta é a terceira fase de despedimentos da empresa somente este ano. Em Fevereiro, a companhia, com sede em Santa Clara, na Califórnia, anunciou o despedimento de 1200 funcionários, dentro de um plano de reestruturação destinado a economizar 250 milhões de dólares.

Em Março, a companhia decidiu cortar mais 250 milhões de dólares em gastos e realizar 170 despedimentos na unidade de operações de banda larga.

## Cortes na Terra Lycos...

A filial de Internet do gigante de telecomunicações espanhol Telefonica, **Terra Lycos**,

pretende melhorar a sua rentabilidade, pelo que vai prosseguir um plano de despedimentos dos trabalhadores da empresa.

A operadora espanhola de Internet prevê uma supressão total de 15 por cento dos seus postos de trabalho, sendo que já dispensou 3350 empregados.

Entretanto, o volume de negócios da empresa rondou os 177,18 milhões de euros no primeiro trimestre deste ano, número cinco vezes superior à facturação alcançada no período homólogo do ano passado.

## ... e na Siemens

A **Siemens** pretende implementar medidas de poupança de custos através das suas actividades no sector da comunicação, incluindo avançar para a terceira vaga de despedimentos em 2001.

De acordo com uma notícia avançada pelo «Financial Times», estas medidas foram adoptadas numa reunião do conselho de administração do grupo alemão, após os seus negócios de comunicações terem registado uma quebra nos resultados do segundo trimestre fiscal.

Recentemente, a Siemens anunciara que não iria renovar 2600 contratos temporários na sua divisão de telemóveis e que irá reduzir 3500 postos de trabalho na sua unidade de Internet.

## Americanos lucram com a tortura

A Amnistia Internacional (AI), organização não governamental dos direitos humanos, acusou recentemente dezenas de empresas dos Estados Unidos de venderem armas e outros equipamentos usados como instrumentos de tortura.

«A produção, comercialização e exportação mundial de instrumentos de tortura é um negócio lucrativo que faz vista grossa ao sofrimento que causa», alerta o relatório da Amnistia Internacional.

Entre os artigos vendidos estão sofisticados aparelhos de descarga eléctrica e argolas dentadas para prender os polegares que dilaceram a carne se o prisioneiro tentar fugir, de acordo com um capítulo do relatório sobre a violação dos direitos humanos nos Estados Unidos elaborado pela organização.

«Nenhuma empresa norte-americana deveria lucrar com a tortura», afirmou William F. Schultz, responsável da AI nos Estados Unidos.

A Amnistia Internacional informa que embora seja ilegal possuir alguns desses equipamentos nos EUA, desde 1997 que o Departamento de Comércio norte-

americano vem concedendo licenças de exportação no valor de 97 milhões de dólares para esse tipo de artigos, sob a categoria de «equipamentos para controlo de delitos».

Segundo a Amnistia, Arábia Saudita, Rússia, Tailândia, Israel e Egipto são os principais receptores dos equipamentos norte-americanos.

A divulgação do relatório da Amnistia Internacional coincidiu com a publicação do documento anual do Departamento de Estado norte-americano sobre os direitos humanos no mundo.

«É inconcebível que, enquanto o Departamento de Estado norte-americano promove os direitos humanos, o Departamento de Comércio aprove licenças de exportação a países que o nosso próprio governo classifica como torturadores», conclui Schultz.

O relatório faz parte de uma campanha anual organizada pela Amnistia para documentar a prática de tortura em todo o mundo. A Amnistia Internacional lançou ainda um programa na Internet no qual as pessoas podem denunciar essas violações.

## Espanha

# Nacionalistas moderados vencem no País Basco

O Partido Nacionalista Basco (PNV) venceu as eleições de domingo no País Basco, conquistando 33 dos 75 lugares do Parlamento regional.

Num escrutínio em que participaram 80 por cento dos eleitores, os anseios independentistas dos bascos, pela via pacífica, ficaram bem expressos na vitória do PNV, que passou de 27 para 33 lugares, recolhendo 600 000 votos. Apesar de não ter conseguido a maioria absoluta (necessitaria para isso de mais cinco lugares), o que o vai obrigar a alianças para formar governo, o PNV venceu nas três províncias bascas: Alava, Guipuzcoa e Vizcaya. Os nacionalistas moderados apresentaram-se às eleições coligados com o Euskal Alkartasuna.

O grande derrotado das eleições de domingo foi o Euskal Herriarrok (EH), considerado o braço político da ETA, que perdeu metade dos 14 lugares conquistados em 1998. O EH recebeu apenas cerca 10 por cento dos votos, a sua mais baixa percentagem de sempre.

Quanto ao Partido Popular (PP), do primeiro-ministro José María Aznar - um forte opositor da autodeterminação basca, que fez da derrota dos nacionalistas uma das prioridades do seu governo - manteve os 19 assentos que detinha no Parlamento, apesar da sua aliança com a União Alavesa. De acordo com o candidato do PP à presidência da região autónoma,

Jaime Mayor Oreja, os resultados alcançados foram «uma decepção».

O Partido Socialista, por seu turno, conquistou 13 lugares, enquanto a Esquerda Unida (IU) elegeu três deputados, mais um do que nas anteriores eleições.

As eleições de domingo, antecipadas em cerca de ano e meio, ficaram a dever-se ao bloqueio parlamentar do governo regional, resultante da crescente violência da ETA, que desde a suspensão do cessar-fogo negociado com o governo espanhol, em Dezembro de 1999, reivindicava a morte de 29 pessoas. As próprias eleições ficaram marcadas por dois atentados: a explosão de uma carro-bomba, no sábado, no centro de Madrid, que provocou 14 feridos, e o assassinato, no domingo, do dirigente do Partido Popular, Manuel Giménez Abad, em Zaragoza. Os dois atentados foram atribuídos à ETA, que em 33 anos de luta pela independência terá causado a morte de cerca de 800 pessoas.

## Esquerda Unida apela ao diálogo

De acordo com o coordenador-geral da IU, Javier Madrazo, os «excelentes resultados» da coligação transformaram-na no fiel

da balança do parlamento basco. Com efeito, a Esquerda Unida não só elegeu mais um deputado como manteve a mesma percentagem de votos das eleições anteriores, o que dada a elevada participação eleitoral representa um efectivo aumento do número de votos: mais 7300 votos do que em 1998.

Comentando os resultados, Madrazo apelou ao Partido Socialista Espanhol (PSE) para que «rompa a aliança com a direita», dê início a «uma nova etapa política presidida pelo diálogo», e volte a aproximar-se dos nacionalistas, de forma a tornar possível um governo PNV-PSE.

Na sua mensagem às diferentes forças em presença no País Basco, Madrazo começou por lançar um desafio à ETA: «Se escutasse o povo de Euskadi deveria declarar de imediato uma trégua», disse o dirigente da IU. Ao PP, o conselho foi para que mude de estratégia, reconheça a «maturidade democrática dos cidadãos bascos» e perceba que a confrontação não leva a lado nenhum.

O presidente regional, Ibarretxe, apelou por seu turno aos apoiantes do PNV-EA para que «administrem com inteligência» e «sem rancor» a vitória conquistada nas urnas. A aliança nacionalista, que defende uma solução política para pôr fim à violência da ETA semelhante à encontrada na Irlanda, deverá entabular negociações com o Euskal Herriarrok para formar governo.



● Manoel Gouveia

## Factos

**T**ailândia - Quatrocentas mulheres grávidas infectadas com o HIV são divididas em dois grupos de 200; a um grupo é ministrado um tratamento já conhecido, a outro um em teste. Nascidas as crianças, é apurada a percentagem de bebés infectados de um e outro grupo, e tiradas as necessárias conclusões científicas. Um grupo de mulheres grávidas com HIV inscreve-se numa experiência dirigida por um médico do exército norte-americano, onde não se ministrava às mães nenhum tipo de tratamento, para não prejudicar a validade da experiência científica; no final, foram contadas as crianças nascidas com HIV.

**Quénia** - Uma multinacional monta um hospital onde oferece a crianças com meningite um tratamento à base de um medicamento em teste. O tratamento não é alterado mesmo nas situações em que não está a produzir efeito terapêutico, sendo antes realizados minuciosos relatórios até à morte do paciente. Feito o teste, o hospital fecha.

**África do Sul** - 39 multinacionais farmacêuticas lançam um processo judicial contra a África do Sul por esta, para enfrentar a grave epidemia, estar a recorrer à produção e importação de medicamentos genéticos para o combate à SIDA, dado ser-lhe completamente impossível pagar os preços praticados pelos detentores das patentes. O governo dos EUA coloca-se ao lado das multinacionais e ameaça a África do Sul com sanções.

**Andes** - O feijão «nuna» e todas as suas 33 variedades, cultura secular dos camponeses andinos, é patenteado por uma empresa norte-americana. Desde então, apenas os detentores da patente o podem exportar para os restantes países.

**Índia** - Um medicamento antidiabético feito à base de Jamur, Harela, Brinjal e Gurmar, utilizado há séculos na Índia, é patenteado nos EUA por uma empresa norte-americana.

**SIDA** - Existem 35 milhões de infectados com o HIV, dos quais apenas cinco por cento recebem tratamento. Só na África do Sul morrem por semana 5000 pessoas devido a esta doença.

**Pobreza** - Morrem diariamente 65 000 crianças devido à fome e a doenças curáveis.

**Globalização a nu** - Há medicamentos testados em países que posteriormente não podem comprar os fármacos resultantes dessa pesquisa, pois o conhecimento científico é canalizado pela produção para onde

exista «mercado». Testes proibidos nos países imperialistas são desenvolvidos nas neocolónias. Ao mesmo tempo que se apropriam do conhecimento secular de culturas e povos para a sua exclusiva comercialização, as multinacionais proibem o acesso ao resultado da evolução técnica e científica da Humanidade à esmagadora maioria dessa Humanidade. Menos Estado quando se trata de permitir a pilhagem dos avanços técnico-científicos, mais Estado quando se trata de impor aos povos os privilégios das multinacionais.

**A ética do império** - O mesmo George Bush que, em nome do direito à vida, quer proibir totalmente o aborto, ameaça com sanções um país que tenta salvar a vida de 5000 cidadãos por semana, e manda um médico com medicamentos no bolso contar os bebés infectados das mulheres que não quis tratar. O objectivo da investigação científica não é avançar no conhecimento e melhorar a qualidade de vida das populações, é produzir lucros. Um medicamento não se destina a salvar vidas, é um produto destinado a um mercado.

**Resistência** - Perante a determinação do governo da África do Sul, num Tribunal cercado por uma gigantesca manifestação de massas liderada pelo Partido Comunista da África do Sul, e confrontadas com a crescente consciência da imoralidade das leis internacionais de patentes que crescia mesmo nos seus mais privilegiados mercados, as grandes multinacionais farmacêuticas recuaram nas suas assassinas intenções e retiraram o processo contra a importação de medicamentos genéricos.

**Alternativas** - O conhecimento técnico-científico que a Humanidade já acumulou e as enormes potencialidades que nesse campo todos os dias se abrem, conjugados com a capacidade produtiva e distributiva instalada e com as condições de a aumentar ainda mais, colocam a Humanidade perante a possibilidade de proceder à erradicação de diversas enfermidades, de salvar a vida diariamente a dezenas de milhar de seres humanos que morrem de doenças curáveis, de melhorar significativamente a qualidade de vida de milhares de milhões de seres humanos. Tal possibilidade choca-se com uma realidade: o capitalismo e a sua lógica intrínseca. A sua superação revolucionária e a passagem para um estágio superior de organização, o comunismo, é, também aqui, a grande tarefa que está colocada perante a Humanidade.

## Itália

## Vitória da direita

A coligação «Casa das Liberdades», de direita, liderada por Silvio Berlusconi, venceu as eleições de domingo em Itália, alcançando a maioria absoluta tanto no Senado como na Câmara dos Deputados.

O multimilionário Berlusconi, cujo império financeiro é avaliado em mais de 12 mil milhões de dólares, volta a assumir o cargo de primeiro-ministro do país, cabendo-lhe formar o novo governo, o quinquagésimo nono desde o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945.

O magnata chefou o governo italiano por sete meses, em 1994, mas o seu executivo acabou por cair. Em 1996 recandidatou-se, mas foi derrotado pela «Aliança das Oliveiras».

No domingo, a direita elegeu 177 dos 315 senadores, enquanto na Câmara dos Deputados conquistou 282 lugares dos 630, sem contar com os eleitos por método proporcional.

A «Aliança das Oliveiras», liderada pelo ex-prefeito de Roma, Francesco Rutelli, elegeu 125 senadores e 179 deputados, descendo dos 21,1 por cento obtidos em 1996 para 16,5 por cento.

No conjunto, a «Casa das Liberdades» ultrapassou ligeiramente os 52 por cento na Câmara baixa, enquanto no Senado ficou nos 42,5 por cento.

A vitória de Berlusconi acabou por penalizar as formações assumida ou encapotadamente fascistas, xenófobas e separatistas com que se aliou. A «Aliança Nacional», de Gianfranco Fini, baixou de 14 para 12 por cento, enquanto a «Liga do Norte» de Umberto Bossi, caiu de 11,1 para quatro por cento, o mínimo legal para ter representação parlamentar. Durante a campanha, Berlusconi prometeu reduzir os impostos, reformar a legislação laboral e reprimir a imigração clandestina. Positivos foram os resultados do Partido da Refundação Comunista, de Fausto Bertinotti, que alcançou cinco por cento dos votos.

Entretanto, ao contrário do que sucedeu há um ano com a Áustria, a União Europeia reagiu agora com prudência à vitória da direita italiana e não encara a imposição de sanções. «Respeito a democracia italiana e tenho confiança no povo italiano», afirmou o ministro francês Hubert Vedrine. «No entanto, devido à forte representação da Itália na Europa, estaremos bastante atentos e vigilantes aos passos do governo e suas políticas», acrescentou Vedrine.

O porta-voz do Departamento de Estado norte-americano, Richard Boucher, felicitou Berlusconi e sua coligação

pela vitória, e demonstrou a confiança dos Estados Unidos em manter uma relação cooperativa com o governo italiano.

## Composição do Parlamento italiano

Os resultados oficiais do Ministério do Interior da Itália mostraram que o centro-direita obteve 177 das 315 cadeiras do Senado, uma margem cómoda, contando com os nove senadores vitalícios não eleitos.

Os mais recentes números apontam que a coligação vencedora conquistou 282 dos 630 assentos na Câmara dos Deputados, enquanto o bloco de Rutelli tinha apenas 178.

Uma coligação deve assegurar a maioria tanto no Senado como na Câmara dos Deputados antes que o presidente Carlo Azeglio Ciampi possa incumbir o líder do bloco vitorioso de formar o próximo governo.

O porta-voz de Berlusconi, Paolo Bonaiuti, frisou que o magnata da *media* italiana confia que poderá garantir um governo estável.

«Parece haver uma clara maioria tanto no Senado como na Câmara dos Deputados, suficiente para dar credibilidade e estabilidade ao país», comentou Bonaiuti a jornalistas em Roma.

• Jorge  
Messias

O «polvo» e a defesa da família cristã (1)

# A família cristã

**A** Constituição francesa estabelece as datas em que as normas do Código Penal devem ser revistas. Estava-se em finais de 1993 e o tempo previsto para a revisão aproximava-se rapidamente do seu termo. Na comissão parlamentar em que o debate decorria tinha-se chegado a consensos relativamente a quase todas as alterações a introduzir. Mas mantinha-se um impasse provocado, intransigentemente, pelo «núcleo duro» da direita ultraconservadora.

Levianamente, os deputados aceitaram a alternativa. Com a designação oficial de «Emenda Jolibois» (o nome do relator do parecer) a alteração foi aceite e o novo Código Penal, votado em plenário, entrou em vigor. Em que consistia esta emenda de iniciativa católica? Resumidamente, no seguinte.

Em primeiro lugar, a capacidade para mover processos criminais por agressão pornográfica deixava de ser um exclusivo do Procurador da República. A partir da entrada em vigor do

socorresse da imagem, era pornográfica. Caso um texto criticasse a *ordem moral* vigente, o seu autor podia ser castigado por pornografia.

Com esta jogada de mestre e a cumplicidade passiva dos que deveriam combater tão grandes abusos, a instituição católica conseguiu inverter num instrumento de expansão uma posição negativa e minoritária. Nos meses que se seguiram à aprovação do novo código penal, registaram-se centenas de baixas entre os órgãos de

## A importância da família cristã

Monsenhor Guy Bagnard, bispo da diocese de Belley-Ars, responsável pelo movimento sacerdotal «Lumen Gentium», membro do Opus Dei e sacerdote da mais alta estima de João Paulo II, definiu lapidariamente a importância que a igreja atribui à família (Encontros da Família Cristã, Versalhes, 24 de Março de 1990): «A família foi instituída, de certa forma, como guardiã do sacerdote. Guardiã, porque



Tratava-se da insistência numa posição aparentemente absurda: as forças políticas mais católicas com representação parlamentar recusavam-se a aceitar eliminar do código penal a expressão «ultraje aos bons costumes». Todos os outros partidos consideravam que numa sociedade moderna em vertiginosa transformação, os «bons costumes» não podem, em termos legislativos, ser considerados como um dogma rígido. Deveriam, pois, relativizar-se nos contextos do código penal. É desta leitura que iremos partir para a nossa história.

O braço de ferro manteve-se até que um dia, já quase esgotado o prazo de revisão, o «lobby» católico mudou inesperadamente de parecer. Aceitava subscrever o novo texto do código caso as outras forças parlamentares cedessem em dois simples artigos que referiam, no novo texto, a protecção de menores das agressões pornográficas.

novo Código Penal qualquer instituição ou simples cidadão podia presumir a existência de matéria pornográfica e mover acções contra terceiros. O queixoso poderia escolher a comarca onde o processo seria julgado.

Em segundo lugar, as penalizações em caso de condenação eram agravadas de forma brutal, podendo atingir os milhares de contos. Além disto, previam-se penas de prisão efectiva que chegavam aos 10 anos de privação da liberdade. O acusador podia exigir indemnizações pelos danos morais que tivesse alegadamente sofrido.

Em terceiro lugar, a noção anterior de «atentado aos costumes» dava lugar às mais diversas e vagas interpretações. Por exemplo, se um folheto de combate à SIDA exibisse a representação de um preservativo, devia ser considerado pornográfico. Se uma campanha de educação sexual se

comunicação local e regional franceses. Uns, tinham publicado banda desenhada que abordava o tema do amor mas esquecia a sua vertente de espiritualidade. Outros, teriam concebido ofensas à igreja, ainda que por vezes não concretizadas. Finalmente, alguns tinham-se negado a publicar os nomes dos seropositivos, de acordo com os desejos da extrema-direita francesa. A hierarquia eclesiástica voltava, pois, a ser censora da opinião pública.

A defesa da família era frequentemente invocada. Mas o interesse pela família, por parte da igreja, nunca é gratuito. Pergunte-se, portanto, ao episcopado, que interesse é este que mobiliza tantos recursos para manter privilégios passados, apela a tão poderosos meios e instala a família no centro de uma batalha que o próprio Vaticano considera decisiva.

A palavra cabe à própria igreja.

tem necessidade do padre para realizar o seu mistério de comunhão e de entrega (...). A família é, também, guardiã natural do padre por ser nela que este recebe a sua primeira formação no sólido conhecimento humano e espiritual. Assim, a família é tal como o terreno onde, jovem planta, o padre pode germinar nas suas raízes. Para que tal se verifique, é fundamental que a família sinta necessidade do padre. É preciso que o estime. É necessário que tenha de recorrer ao seu sacerdote como a alguém que lhe permite viver, desenvolver-se, aprofundar-se e alimentar-se. A família é responsável pela vida do seu padre.

«É a sua verdadeira fiadora, como a Virgem Maria o foi de S. João. Desde que Deus tenha entrado numa família, tudo se renova. Uma só gota de eternidade no oceano do tempo dá cor a tudo o resto. É necessário que a família creia no futuro do cristianismo. Importa que



aceite que o serviço de Deus é o fundamento sobre o qual se constrói o verdadeiro serviço dos homens. Deus faz parte da definição do Homem. Por outro lado, a vida da família tem de estar dependente do padre. Neste sentido se vê ser quase natural que a família participe na gestação do sacerdote, a exemplo do que Maria e José fizeram ao longo de trinta anos de existência ignorada.»

Num outro sector católico francês, altamente divergente destas posições eclesásticas conservadoras, reconhecia-se, no entanto: «A família, como categoria da acção política, permite todos os aproveitamentos. Os movimentos católicos que sustentam as posições oficiais, dão abrigo às cruzadas mais ferozes, defensoras de estabelecimento de uma *Nova Ordem Moral* (...). Estes «familiaristas» mergulham as suas raízes ideológicas nas teorias dos arquitectos da contra-revolução católica e utilizam a família para combaterem a visão individualista da Declaração dos Direitos do Homem, em 1789» (Christian Terras, *GOLIAS*, 1989).

Antes de tudo o mais, constate-se que este conflito verbal que referimos, por muitos subestimado, resultou no esvaziamento de poderes e de intervenção jurídica por parte dos tribunais e do Estado francês. E na alegação de que existia um plano de ataque aos direitos *naturais* da igreja. A estratégia foi bem sucedida: a tónica positiva transferiu-se do secular para o religioso, do laico para o vocacional, do facto concreto para a sua intenção. Tudo isto foi facilmente obtido através da simples conservação na lei de um anacrónico conceito de «bons costumes».

O que então aconteceu em França é hoje mais fácil de entender. As chamadas *Ligas da Virtude* resultantes de contínuas fusões e alianças entre estruturas da igreja, organismos financeiros e associações ou partidos políti-

cos da direita, tinham permitido desenvolver estratégias de retorno a uma Ordem Moral anterior a 1789. O facto, nu e cru, tinha ficado bem patente nos resultados das eleições para o Parlamento Europeu pouco tempo antes efectuadas. Reforço assinalável da direita. Entrada em força no Parlamento Europeu. Jacques Chirac, como primeiro-ministro, abriu ainda mais as portas do aparelho de Estado ao integrismo das forças católicas. Inversamente, socialistas e comunistas davam de si mesmos um confrangedor espectáculo de vazio ideológico traduzido na ausência de propostas alternativas que mobilizassem as massas trabalhadoras. Da sombra política surgiram então, em catadupa, estruturas católicas de coordenação, associações de defesa dos direitos humanos, movimentos pelo respeito pela dignidade do cidadão, pelo combate à pornografia, pelo retorno à ordem moral, pela fiscalização dos órgãos de comunicação social, etc. Todos eles colocavam em primeiro plano as conquistas alcançadas no novo Código Penal. Todas eles recolhiam generosos donativos privados e avultados subsídios de um Estado que continuava a reclamar-se laico e republicano.

#### Uma força de intervenção

Logo que o novo código penal francês foi aprovado, surgiu na sociedade civil uma poderosa força de intervenção católica que erguia a bandeira dos interesses da família, ainda que a sua dinâmica ultrapassasse em muito os limites da simples defesa dos ideais da família cristã. Integravam esse aguerrido destacamento associações familiares, «lobbies» parlamentares nacionais e europeus, grupos de personalidades com destaque na vida francesa, cruzadas antiaborto, associações sindicais de estudantes e professores, redes

de órgãos da comunicação social, núcleos de intelectuais, homens cristãos de negócios, institutos financeiros privados, etc. A coordenação a nível nacional era garantida pela Associação das Famílias de França mas funcionavam canais autónomos de comunicação permanente com as estruturas supranacionais do Vaticano, com os movimentos «Pro-Life», com o clero conservador agrupado em torno do «Lumen Gentium», com poderosas organizações católicas mundiais como o Exército Azul ou a banca brasileira do «centrão» ou, ainda, com as juventudes mundiais dos «Escuteiros da Europa». Tudo denunciava, claramente, a liderança do Opus Dei. É esta a sua forma típica de actuar.

Tal exército invisível a breve trecho começou a ser conhecida como os «Novos Censores». Com uma simples alteração formal ao articulado do código penal, a igreja conseguira, com efeito, abrir a desejada brecha no Estado agnóstico e invadia áreas que pouco ou nada tinham a ver com a família cristã. As redacções baqueavam, esmagadas pelo peso brutal das multas. Os donos dos jornais corriam a impor silêncio aos jornalistas. Os tribunais asfixiavam sob uma inesperada vaga de denúncias. Nas escolas, recuava-se na educação sexual das crianças. As campanhas contra a SIDA autocensuravam-se. A luta contra a droga expurgava-se de tudo quanto pudesse vir a ser considerado como potencialmente «pornográfico». A igreja católica oficial – a instituição católica – começava, enfim, a impor ao país a sua «Nova Ordem Moral».

Como sempre acontece nestes casos, também se levantaram de dentro da igreja os homens de coragem, destituídos de poder ou de estatuto reconhecido, como Jacques Gaillot ou como os simples padres, religiosos e leigos que iam denunciando publicamente o escândalo do que se estava a passar. A «nova ordem moral» visa, simplesmen-

te, o controlo das liberdades e a apropriação discreta dos direitos dos povos. De forma alguma é nova, no sentido do progresso e da inovação. Nem procura uma melhor justiça social. Os seus servidores agrupam-se em duas alas principais (tal como, no Opus Dei, os fundamentalistas e os tecnocratas): na ala teológica, apoia-se formalmente em Santo Agostinho e afirma procurar construir na Terra a Cidade de Deus; na ala política, estrutura-se em torno das teorias deixadas pelo conhecido ideólogo fascista Charles Maurras.

Transporta consigo a tenebrosa recordação do esmagamento dos revolucionários durante o Terror Branco, comandado pelo clero e pela monarquia, da chacina da Comuna de Paris e dos crimes e traições do consulado de Pétain, servidor não só do ocupante nazi mas também arauto dessa «ordem moral». A sua mais rigorosa sistematização acabaria por tornar-se, na igreja de João Paulo II, a matriz dominante da sua Nova Cruzada de Reconquista.

Diz-se muito por aí que a igreja sempre foi como é agora. O que, em parte, é verdade, mas só em parte. Aos seus avanços tradicionais sucediam-se os recuos. Só quando a maré mudava, voltava a avançar. E hoje, diz-se, tudo se passa como antigamente. Quem assim pensa não entende ou finge que não entende.

Nenhuma força existe menos idealista ou mais bem preparada do que o Vaticano. A cúria nunca tenta avançar em terrenos desconhecidos, nunca se aventura. Estuda em detalhe os diferentes enquadramentos e jamais se apressa. Quando invade os territórios do poder, está consciente de que ao êxito sucede o desaire e a seguir à vitória as decepções virão. Mas não deixa de se expandir e enraizar, teimosamente. Escala o poder como quem sobe uma escada: degrau a degrau.

(Continua)

Eleições britânicas: oportunismo de Blair e indiferença popular

# A economia de casino

na atmosfera de "night-club"

A campanha eleitoral começou perante a mais monumental indiferença popular jamais verificada na Grã-Bretanha, que gosta, como todo o mundo sabe, de intitular-se a pátria da democracia. Desta vez, o povo não está completamente convencido da necessidade de eleições e suspeita que o primeiro-ministro, Tony Blair, as tenha convocado para antecipar-se às consequências da recessão económica que espreita o capitalismo em todos os continentes.

● Manoel de Lencastre

O governo do «New Labour» perdeu quase todas as batalhas em que entrou e os seus responsáveis, Blair e John Prescott (vice-primeiro-ministro), entenderam ser de aproveitar o facto de que, por agora, o campo da direcção da economia ainda é aquele que suscita menos reparos tanto da população como dos partidos opositores.

Convém desde já salientar que todos os quadrantes da opinião pública britânica estão de acordo em concluir que a reeleição de Blair à frente do seu «New Labour» não suscita dúvidas. Isto, porque o partido Conservador não conseguiu, ainda, reagrupar-se e surgir como autêntica força de oposição credível depois da esmagadora derrota sofrida em 1997. Também a personalidade do «leader» actual, William Hague, está longe de convencer a larga classe média britânica que encontrou, talvez pela primeira vez na História, um conveniente abrigo para a defesa dos seus interesses à sombra dos trabalhistas globalistas e modernizadores. Entretanto, as grandes massas do povo destas Ilhas, mostram-se desiludidas com a oferta eleitoral dos novos trabalhistas, desconfiam dos «tories» e não concedem credibilidade aos liberais. Blair, assim, vencerá, indiscutivelmente. Apenas se trará luta em 40 ou 50 circunscrições onde a maioria governamental é mais reduzida. Mas tudo, absolutamente tudo, ficará como dantes.

Será de antecipar, portanto, uma considerável abstenção no dia das eleições, 7 de Junho. Nessa previsão, os grandes meios da comunicação social foram mobilizados para darem à cobertura da campanha uma extensão superior a tudo o que se viu no país até agora. Mas o desinteresse é considerável. O povo britânico, desiludido, preferiu logo na primeira semana do «combate» eleitoral pensar e viver a final da Taça de Inglaterra e discutir o calendário da época de «cricket» internacional que se avizinha. Na literatura, registou-se interesse na publicação recente de «The Book of Disquiet», de Fernando Pessoa (O Livro do Desassossego), edição e tradução de Richard Zenith, e no reaparecimento da figura de Blake, um poeta esquecido cuja biografia surgiu sob o título «O estranho que veio do Paraíso».

## O sortilégio da democracia no capitalismo

Quando os portugueses viviam atormentados na longa noite do fascismo, sonhavam com a democracia, qualquer democracia, mesmo a do capitalismo. Durante a guerra, a maioria olhava a Grã-Bretanha como o grande exemplo a seguir, o país das eleições livres, da democracia, da livre imprensa. Poucos entendiam o mundo para além da «oferta» britânica. Nas eleições de 26 de Junho de 1945, os trabalhistas, resolvidos a empurrar o país para um «socialismo» aceitável pelo imperialismo nas condições do momento, venceram o partido de Winston Churchill e, perante considerável entusiasmo em todo o mundo que se interessava pelas coisas do Reino Unido, partiram para uma estranha aventura – a de construir o socialismo prometido ao povo na pátria do imperialismo. O projecto não resultou e, novamente, Winston Churchill entrou no N.º 10 de Downing Street. Mas, desaparecido este, os conservadores que eram tidos como o «natural partido do poder» criaram a grande crise de Suez e Sir Anthony Eden viu-se substituído por Harold Macmillan.

Nos anos cinquenta, a democracia britânica tinha algum crédito. Homens como o referido Macmillan, apesar de conscientes de classe, respeitavam, às vezes, os interesses do mundo do trabalho, a força dos sindicatos, as aspirações da classe operária. A fórmula «You never had it so good» (Nunca estiveram tão bem), dirigida aos votantes trabalhistas, ganhou as eleições a Macmillan. O sistema, contudo, entrou em mais uma das suas inevitáveis crises. Substituído aquele por um político e «lord» da pior escola do capitalismo e do regime da propriedade privada, Alec Douglas-Home, o povo britânico concluiu que, afinal, os seus interesses continuavam a ser melhor defendidos pelo velho «Labour» em cujas estruturas pontificavam dirigentes sindicais das indústrias de base – a das minas de carvão, da marinha mercante, do ferro e do aço, da construção naval, dos automóveis, do funcionalismo público. Muitos deles eram comunistas que pertenciam ao partido do futuro mas agiam no interior do partido do presente e do possível na época. Quando nas eleições de 1964 os conservadores foram batidos por Harold Wilson, a esperança renasceu. Mas tudo voltou a perder-se porque a direita ressuscitava sempre e a esquerda (os trabalhistas) estava minada até às raízes pela ideologia de uma ilusória democracia ligada até à morte ao capitalismo. O advento de Margaret Thatcher, portadora da bandeira das privatizações e da vingança dos monetaristas que chamavam às indústrias britânicas um parque de fabriquetas, levou o país para o curso que agora, com Blair, o vemos a percorrer.

Para o povo britânico, o problema está nisto: antes, tinha dois partidos que representavam duas classes; hoje, só tem um – o partido do mercado capitalista a que o «New Labour» pela mão de Tony Blair aderiu, criminosamente. Basta verificar a ligeireza e a alegria do actual primeiro-ministro sempre que tem de defender o apoio do seu governo ao aliado americano nos ataques ao Iraque e na defesa dos assassinos israelitas. Daí, a indiferença. Daí, o desinteresse.



## As eleições vistas pelos votantes

Sandra Sidney, avó de seis netos: «Tony Blair deve pensar que o povo é estúpido. Foca todas as estatísticas sobre os números de cada classe social e as listas de espera nos hospitais como se tivessem sido reduzidos. Mas todos sabemos que aumentaram.»

George Gould, corretor de seguros: «De Wilson, diziam que era um César. Margaret Thatcher, uma princesa. Agora, Blair é um príncipe. Mas tudo o que fizeram foi aumentar os impostos. Blair é o homem de todos nós. Se os capitalistas protestam, coloca-se ao lado deles. Se os trabalhadores reclamam, diz que está do seu lado. Volta-se para a esquerda. Volta-se para a direita. Eis o príncipe da terceira via.»

Philip Gavin, reformado: «Sempre que William Hague aparece na televisão, a minha mulher, que sempre votou pelos conservadores, diz que ele a faz sentir pequena...»

John Radnidge, médico: «Um mau filme será sempre um mau filme, ainda que seja fabulosa a actuação do principal actor - neste caso, Tony Blair.»

Estas opiniões, que reflectem o sentir do país quanto aos políticos e aos principais partidos do capitalismo, nasceram da conclusão de que o «New Labour» perdeu quase todas as batalhas em que entrou. Assim, perdeu na luta contra as drogas que inundaram o país e estão a subverter a juventude; perdeu no combate à criminalidade posto que a própria Polícia acaba de declarar que já não consegue opor-se com êxito ao crime organizado, o que se compreende dado que os tentáculos da vida criminal chegam aos mais altos círculos; perdeu na luta para defender o Serviço Nacional de Saúde e para acabar com as humilhantes listas de espera; perdeu sem sequer resistir, frente aos interesses comerciais e industriais que estão entrenchados a todos os níveis do mercado de produtos alimentares; perdeu a batalha da educação permitindo o encerramento de milhares de estabelecimentos escolares enquanto o desemprego entre a classe dos professores alastra, dramaticamente; perdeu no campo dos transportes e, particularmente, no dos ferroviários cujas infra-estruturas já não têm a confiança do público.

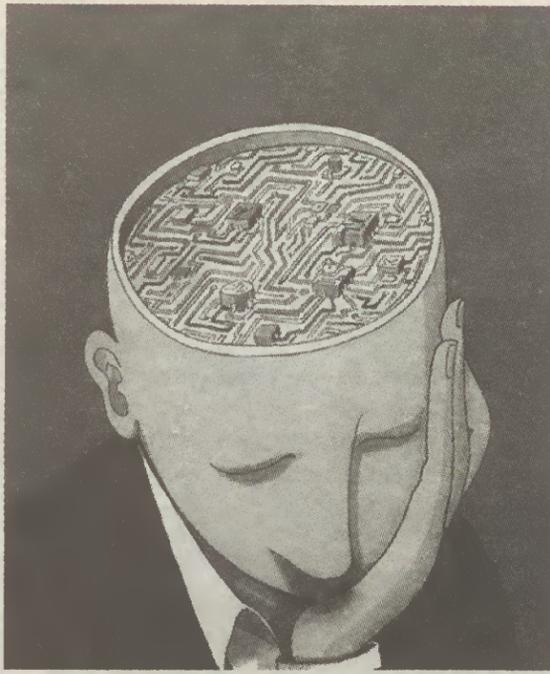
Numa palavra: Blair conseguiu o que Margaret Thatcher não teve habilidade para construir: o triunfo da economia de casino na generalizada atmosfera de um gigantesco «night-club».

## Comunicações

• Francisco Silva

Agora, no início de Maio, foi a vez da «Telecel Vodafone», por altura da apresentação de resultados da empresa por parte do seu primeiro responsável executivo, propor mais ou menos isto: que não há razão para as diversas operadoras com licença para operar com o UMTS não dividirem o território nacional em zonas e, deste modo, cada um poder ser apenas responsável por uma parcela do pesado investimento em infra-estruturas requerido pela terceira geração de telemóveis (3G); e à Administração Pública, ao Regulador – o ICP (Instituto das Comunicações de Portugal) –, deixou o recado para que autorizasse tal partilha.

É certo não ter esta ideia nascido cá, mas lá acabou por cá chegar. E é uma ideia que, a ganhar vencimento, parece ir penalizar, e não pouco, os fabricantes de equipamentos de telecomunicações e os construtores de instalações exteriores (todos nós nos lembramos de ver por toda a parte as torres das antenas dos telemóveis da segunda



## Incomportáveis, os custos devidos ao desperdício de recursos?!

geração, do GSM, dos três operadores do nosso Portugal). Como em cada país estão previstos vários operadores – no nosso são quatro –, pode-se imaginar os olhos com que os fabricantes e construtores poderão ver tais perspectivas! E dirão: temos de despedir trabalhadores ou já não os iremos contratar.

Com efeito, esta ideia apareceu e agigantou-se a partir dos operadores com licenças nos países mais poderosos da UE e, em particular, naqueles onde os preços das licenças atingiram preços mais fabulosos, como o Reino Unido e a Alemanha, países onde a Vodafone detém parcelas muito importantes dos respectivos mercados de telemóveis. Na Alemanha, foi a vez do próprio chanceler Schröder avançar com a proposta de partilha das infra-estruturas pelos diferentes operadores.

Aliás, e não menos importante, esta ideia de partilha de infra-estruturas também tem sido embrulhada com considerações de ordem ambiental: movimentos populares e órgãos do poder local, de diferentes países europeus, têm-se movimentado, os primeiros, e têm regulamentado, os segundos, no sentido de restringir a implantação de instalações exteriores de redes de telecomunicações móveis, acusadas de agredirem paisagens e suspeitas de criarem problemas de saúde devidos à radiação electromagnética.

Quem poderia pensar, ainda há pouco tempo, que actores relevantes do mercado e governantes viriam, tão cedo, a propor e, tudo indica, implementar medidas «planificadas» que resultassem tão explicitamente – também – no evitar do desperdício de recursos? Necessidade, a quanto obrigas! O próprio poder político, pela mão do mais poderoso pretendente a chefe regional europeu, após ter

conseguido as tais verbas fabulosas para o Estado alemão com o leilão das licenças para operar e fornecer serviços UMTS! E é claro, no caso da licença da Deutsche Telekom, maioritariamente participada pelo Estado alemão, uma boa parte do montante pago mais parece ter sido uma transferência inter-departamental.

Alastrando e consolidando este processo a nível do querer dos operadores licenciados e da vontade política dos governos nacionais, que fará, ou poderá fazer, a Comissão Europeia, dentro da sua alguma autonomia específica, se tivesse como objectivo o contrariar de tais tendências?

Já recentemente tinha sido também a imposição em toda a área da União Europeia do aluguer das infra-estruturas locais da rede fixa – desenvolvidas em grande parte durante o século XX para dar conta das necessidades de serviço telefónico, por parte dos operadores públicos entretanto privatizados – aos novos operadores licenciados para o serviço fixo (alguns deles já a lançarem a toalha da desistência ao tapete do ringue do boxe concorrencial na área das telecomunicações e a despedirem trabalhadores, num movimento «normal» e «salutar», como alguns gostam de referir com displicência).

Afinal, grande parte da motivação para os processos de liberalização na UE das telecomunicações tinha sido – para além do objectivo de aumentar a sua utilização pelas populações como consequência do abaixamento das chamadas – o estimular da criação de infra-estruturas alternativas e o concomitante dinamizar de todo o sector fabricante de equipamentos e cabos. Agora caminha-se sistematicamente ao arrepio de tais intenções... Quem vai ganhar e quem vai perder com toda esta poupança de recursos, toda esta «racionalização»?

## Pontos Naturais

• Mário Castrim

### Conversando

#### Crime

A claridade  
assassinada  
à beira-mar

Sherlock acendeu o cachimbo  
que traz sempre consigo  
então  
chamou para testemunhas  
de acusação  
as «cantigas de Amigo»  
chamou-as com meiguice

– elementar, meu caro Watson,  
disse

#### Trabalho radical

«O sindicalismo  
(disse na TV  
o camarada Vicente)  
é uma acção de alto risco.»

Para ir na onda  
dir-se-ia:  
é uma acção radical.

Diz um sindicalista  
aqui ao lado:  
– Pois é. É natural.  
Também não estou à espera  
de ser condecorado...

#### Dialéctica

Alegria  
vá  
florindo!  
O dia  
nunca está  
sempre está indo.

#### Quotidiano

Não me peçam que feche os olhos.

Quando as empresas  
ficticiamente falidas  
despedem trabalhadores  
não, não me peçam  
que feche os olhos.

E as doze horas de trabalho  
depois de uma noite  
com o filho doente  
no mesmo quarto  
a gritar.  
Não peçam que me cale.  
Quero lá saber se disserem  
«É neo-realismo».

E os velhos  
a apodrecer...

Não, não me peçam  
que feche os olhos.

Este poema não transporta  
qualquer ambiguidade  
que é a salmoura da arte.  
Seu tempo de vida  
é o tempo de ser lido  
uma vez  
nos caminhos incertos.

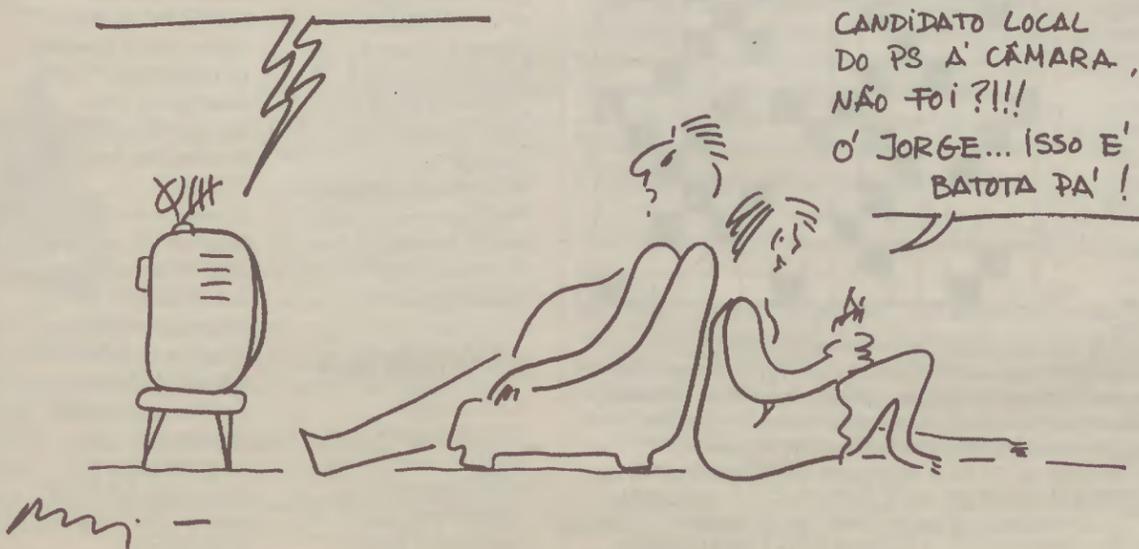
Venham outros poetas, venham  
com os olhos mais abertos.

## Cartoon

• Monginho

EM VISITA DE ESTADO  
A ODÍVELAS  
O PRESIDENTE  
DA REPÚBLICA FOI...

... DAR UMA  
"AJUDINHA" AO  
CANDIDATO LOCAL  
DO PS A' CÂMARA,  
NÃO FOI?!?!  
O' JORGE... ISSO É'  
BATOTA PA'!

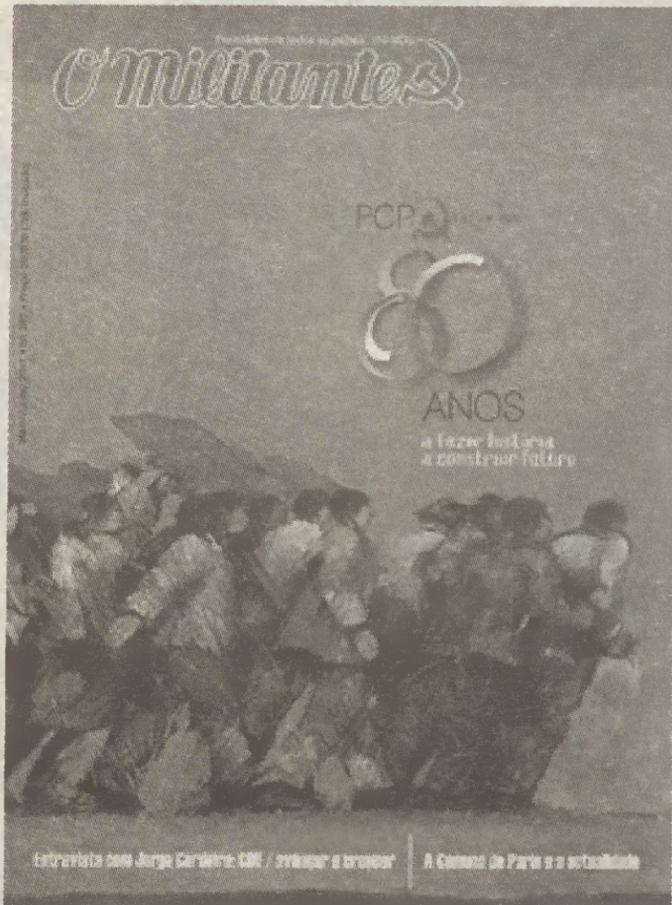


## Publicações

Este número – o 252, agora em distribuição – de *O Militante*, que na sua capa realça o aniversário do Partido – 80 anos a fazer história e a construir o futuro – é, mais uma vez, um exemplo da importância de uma publicação deste tipo, fundamentalmente dirigida aos militantes e quadros do PCP, onde estes encontram à sua disposição um conjunto de trabalhos, da autoria de quadros destacados em variadas frentes, que por sua vez ajudam à reflexão sobre questões políticas mais ou menos específicas, ao conhecimento e, por conseguinte, às tarefas numerosas e variadas em que os militantes se empenham.

A abrir, o editorial de *O Militante*, que refere terem passado já as celebrações do 1.º de Maio, chama a atenção para o «bom momento» que este é para as Organizações do Partido fazerem o balanço das lutas e do papel nelas desempenhado pelo PCP e para, ao mesmo tempo, «avaliar os resultados reais ou potenciais em matéria de reforço orgânico do Partido que delas resultem».

**Reforçar a intervenção nos locais**



# O Militante

de trabalho é o tema do artigo seguinte, sobre organização, que se reporta nomeadamente à resolução aprovada pela última reunião do Comité Central e na qual este colocou a necessidade de avançar decididamente com o reforço do PCP nos locais de trabalho.

Ainda em matéria de organização, este número dá realce à **Campanha Nacional de Fundos** que visa no essencial assegurar o financiamento da campanha eleitoral para as eleições autárquicas, sublinhando que esta é uma tarefa de todo o Partido, na qual é necessário envolver todos os militantes.

As eleições autárquicas são, aliás, um tema fulcral neste número, com uma entrevista concedida pelo camarada Jorge Cordeiro, do Secretariado e da Comissão Política do CC, a apontar o objectivo fundamental do PCP, no quadro da CDU: **Avançar e crescer**.

Por sua vez, o camarada Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política, no seu artigo sobre as lutas dos trabalhadores, considera que a luta é uma **questão-chave**, não só para defender e afirmar os direitos do trabalho e para combater a política de direita mas para a construção de uma alternativa de esquerda.

A importância do **movimento das Comissões de Trabalhadores**, exemplos da sua capacidade organizativa e de luta são o tema do artigo seguinte, da autoria da camarada Fátima Messias, do Comité Central.

A importância da realização do **Forum de Porto Alegre**, que objectivamente se «inscreve no amplo e diversificado movimento de resistência contra o neoliberalismo» é salientada a seguir, num trabalho que sublinha a necessidade de «conjugação esforços e empreender acções comuns no plano internacional».

As comemorações dos 80 anos do PCP são assinaladas aqui com um artigo da autoria da camarada Georgette Ferreira, que foi durante muitos anos dirigente do Par-

tido e que recorda o papel deste na **mobilização e participação das mulheres comunistas**.

A camarada Maria da Piedade Morgadinho, membro da Comissão Central de Controlo do CC, escreve sobre a necessidade de **atribuir maior importância à formação política e ideológica**.

As **formas diversificadas de intervenção da juventude** são abordadas pela camarada Vanessa Silva, do Comité Central e membro da Comissão Política da Direcção Nacional da JCP.

Um esclarecedor artigo a propósito das comemorações do **25.º aniversário da Constituição da República**, da autoria do camarada Vítor Dias, da Comissão Política, recorda o papel destacado do PCP na sua elaboração e na construção do regime democrático.

Os 130 anos passados sobre a **Comuna de Paris** são pretexto para o camarada Aurélio Santos, da Comissão Central de Controlo do CC, escrever sobre o significado dessa experiência histórica, relacionando-a com a actualidade.

Ainda na área da História, lugar para abordar um dos momentos altos do II Milénio – **A abertura dos oceanos no encontro/confronto de povos e culturas**, num trabalho elaborado pelo historiador António Borges Coelho.

Ana Paula Nogueira, professora do Ensino Superior, escreve sobre **Democracia e Cultura**, conceitos complementares que, segundo a autora, devem integrar as políticas culturais.

O **imperialismo alemão e o renascimento militarista na Europa** é o tema que encerra as colaborações deste número, em artigo assinado pelo camarada Rui Paz, professor e colaborador regular do nosso jornal.

Seguem-se, por fim, as rubricas diversas a que a redacção de *O Militante* já habituou os seus leitores, para além da publicação dos documentos aprovados na última reunião do Comité Central do PCP.

## Pontos Cardeais

### Líder

Luís Filipe Menezes, o actual líder da Distrital do Porto do PSD (por lá gostam mais de dizer «Distrital do PSD/Porto», mas eles que se entendam nessa «guerra de territórios»), parece ter-se convencido mais uma vez que tem o rei na barriga, que é como quem diz o partido (ou será o líder do partido? Mais uma vez, eles que se entendam). Tendo decidido organizar a festa do aniversário do PSD no seu «território», Menezes não se contentou em o fazer em diferido com Lisboa (que comemorara o evento dias antes com carácter de realização nacional): fez igualmente questão de afirmar a «independência» da Distrital do Porto nesta matéria, sublinhando-a com a omissão de convite ao próprio Durão Barroso, presidente do partido, para estar presente. Bom, tendo em conta que Menezes considera Barroso um «frouxo», talvez temesse que o seu conclave ficasse mole se Durão por lá aparecesse. Pelo menos não se dispôs a afirmar que a «sua» comemoração do aniversário do partido teve mais gente que a de Lisboa, o que é de líder. Só esperamos que este novo arroubo de Luís Filipe Menezes a mostrar que é o mais líder de todos não acabe, mais uma vez, com um pedido de desculpas público amparado pela família, qual Egas Moniz ribeirinho...

### Finuras

Mas enquanto está na onda de grande líder, Luís Filipe Menezes não deixa créditos por mãos alheias. E foi ouvi-lo, na festa comemorativa do aniversário do partido (a tal que «teve mais gente que a de Lisboa»), que «a droga tem de ser tratada como o terrorismo», que, em relação ao Governo PS, «é preciso dar um jeitinho ao andar da procissão» e que o primeiro-ministro António Guterres «saia de cena» com «um vestido de noiva e o novel provedor dos portugueses descontentes», Jorge Coelho, a «segurar-lhe a cauda do vestido». Finíssimo, este «caudilho»...

### «Violências»

Cada vez mais frequentemente, os noticiários (e noticiaristas) dos órgãos de comunicação social portuguesa, quando

referem os acontecimentos violentos que grassam na Palestina e nos territórios palestinianos ocupados por Israel, resumem-nos sob a expressão generalista de «violência». E lá temos títulos como «Nova explosão de violência na Faixa de Gaza», «Violência regressa aos territórios ocupados», «Violentos confrontos em Jerusalém», etc., etc. O mais curioso é que, no desenvolvimento das notícias, os mesmos jornalistas que assim introduziram os assuntos lá vão noticiando que, também quase sem excepção, são as tropas israelitas ou colonos judeus que estão na origem dos confrontos, ora atirando e provocando ora «retaliando» indefinidos agravos.

Se assim é na crueza dos factos, quando relatados, por que carga de água os títulos não dizem isso mesmo – ou seja, que Israel ou tropas israelitas ou colonos judeus «desencadearam a violência» aqui ou ali? Por que razão, nos títulos dos jornais ou no alinhamento dos noticiários da rádio e da televisão, a iniciativa da violência judaica se dilui cada vez mais numa não identificada fonte de violência, enquanto os actos violentos desencadeados por palestinianos têm imediata identificação? Será falta de atenção... ou de isenção?!

### Recuperações

Segundo o vereador Herculano Pombo, a Câmara PS liderada em Sintra por Edite Estrela «respirou de alívio» quando há dias uma empresa especializada britânica conseguiu recuperar toda a informação que estava guardada em 12 discos rígidos e que, misteriosamente, se havia «eclipsado» no princípio deste ano. Não era uma informação qualquer: tratava-se, nem mais nem menos, que os ficheiros informáticos que continham em suporte digital toda a informação do concelho de Sintra relacionada com licenças de construção e fiscalização de obras e coligida informaticamente ao longo de três minuciosos anos de trabalho. Ora ainda bem que conseguiram fazer aparecer os ficheiros na Câmara de Sintra. Agora só falta fazer desaparecer... a incompetência do município. É a forma mais segura de preservar o que for...

## Palavras Cruzadas

**HORIZONTAIS:** 1 – Coluna pequena sem capitel; oferece; troça. 2 – Nome próprio masculino; espécie de almofada de cabelo postiço com que as senhoras enfeitavam a nuca; nivelar. 3 – Nome da letra grega que corresponde ao R latino; voz do gato; a parte mais larga da enxada. 4 – Cordel delgado;ESCOÇO; divisão natural da polpa de certos frutos, como a laranja. 5 – Um dos cinco continentes da Terra; magistrado superior das antigas repúblicas de Veneza e Génova; emissão de voz. 6 – Estrela; opor reacção; a mim. 7 – Vaso de noite; íntimo. 8 – Grande quantidade; estrada que estabelece a ligação de um lugar para outro. 9 – Antes do meio-dia (abrev.); malandro; apelido. 10 – Inspeção, geralmente nocturna, feita por agentes de segurança em instalações e edifícios; solitários; colocar. 11 – Antigo sacerdote da Gália e da Britânia; ecoa; medida itinerária chinesa. 12 – Grande massa e extensão de água salgada; integridade de carácter. 13 – Filho de burro e égua ou de cavalo e burra; ablução; terceiro estômago dos ruminantes.

**VERTICAIS:** 1 – Estojo para setas; terreno onde se cultivam árvores, flores e plantas, para adorno ou estudo. 2 – Om. q. eiró; debaixo de; maior. 3 – Nome da letra grega que corresponde ao P latino; segurar com os dentes; contr. da prep. em com o art. indef. um. 4 – Geme (gr.); franco. 5 – Apetite sexual dos animais em determinados períodos; chegar; terreno aberto ou murado, em frente ou em volta das igrejas. 6 – Composição musical para duas vozes ou instrumentos. 7 – Grito aflitivo; coloração da face; certamente; fem. de são. 8 – O mais alto grau; rosado. 9 – Alameda; dispositivo adaptado aos aparelhos fotográficos portáteis, para focar convenientemente os objectos a fotografar. 10 – Aspecto; jovial; escudeiro. 11 – Nome vulgar do óxido de cálcio; bismuto (s.q.); naquele lugar; prep. que indica lugar, tempo, modo, causa, fim e outras relações. 12 – Existes; sorri; partida. 13 – Parte por onde se agarra e segura alguma coisa (pl.); terceira nota musical; aquelas. 14 – Caminhar; actor de farsa satírica; vencimento dos militares. 15 – Necessidade ou grande apetite de comer; ulceração nos dentes e ossos, e que os destrói progressivamente.

9 – Aleg. visor. 10 – Arr. gait. aio. 11 – Cal. bi. bi. alt. cm. 12 – Es. fi. da. 13 – Cabos; mt; ns. 14 – J. m. 15 – J. m. 16 – J. m. 17 – J. m. 18 – J. m. 19 – J. m. 20 – J. m. 21 – J. m. 22 – J. m. 23 – J. m. 24 – J. m. 25 – J. m. 26 – J. m. 27 – J. m. 28 – J. m. 29 – J. m. 30 – J. m. 31 – J. m. 32 – J. m. 33 – J. m. 34 – J. m. 35 – J. m. 36 – J. m. 37 – J. m. 38 – J. m. 39 – J. m. 40 – J. m. 41 – J. m. 42 – J. m. 43 – J. m. 44 – J. m. 45 – J. m. 46 – J. m. 47 – J. m. 48 – J. m. 49 – J. m. 50 – J. m. 51 – J. m. 52 – J. m. 53 – J. m. 54 – J. m. 55 – J. m. 56 – J. m. 57 – J. m. 58 – J. m. 59 – J. m. 60 – J. m. 61 – J. m. 62 – J. m. 63 – J. m. 64 – J. m. 65 – J. m. 66 – J. m. 67 – J. m. 68 – J. m. 69 – J. m. 70 – J. m. 71 – J. m. 72 – J. m. 73 – J. m. 74 – J. m. 75 – J. m. 76 – J. m. 77 – J. m. 78 – J. m. 79 – J. m. 80 – J. m. 81 – J. m. 82 – J. m. 83 – J. m. 84 – J. m. 85 – J. m. 86 – J. m. 87 – J. m. 88 – J. m. 89 – J. m. 90 – J. m. 91 – J. m. 92 – J. m. 93 – J. m. 94 – J. m. 95 – J. m. 96 – J. m. 97 – J. m. 98 – J. m. 99 – J. m. 100 – J. m. 101 – J. m. 102 – J. m. 103 – J. m. 104 – J. m. 105 – J. m. 106 – J. m. 107 – J. m. 108 – J. m. 109 – J. m. 110 – J. m. 111 – J. m. 112 – J. m. 113 – J. m. 114 – J. m. 115 – J. m. 116 – J. m. 117 – J. m. 118 – J. m. 119 – J. m. 120 – J. m. 121 – J. m. 122 – J. m. 123 – J. m. 124 – J. m. 125 – J. m. 126 – J. m. 127 – J. m. 128 – J. m. 129 – J. m. 130 – J. m. 131 – J. m. 132 – J. m. 133 – J. m. 134 – J. m. 135 – J. m. 136 – J. m. 137 – J. m. 138 – J. m. 139 – J. m. 140 – J. m. 141 – J. m. 142 – J. m. 143 – J. m. 144 – J. m. 145 – J. m. 146 – J. m. 147 – J. m. 148 – J. m. 149 – J. m. 150 – J. m. 151 – J. m. 152 – J. m. 153 – J. m. 154 – J. m. 155 – J. m. 156 – J. m. 157 – J. m. 158 – J. m. 159 – J. m. 160 – J. m. 161 – J. m. 162 – J. m. 163 – J. m. 164 – J. m. 165 – J. m. 166 – J. m. 167 – J. m. 168 – J. m. 169 – J. m. 170 – J. m. 171 – J. m. 172 – J. m. 173 – J. m. 174 – J. m. 175 – J. m. 176 – J. m. 177 – J. m. 178 – J. m. 179 – J. m. 180 – J. m. 181 – J. m. 182 – J. m. 183 – J. m. 184 – J. m. 185 – J. m. 186 – J. m. 187 – J. m. 188 – J. m. 189 – J. m. 190 – J. m. 191 – J. m. 192 – J. m. 193 – J. m. 194 – J. m. 195 – J. m. 196 – J. m. 197 – J. m. 198 – J. m. 199 – J. m. 200 – J. m. 201 – J. m. 202 – J. m. 203 – J. m. 204 – J. m. 205 – J. m. 206 – J. m. 207 – J. m. 208 – J. m. 209 – J. m. 210 – J. m. 211 – J. m. 212 – J. m. 213 – J. m. 214 – J. m. 215 – J. m. 216 – J. m. 217 – J. m. 218 – J. m. 219 – J. m. 220 – J. m. 221 – J. m. 222 – J. m. 223 – J. m. 224 – J. m. 225 – J. m. 226 – J. m. 227 – J. m. 228 – J. m. 229 – J. m. 230 – J. m. 231 – J. m. 232 – J. m. 233 – J. m. 234 – J. m. 235 – J. m. 236 – J. m. 237 – J. m. 238 – J. m. 239 – J. m. 240 – J. m. 241 – J. m. 242 – J. m. 243 – J. m. 244 – J. m. 245 – J. m. 246 – J. m. 247 – J. m. 248 – J. m. 249 – J. m. 250 – J. m. 251 – J. m. 252 – J. m. 253 – J. m. 254 – J. m. 255 – J. m. 256 – J. m. 257 – J. m. 258 – J. m. 259 – J. m. 260 – J. m. 261 – J. m. 262 – J. m. 263 – J. m. 264 – J. m. 265 – J. m. 266 – J. m. 267 – J. m. 268 – J. m. 269 – J. m. 270 – J. m. 271 – J. m. 272 – J. m. 273 – J. m. 274 – J. m. 275 – J. m. 276 – J. m. 277 – J. m. 278 – J. m. 279 – J. m. 280 – J. m. 281 – J. m. 282 – J. m. 283 – J. m. 284 – J. m. 285 – J. m. 286 – J. m. 287 – J. m. 288 – J. m. 289 – J. m. 290 – J. m. 291 – J. m. 292 – J. m. 293 – J. m. 294 – J. m. 295 – J. m. 296 – J. m. 297 – J. m. 298 – J. m. 299 – J. m. 300 – J. m. 301 – J. m. 302 – J. m. 303 – J. m. 304 – J. m. 305 – J. m. 306 – J. m. 307 – J. m. 308 – J. m. 309 – J. m. 310 – J. m. 311 – J. m. 312 – J. m. 313 – J. m. 314 – J. m. 315 – J. m. 316 – J. m. 317 – J. m. 318 – J. m. 319 – J. m. 320 – J. m. 321 – J. m. 322 – J. m. 323 – J. m. 324 – J. m. 325 – J. m. 326 – J. m. 327 – J. m. 328 – J. m. 329 – J. m. 330 – J. m. 331 – J. m. 332 – J. m. 333 – J. m. 334 – J. m. 335 – J. m. 336 – J. m. 337 – J. m. 338 – J. m. 339 – J. m. 340 – J. m. 341 – J. m. 342 – J. m. 343 – J. m. 344 – J. m. 345 – J. m. 346 – J. m. 347 – J. m. 348 – J. m. 349 – J. m. 350 – J. m. 351 – J. m. 352 – J. m. 353 – J. m. 354 – J. m. 355 – J. m. 356 – J. m. 357 – J. m. 358 – J. m. 359 – J. m. 360 – J. m. 361 – J. m. 362 – J. m. 363 – J. m. 364 – J. m. 365 – J. m. 366 – J. m. 367 – J. m. 368 – J. m. 369 – J. m. 370 – J. m. 371 – J. m. 372 – J. m. 373 – J. m. 374 – J. m. 375 – J. m. 376 – J. m. 377 – J. m. 378 – J. m. 379 – J. m. 380 – J. m. 381 – J. m. 382 – J. m. 383 – J. m. 384 – J. m. 385 – J. m. 386 – J. m. 387 – J. m. 388 – J. m. 389 – J. m. 390 – J. m. 391 – J. m. 392 – J. m. 393 – J. m. 394 – J. m. 395 – J. m. 396 – J. m. 397 – J. m. 398 – J. m. 399 – J. m. 400 – J. m. 401 – J. m. 402 – J. m. 403 – J. m. 404 – J. m. 405 – J. m. 406 – J. m. 407 – J. m. 408 – J. m. 409 – J. m. 410 – J. m. 411 – J. m. 412 – J. m. 413 – J. m. 414 – J. m. 415 – J. m. 416 – J. m. 417 – J. m. 418 – J. m. 419 – J. m. 420 – J. m. 421 – J. m. 422 – J. m. 423 – J. m. 424 – J. m. 425 – J. m. 426 – J. m. 427 – J. m. 428 – J. m. 429 – J. m. 430 – J. m. 431 – J. m. 432 – J. m. 433 – J. m. 434 – J. m. 435 – J. m. 436 – J. m. 437 – J. m. 438 – J. m. 439 – J. m. 440 – J. m. 441 – J. m. 442 – J. m. 443 – J. m. 444 – J. m. 445 – J. m. 446 – J. m. 447 – J. m. 448 – J. m. 449 – J. m. 450 – J. m. 451 – J. m. 452 – J. m. 453 – J. m. 454 – J. m. 455 – J. m. 456 – J. m. 457 – J. m. 458 – J. m. 459 – J. m. 460 – J. m. 461 – J. m. 462 – J. m. 463 – J. m. 464 – J. m. 465 – J. m. 466 – J. m. 467 – J. m. 468 – J. m. 469 – J. m. 470 – J. m. 471 – J. m. 472 – J. m. 473 – J. m. 474 – J. m. 475 – J. m. 476 – J. m. 477 – J. m. 478 – J. m. 479 – J. m. 480 – J. m. 481 – J. m. 482 – J. m. 483 – J. m. 484 – J. m. 485 – J. m. 486 – J. m. 487 – J. m. 488 – J. m. 489 – J. m. 490 – J. m. 491 – J. m. 492 – J. m. 493 – J. m. 494 – J. m. 495 – J. m. 496 – J. m. 497 – J. m. 498 – J. m. 499 – J. m. 500 – J. m. 501 – J. m. 502 – J. m. 503 – J. m. 504 – J. m. 505 – J. m. 506 – J. m. 507 – J. m. 508 – J. m. 509 – J. m. 510 – J. m. 511 – J. m. 512 – J. m. 513 – J. m. 514 – J. m. 515 – J. m. 516 – J. m. 517 – J. m. 518 – J. m. 519 – J. m. 520 – J. m. 521 – J. m. 522 – J. m. 523 – J. m. 524 – J. m. 525 – J. m. 526 – J. m. 527 – J. m. 528 – J. m. 529 – J. m. 530 – J. m. 531 – J. m. 532 – J. m. 533 – J. m. 534 – J. m. 535 – J. m. 536 – J. m. 537 – J. m. 538 – J. m. 539 – J. m. 540 – J. m. 541 – J. m. 542 – J. m. 543 – J. m. 544 – J. m. 545 – J. m. 546 – J. m. 547 – J. m. 548 – J. m. 549 – J. m. 550 – J. m. 551 – J. m. 552 – J. m. 553 – J. m. 554 – J. m. 555 – J. m. 556 – J. m. 557 – J. m. 558 – J. m. 559 – J. m. 560 – J. m. 561 – J. m. 562 – J. m. 563 – J. m. 564 – J. m. 565 – J. m. 566 – J. m. 567 – J. m. 568 – J. m. 569 – J. m. 570 – J. m. 571 – J. m. 572 – J. m. 573 – J. m. 574 – J. m. 575 – J. m. 576 – J. m. 577 – J. m. 578 – J. m. 579 – J. m. 580 – J. m. 581 – J. m. 582 – J. m. 583 – J. m. 584 – J. m. 585 – J. m. 586 – J. m. 587 – J. m. 588 – J. m. 589 – J. m. 590 – J. m. 591 – J. m. 592 – J. m. 593 – J. m. 594 – J. m. 595 – J. m. 596 – J. m. 597 – J. m. 598 – J. m. 599 – J. m. 600 – J. m. 601 – J. m. 602 – J. m. 603 – J. m. 604 – J. m. 605 – J. m. 606 – J. m. 607 – J. m. 608 – J. m. 609 – J. m. 610 – J. m. 611 – J. m. 612 – J. m. 613 – J. m. 614 – J. m. 615 – J. m. 616 – J. m. 617 – J. m. 618 – J. m. 619 – J. m. 620 – J. m. 621 – J. m. 622 – J. m. 623 – J. m. 624 – J. m. 625 – J. m. 626 – J. m. 627 – J. m. 628 – J. m. 629 – J. m. 630 – J. m. 631 – J. m. 632 – J. m. 633 – J. m. 634 – J. m. 635 – J. m. 636 – J. m. 637 – J. m. 638 – J. m. 639 – J. m. 640 – J. m. 641 – J. m. 642 – J. m. 643 – J. m. 644 – J. m. 645 – J. m. 646 – J. m. 647 – J. m. 648 – J. m. 649 – J. m. 650 – J. m. 651 – J. m. 652 – J. m. 653 – J. m. 654 – J. m. 655 – J. m. 656 – J. m. 657 – J. m. 658 – J. m. 659 – J. m. 660 – J. m. 661 – J. m. 662 – J. m. 663 – J. m. 664 – J. m. 665 – J. m. 666 – J. m. 667 – J. m. 668 – J. m. 669 – J. m. 670 – J. m. 671 – J. m. 672 – J. m. 673 – J. m. 674 – J. m. 675 – J. m. 676 – J. m. 677 – J. m. 678 – J. m. 679 – J. m. 680 – J. m. 681 – J. m. 682 – J. m. 683 – J. m. 684 – J. m. 685 – J. m. 686 – J. m. 687 – J. m. 688 – J. m. 689 – J. m. 690 – J. m. 691 – J. m. 692 – J. m. 693 – J. m. 694 – J. m. 695 – J. m. 696 – J. m. 697 – J. m. 698 – J. m. 699 – J. m. 700 – J. m. 701 – J. m. 702 – J. m. 703 – J. m. 704 – J. m. 705 – J. m. 706 – J. m. 707 – J. m. 708 – J. m. 709 – J. m. 710 – J. m. 711 – J. m. 712 – J. m. 713 – J. m. 714 – J. m. 715 – J. m. 716 – J. m. 717 – J. m. 718 – J. m. 719 – J. m. 720 – J. m. 721 – J. m. 722 – J. m. 723 – J. m. 724 – J. m. 725 – J. m. 726 – J. m. 727 – J. m. 728 – J. m. 729 – J. m. 730 – J. m. 731 – J. m. 732 – J. m. 733 – J. m. 734 – J. m. 735 – J. m. 736 – J. m. 737 – J. m. 738 – J. m. 739 – J. m. 740 – J. m. 741 – J. m. 742 – J. m. 743 – J. m. 744 – J. m. 745 – J. m. 746 – J. m. 747 – J. m. 748 – J. m. 749 – J. m. 750 – J. m. 751 – J. m. 752 – J. m. 753 – J. m. 754 – J. m. 755 – J. m. 756 – J. m. 757 – J. m. 758 – J. m. 759 – J. m. 760 – J. m. 761 – J. m. 762 – J. m. 763 – J. m. 764 – J. m. 765 – J. m. 766 – J. m. 767 – J. m. 768 – J. m. 769 – J. m. 770 – J. m. 771 – J. m. 772 – J. m. 773 – J. m. 774 – J. m. 775 – J. m. 776 – J. m. 777 – J. m. 778 – J. m. 779 – J. m. 780 – J. m. 781 – J. m. 782 – J. m. 783 – J. m. 784 – J. m. 785 – J. m. 786 – J. m. 787 – J. m. 788 – J. m. 789 – J. m. 790 – J. m. 791 – J. m. 792 – J. m. 793 – J. m. 794 – J. m. 795 – J. m. 796 – J. m. 797 – J. m. 798 – J. m. 799 – J. m. 800 – J. m. 801 – J. m. 802 – J. m. 803 – J. m. 804 – J. m. 805 – J. m. 806 – J. m. 807 – J. m. 808 – J. m. 809 – J. m. 810 – J. m. 811 – J. m. 812 – J. m. 813 – J. m. 814 – J. m. 815 – J. m. 816 – J. m. 817 – J. m. 818 – J. m. 819 – J. m. 820 – J. m. 821 – J. m. 822 – J. m. 823 – J. m. 824 – J. m. 825 – J. m. 826 – J. m. 827 – J. m. 828 – J. m. 829 – J. m. 830 – J. m. 831 – J. m. 832 – J. m. 833 – J. m. 834 – J. m. 835 – J. m. 836 – J. m. 837 – J. m. 838 – J. m. 839 – J. m. 840 – J. m. 841 – J. m. 842 – J. m. 843 – J. m. 844 – J. m. 845 – J. m. 846 – J. m. 847 – J. m. 848 – J. m. 849 – J. m. 850 – J. m. 851 – J. m. 852 – J. m. 853 – J. m. 854 – J. m. 855 – J. m. 856 – J. m. 857 – J. m. 858 – J. m. 859 – J. m. 860 – J. m. 861 – J. m. 862 – J. m. 863 – J. m. 864 – J. m. 865 – J. m. 866 – J. m. 867 – J. m. 868 – J. m. 869 – J. m. 870 – J. m. 871 – J. m. 872 – J. m. 873 – J. m. 874 – J. m. 875 – J. m. 876 – J. m. 877 – J. m. 878 – J. m. 879 – J. m. 880 – J. m. 881 – J. m. 882 – J. m. 883 – J. m. 884 – J. m. 885 – J. m. 886 – J. m. 887 – J. m. 888 – J. m. 889 – J. m. 890 – J. m. 891 – J. m. 892 – J. m. 893 – J. m. 894 – J. m. 895 – J. m. 896 – J. m. 897 – J. m. 898 – J. m. 899 – J. m. 900 – J. m. 901 – J. m. 902 – J. m. 903 – J. m. 904 – J. m. 905 – J. m. 906 – J. m. 907 – J. m. 908 – J. m. 909 – J. m. 910 – J. m. 911 – J. m. 912 – J. m. 913 – J. m. 914 – J. m. 915 – J. m. 916 – J. m. 917 – J. m. 918 – J. m. 919 – J. m. 920 – J. m. 921 – J. m. 922 – J. m. 923 – J. m. 924 – J. m. 925 – J. m. 926 – J. m. 927 – J. m. 928 – J. m. 9

## Reuniões e Assembleias

### Lisboa

- Reuniões para preparação das eleições autárquicas, hoje, 17, às 18h30, no CT Vitória, dos militantes das freguesias de St.ª Catarina e, às 20h30, do Coração de Jesus; na sexta-feira, 18, às 18h30, no CT Vitória, da Pena; sábado, 19, às 15h00, no CT Vitória, de S. João e, às 16h00, no Centro dos Reformados de S. Miguel (Beco da Corvinha, n.º 1), de S. Miguel; segunda-feira, 21, às 18h30, no CT Vitória, de S. Nicolau e Madalena; e terça-feira, 22, às 20h30, no CT Vitória, do Organismo de Direcção.

- Quinta-feira, 17, às 21h30, no CT Vitória, plenário de militantes do Sector da Saúde de Lisboa, com Bernardino Soares.

- Sexta-feira, 18, às 21h00, no CT de Cascais, reunião da Comissão Concelhia de Cascais, com a participação de José Casanova, da Comissão Política, para discutir a situação política e eleições autárquicas.

- Sexta-feira, 18, às 21h00, no CT de Algés, plenário de militantes da freguesia da Cruz Quebrada/Dafundo, com a participação de Leonor Barão, do CC. Da O.T. consta a discussão sobre Organização e eleições autárquicas, e a entrega dos novos cartões.

- Sábado, 19, às 15h30, no CT de Algés, plenário de militantes da freguesia de Algés, com a participação de Clarinda Nogueira, do CC. Da O.T. consta a discussão das eleições autárquicas de 2001 (apresentação da lista) e das conclusões do Comité Central e a entrega de cartões.

- Terça-feira, 22, às 18h30, no CT Vitória, reunião da Célula do Património Cultural e Natural, para discutir «iniciativas do Partido sobre o Património» e «questões da situação política e da actividade do Partido».

- Terça-feira, 22, às 13h00, no CT do Lumiar, reunião da Célula do INETI (F. Pública).

- Quarta-feira, 23, às 17h30, no CT Vitória, plenário de militantes da Organização dos Bancários de Lisboa, sobre «A situação política e a intervenção do Partido nos locais de trabalho».

### Porto

- Hoje, 17, às 21h00, no CT de Vila Nova de Gaia, reuniões da freguesia de Santa Marinha para discussão de questões de organização e situação política e sexta-feira, 18, às 21h00, para discussão das eleições autárquicas.

- Sexta-feira, 18, às 21h30, no CT da Boavista, reunião de militantes do Sector Intelectual do Porto.

- Sexta-feira, dia 18, às 21h30, reunião de militantes do concelho de Matosinhos, no CT de Matosinhos.

- Sábado, 19, às 15h00, 5.ª Assembleia da Organização Concelhia de Vila Nova de Gaia, no Auditório da Assembleia Municipal, com a participação de Sérgio Teixeira, da Comissão Política.

### Setúbal

- Hoje, 17, às 17h30, no CT de Seixal, plenário de militantes da Célula dos trabalhadores comunista da Câmara Municipal do Seixal, para discutir «eleições autárquicas» e «tarefas imediatas».

- Sábado, 19, às 15h30, no Barreiro, no Auditório da Pluricoop, Assembleia de Organização da Freguesia do Lavradio.

- Sábado, 19, às 13h00, almoço-convívio da organização de Rio de Moinhos, Alcácer do Sal, no Centro Social Rio de Moinhos, para comemoração do 80.º aniversário do Partido, com a participação de José Carolino, do CC.

- Sábado, 19, às 13h00, promovido pela Comissão de Freguesia da Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, almoço-convívio, na Cooperativa de Habitação das Pontes, com a participação de Carlos Sousa e Odete Santos, respectivamente candidatas à Câmara e à Assembleia Municipal de Setúbal.

As inscrições para o almoço (que terá o preço de 1.500\$00) deverão fazer-se através do telefone n.º 265522273.

- Domingo, 20, às 13h00, em Casabres, no CT, almoço-convívio, promovido pela Comissão de Freguesia de S. Martinho, para comemoração do 80.º aniversário do Partido, com a participação de Rui Paixão, do CC.

- Hoje, 17, às 21h30, no café Âncora d'Ouro - Piolho, debate sobre os 130 anos da Comuna de Paris, com a participação de Aurélio Santos, do CC, promovido pela Organização do Ensino Superior do Porto.

- Sábado, 19, às 21h00, no CT Vitória, debate promovido pela secção internacional da JCP sobre «Globalização e Luta dos Trabalhadores», com a participação de Albano Nunes, do Secretariado do Comité Central, e Fernando Ambrosio, da Comissão Nacional da CGTP-IN e da Direcção Nacional da Inter-Jovem.

- Segunda-feira, 21, às 21h00, reunião da Comissão Concelhia de Sintra da JCP, alargada a todos os militantes, para discussão da proposta de resolução do Encontro Regional da JCP, com a participação de Miguel Madeira, da Direcção Nacional da JCP.

## Homenagem

### a Catarina Eufémia

Baleizão - Domingo, 20 de Maio

**COMÍCIO às 16 h.**

com a participação e intervenção de **Carlos Carvalhas**

**Excursões a Baleizão:**

- promovida pela Comissão de Freguesia de Amora do PCP (Custo: 2.200\$00.

Inscrições no CT de Amora)

- promovida pela Comissão de

**Freguesia da Ajuda**

(Inscrições: CT da Ajuda,

tel. 213645566, CT Vitória, CT Alcântara).

### Carlos Carvalhas na EPPET

A convite da Associação de Pais e Encarregados de Educação e da Associação de Estudantes da escola, Carlos Carvalhas visita, na próxima terça-feira, pelas 11h30, a EPPET. O Secretário-geral do PCP será acompanhado por António Abreu, da Comissão Política, e Alexandre Teixeira, do CC e da DOR Lisboa.

### Encontro Nacional

*Por um Sector Público Ferroviário Com os trabalhadores*

*Ao serviço dos Utentes e do País*  
Sábado, 19, das 10h30 às 16h30, no Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, com a participação de **Jerónimo de Sousa**, membro da Comissão Política.

### Reunião-Convívio

*de camaradas naturais de Bragança residentes na Área Metropolitana de Lisboa*

Sábado, 26, às 21h30, no CT Vitória, em Lisboa, com a participação de José Brinquete e Vítor Martins.

No final da reunião haverá um convívio dos participantes, no terraço do CT, com Fumeiro da Terra Fria (alheiras, chouriço e salpicão), Pão da Terra Quente, Mirandela (trigo e centeio) e Vinho do Douro Superior

**ALENQUER** - Jornadas autárquicas - debates em Abrigada (na Junta de Freguesia, dia 19 às 14h30) e no Carregado (dia 20 às 14h30, na Associação Desportiva do Carregado). Participação de Daniel Branco e de eleitos da CDU

**BENAVENTE** - Debate: «Benavente - Mais desenvolvimento, melhor futuro»: sexta-feira, 18, às 21h, no Centro Cultural.

**COIMBRA** - Forum: «Sobre Política Cultural Autárquica»: sábado, 19 de Maio, às 15h, na Casa Municipal da Cultura. O debate irá centrar-se em torno de três eixos: Espaços e infra-estruturas; Política Museológica e de Património; A dinamização cultural e o debate Centro-Periferia no concelho de Coimbra.

**CORUCHE** - Reuniões de prestação de Contas da CDU com a população - sexta-feira, 18 de Maio, às 21h, no Centro Social da Azervadinha. Participação de eleitos na Câmara e Assembleia Municipal e Junta de Freguesia; da Célula da Câmara Municipal, para discussão das próximas eleições - sexta-feira, 18 de Maio, às 17h30, no CT de Coruche.

**LAGOA** - Encontro concelhio da CDU. Em discussão vão estar o programa e as propostas da CDU, a composição das listas, as iniciativas dos próximos meses. Dia 18 às 21h30, no LAC.

**LOURES** - Sessões-debate CDU em Centros de Dia da Terceira Idade do concelho: de Santo António dos Cavaleiros: dia 17 às 14h30; de Loures - sobre Saúde, com a participação de Mário Jorge, médico: dia 18 às 14h30; de Catujal/Unhos - sobre Saúde, com a participação de Carlos Luz: dia 18 às 14h30; do Zambujal: dia 22 às 14h30; de S. Julião do Tojal - sobre o Euro, com Mário Rui Pina.

Outras sessões CDU - em Santa Iria da Azóia sobre Segurança, com a participação de António Filipe: dia 19 às 15h, na Casa da Cultura;



## CDU apresenta candidatos

Com a participação de **Carlos Carvalhas**, secretário-geral do PCP:

### ALANDROAL

Apresentação dos cabeças de lista da CDU à Câmara e Assembleia Municipais  
Hoje, dia 17, 18h30, nos Bombeiros Voluntários do Alandroal

### ALMADA

Apresentação dos cabeças de lista da CDU à Câmara e Assembleia Municipais  
Dia 18, 19h, no restaurante «Dia a Dia», (Casas Velhas, Monte de Caparica)

### SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Almoço de apresentação pública dos cabeças de lista da CDU aos órgãos autárquicos do concelho  
Dia 19, 13h, no Pavilhão Municipal do Soeirinho

### AZAMBUJA

Jantar de apresentação pública dos cabeças de lista da CDU aos órgãos autárquicos  
Dia 19, 19h30, no restaurante «Adegas Pina Manique» (Manique do Intendente)

### MAFRA

Apresentação pública dos primeiros membros da lista da CDU à Câmara e Assembleia Municipais  
Dia 19, às 21h30, no Auditório da Casa da Cultura D. Pedro V

### SANTARÉM

Apresentação dos cabeças de lista da CDU à Câmara e Assembleia Municipais  
Dia 21, 21h30, no Hotel Corinthia, com a presença de Carlos Carvalhas Blasco Hugo Fernandes e Isabel de Castro

### AVEIRO

Apresentação pública dos cabeças de lista da CDU à Câmara e Assembleia Municipais  
Dia 21, 21h, no salão da Biblioteca Municipal

### MATOSINHOS

Apresentação pública dos cabeças de lista da CDU à Câmara e Assembleia Municipais  
Dia 22, 11h, na Sala dos Espelhos da Biblioteca Municipal Florbela Espanca

### SANTA MARIA DA FEIRA

Apresentação pública dos cabeças de lista da CDU à Câmara e Assembleia Municipais  
Dia 19, 15h30, na esplanada do Centro de Trabalho do PCP

- em S. Julião do Tojal/ Bairro Car com a participação de Dantas Ferreira: dia 19 às 17h.

**MOITA** - Encontro concelhio da CDU: sábado, 19, das 10h30 às 18h, no Estrela Moitense, com a participação de Jorge Cordeiro e Heloísa Apolónia. Debate público em Gaió sobre questões autárquicas: sexta-feira, 18, 21h30, no Futebol Clube Gaiense, com a participação de Valdemar Santos e do presidente da CM, João Almeida.

**ODIVELAS** - Continuação das Jornadas Autárquicas da CDU na Pontinha: Dia 18 - visita às barracas na vila e na Azinhaga dos Besouros; Dia 19 - Contacto com moradores e comerciantes, de manhã; às 15h, visita-encontro com os moradores dos bairros do Vale Grande, Vale Pequeno, Casal do Rato, Perdigueira, Casalinho da Azenha, Condessa e Santo Elói. Jornadas Autárquicas em Olival Basto: sábado, 19, a partir das 9h30. Ponto de encontro: JF de Olival Basto.

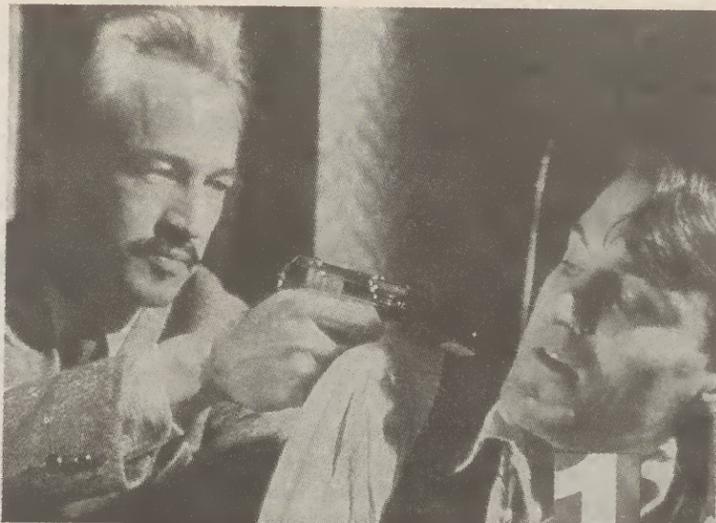
**VILA FRANCA DE XIRA** - Ciclo de debates «Poder Local 2001»: Vila Franca de Xira - hoje, quinta-feira, às 21h30, no Clube Vilafranquense, com José Neves, Alves Machado, Carlos Rabaçal e Modesto Navarro, sobre «Políticas culturais e desportivas para o Concelho»; Alhandra - dia 19 às 21h30, no Largo da Praça, sobre problemática do Ambiente, com participação de Joaquim Matias e Manuela Cunha, deputados, e de José Neves e Florentino de Carvalho, primeiros candidatos da CDU à CM de Vila Franca e AF de Alhandra, respectivamente; Vialonga - dia 19 às 15h, na Junta de Freguesia de Vialonga, debate sobre Ambiente, com a participação de José Neves e do candidato à presidência da JF, Manuel Valente;

Alverca - dia 22 às 17h15, no Salão da JF de Alverca, sobre «Questões dos trabalhadores e relacionamento entre eleitos e trabalhadores», com a participação de José Neves. S. João dos Montes/V.F.Xira - Encontro de eleitos da CDU com a população dos Cotovios: domingo, dia 20.



ATVer

**Hammett,** o primeiro filme americano de Wim Wenders, é uma dupla homenagem ao grande escritor policial norte-americano Dashiell Hammett e ao «filme negro» de Hollywood



### Hammett – Detective Privado

(Sexta-feira, 18 de Maio, RTP-1)

O realizador alemão Wim Wenders assina em **Hammett** o seu primeiro «filme americano», ou seja, produzido e realizado nos EUA graças ao generoso apoio de Francis Ford Coppola. O tema é o escritor norte-americano Samuel Dashiell Hammett, um dos grandes criadores da literatura policial norte-americana – tão grande que contribuiria para a tornar num respeitado género literário –, aqui evocado ele próprio como personagem de uma intriga policial passada em plena Grande Depressão (1928) e que também constitui uma homenagem de Wenders ao chamado «filme negro» norte-americano. Destaque para **Frederic Forrest** no papel de Hammett e para o eterno «secundário» e bom actor **Peter Boyle**.

### Os Vingadores

(Sexta-feira, 18 de Maio, RTP-1)

Produzida entre 1966 e 1969, a série televisiva britânica **Os Vingadores** transformou-se num dos maiores sucessos da televisão da época (Portugal incluído), parodiando com elegância britânica o cinema de espionagem que fazia furor nos dois lados do Atlântico. Este filme, de produção norte-americana e com meios à discrição, homenageia luxuosamente a famosa série colocando **Ralph Fiennes** no papel do «lendário» agente secreto britânico **John Steed** e **Uma Thurman** na sua parceira **Miss Peel**, com a ironia suplementar de pôr como mau da fita nem mais nem menos que... **Sean Connery**!, o primeiro (e nunca igualado) **James Bond**, exactamente o tipo de herói que **Os Vingadores** glosavam... e gozavam.

### Rainha Cristina

(Sexta-feira, 18 de Maio, RTP-2)

Em 1933 a carreira de Greta Garbo estava no auge, o que lhe permitiu impor inusitados privilégios contratuais à MGM para interpretar este **Rainha Cristina**: foi ela que escolheu o actor principal (**John Gilbert**), recusando – imagine-se! – protagonizar com Laurence Olivier, com quem dizia sentir-se «gelada»..., o realizador (**Rouben Mamoulian**), o director de fotografia e até o próprio elenco! A história é à medida do «mito Garbo», ficcionando a paixão da Rainha Cristina da Suécia, no século XVII e durante a Guerra dos 30 Anos, pelo embaixador espanhol que levava precisamente a missão de a pedir em casamento... em nome do próprio rei de Espanha! Um luxuoso melodrama, com a Garbo, pois claro.

### O Regresso dos Mortos-Vivos

(Sábado, 19 de Maio, RTP-1)

Revisitando o sucesso de *A Noite dos Mortos-Vivos* (hoje um filme de culto neste género

de terror), **O Regresso dos Mortos-Vivos**, escrito e realizado por **Dan O'Bannon** em 1984, manteve o registo de humor negro que o filme anterior introduzira (dando-lhe, por isso, um toque de originalidade) e acrescentou-lhe mais e melhores efeitos especiais, tornando-o também numa referência. A história, é claro, põe os mortos de um cemitério à caça dos vivos das redondezas, numa alucinante (e alucinada) «epidemia». Para quem gosta do género.

### As Minas de Salomão

(Sábado, 19 de Maio, SIC)

Também para quem gosta do género (mas de aventuras «à Indiana Jones»), aqui está um honesto entretenimento para sábado, com um **Richard Chamberlain** ligeiramente mais desenvolvido que o seráfico Dr. Kildare que protagonizou na televisão há 30 anos mas que, mesmo assim, se vê em palpos de aranha para acompanhar a pedalada da heroína que lhe calhou em sorte: **Sharon Stone**, nem mais nem menos...

### Diagnóstico do Destino

(Sábado, 19 de Maio, SIC)

**William Hurt** é um actor seguro e mais uma vez não foge à regra, no papel de um cirurgião famoso e arrogante que, ao ser-lhe detectado um cancro na garganta, se vê confrontado com os mesmos problemas a que sujeitava os próprios doentes: os da insensibilidade do sistema de saúde norte-americano. A partir daí passa a lutar pela reforma desse mesmo sistema o que, só por si, vale a pena ver, dada a sinistra filosofia que impera nos EUA de que quem quer saúde (e não só...) paga-a...

### O Voo das Águias

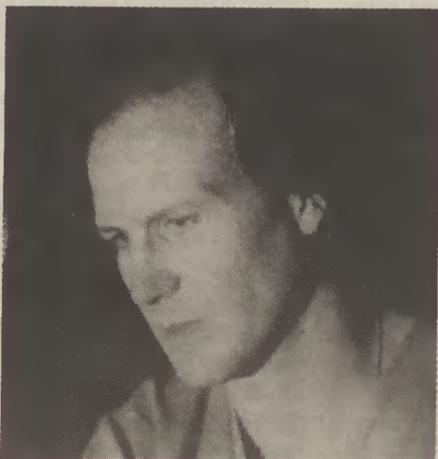
(Domingo, 20 de Maio, RTP-1)

Realizado pelo veterano **John Sturges** (um dos mestres do western), escrito por **Tom Mankiewicz** sobre um romance de **Jack Higgins** e interpretado por actores como **Michael Caine**, **Donald Sutherland** e **Robert Duvall**, **O Voo das Águias** é um filme de guerra produzido no Reino Unido na segunda metade da década de 70 com abundantes meios e quando este género já entrara em declínio.

Com a originalidade de pôr como heróis da acção um comando de militares alemães que procuram assassinar Churchill em Inglaterra, o filme foge deliberadamente ao tradicional ponto de vista dos aliados na abordagem da II Guerra Mundial e coloca a acção num estrito conflito de espionagem em tempo de guerra onde o que importa exaltar é a coragem e lealdade entre camaradas de armas... ainda que nazis.



**Rainha Cristina**, um luxuoso melodrama feito à medida dos próprios caprichos de Greta Garbo, que até o elenco escolheu



**Diagnóstico do Destino**, com William Hurt à cabeça, questiona o perverso sistema nacional de saúde dos EUA

Quinta, 17

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil  
09.30 Praça da Alegria  
12.25 Regiões  
13.00 Jornal da Tarde  
13.55 Emoções Fortes  
15.30 Vidas Cruzadas  
16.30 Ramona  
17.55 Quebra Cabeças  
18.40 Ajuste de Contas  
19.40 Regiões  
20.00 Telejornal  
21.05 Mr. Bean  
21.45 Elsa  
22.15 Grande Informação  
23.30 Bull



«Top Filmes», na RTP, pretende ser um magazine de cinema

00.30 24 Horas  
01.00 Longa Metragem

▼ RTP 2

07.00 Hora Viva  
09.45 Espaço Infantil-Juvenil  
12.10 Euronews  
12.30 A Madeira e os Descobrimentos  
13.00 A Loja do Cidadão  
14.00 Esquadra de Polícia  
15.00 Por Outro Lado  
16.00 Euronews  
16.30 Informação Gestual  
17.30 Espaço Infantil  
18.30 Informação Religiosa  
19.00 Andamentos  
19.30 Série «Horizon»  
20.10 Viver no Campo  
20.40 2010  
21.50 RTP Economia  
22.00 Acontece  
22.30 Jornal 2  
23.00 Artigo 37  
00.30 «Sol Enganador» (de Nikita Mikhalkov, Russ-Fr/1994, com Nikita Mikhalkov, Oleg Menchikov, Nadia Mikhalkov. Drama)



«Ally McBeal», terça à noite na TVI

▼ SIC

08.00 Buêré  
10.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.10 A Próxima Vítima  
15.30 A Viagem  
16.40 Malhação  
17.40 Estrela Guia  
18.45 Um Anjo Caiu do Céu  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 A Minha Família é uma Animação  
22.00 O Bar da TV  
22.30 Porto dos Milagres  
23.00 O Bar da TV  
24.00 Noites Marcianas  
02.00 Noites Longas  
04.00 Portugal Radical

▼ TVI

08.30 Animação  
10.00 Tic Tac Milionário  
11.30 Big Brother II  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Big Brother II Extra  
14.30 Chiquititas  
15.30 Batatoon  
19.15 Mulheres de A a Zé  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Olhos de Água  
22.00 Crianças SOS  
23.00 Big Brother  
24.00 Mulheres de A a Zé  
01.15 A Bola É Nossa  
03.00 Última Edição  
03.40 Doido Por Ti  
04.20 Profiler

Sexta, 18

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil  
09.30 Praça da Alegria  
12.25 Regiões  
13.00 Jornal da Tarde  
13.55 Emoções Fortes  
15.30 Vidas Cruzadas  
16.30 Ramona  
17.55 Quebra Cabeças  
18.40 Ajuste de Contas  
19.40 Regiões  
20.00 Telejornal  
21.05 «Os Vingadores» (de Jeremiah Chechik, EUA/1998, com Ralph Fiennes, Uma Thurman, Sean Connery. Ver Destaque)  
22.45 Turnos de Risco  
23.35 Histórias da Noite  
00.05 Top Filme  
00.35 24 Horas  
01.05 «Hammett, Detective Privado» (de Wim Wenders, EUA/1982, com Frederic Forrest, Peter Boyle. Ver Destaque)

▼ RTP 2

07.00 Hora Viva  
09.45 Espaço Infantil-Juvenil  
12.10 Euronews  
12.30 Programa não designado  
13.00 Livres e Iguais  
14.00 Esquadra de Polícia  
15.00 Conversa Privada  
16.00 Euronews  
16.30 Informação Gestual  
17.40 Espaço Infantil  
18.30 Informação Religiosa  
19.00 Itinerários  
19.30 Série «Horizon»  
22.00 Acontece  
22.30 Jornal 2  
23.00 Dharma e Greg  
23.50 Um Café no Majestic  
01.30 «Rainha Cristina» (de Rouben Mamoulian, EUA/1933, com Greta Garbo, John Gilbert, Lewis Stone. Ver Destaque)

▼ SIC

08.00 Buêré  
10.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.10 A Próxima Vítima  
15.30 A Viagem  
16.40 Malhação  
17.40 Estrela Guia  
18.45 Um Anjo Caiu do Céu  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 O Bar da TV  
23.00 Porto dos Milagres  
24.00 Noites Marcianas  
02.00 Jogo Limpo  
04.00 Portugal Radical

▼ TVI

08.30 Animação  
10.00 Tic Tac Milionário  
11.30 Big Brother II  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Big Brother II Extra  
14.30 Chiquititas  
15.30 Batatoon  
19.15 Mulheres de A a Zé  
20.00 Jornal Nacional  
21.30 Olhos de Água  
22.45 Big Brother  
23.50 Mulheres de A a Zé  
00.35 «Culpa Formada» (de Sidney Lumet, EUA/1993, com Rebecca de Mornay, Dom Johnson, Stephen Lang. «Thriller»  
02.35 Última Edição  
03.25 «Os Silenciadores» (de Douglas Bar, EUA/1994, com Brian Wimmer, M. Emmet Walsh, Olympia Dukakis. Ficção «científica»  
06.05 Doido Por Ti  
05.40 O Vingador

Sábado, 19

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Top +  
15.15 Bandas Fabulosas  
15.40 Sem Filtro  
17.40 «Menino Maluquinho - O Filme» (de Helécio Ratton, Brasil/1995, com Samuel Costa, Luiz Carlos Arutin, Othon Bastos, Patrícia Pilar. Comédia)  
20.00 Telejornal  
21.05 Sábado à Noite  
22.40 Alves dos Reis  
23.35 Lei Marcial  
00.35 24 Horas  
00.55 Máquinas  
01.40 «O Regresso dos Mortos-Vivos» (de Dan O'Bannon, EUA/1984, com Clu Gulager, James Karen, Tom Mathews. Ver Destaque)

▼ RTP 2

07.00 Euronews  
09.00 Iniciativa Aberta  
12.00 Iniciativa  
14.00 Parlamento  
15.00 Desporto 2  
19.00 «Terra Fria» (de António Campos, Port/Esp/Fr/1992, com Joaquim de Almeida, Cristina Marcos, Carlos Daniel. Drama)  
21.00 Horizontes da Memória  
21.30 Bombordo  
22.00 Jornal África  
22.30 Jornal 2  
23.30 O Lugar da História  
24.30 Britcom («Office Gossip» «So What Now» «A Família Royle»)  
01.40 «Carne Humana, Precisa-se» (de Peter Jackson, Nova Zel/1987, com Peter Jackson, Mike Minett, Peter O'Herne. Terror)  
03.30 Loja do Cidadão

▼ SIC

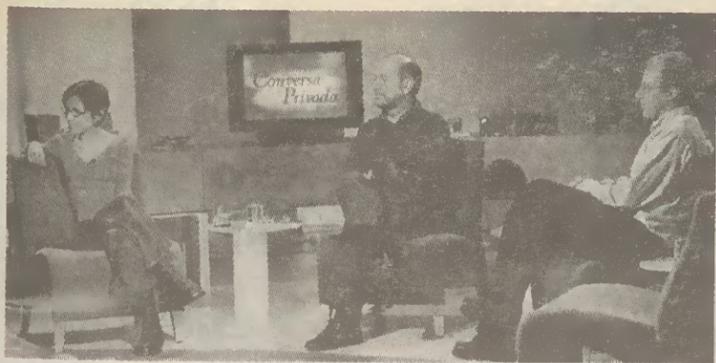
07.00 Zip Zap  
11.15 Dá-lhe Gás  
12.00 O Nosso Mundo  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 «As Minas de Salomão» (de Jack Lee Thompson, EUA/1985, com Richard Chamberlain, Sharon Stone. Ver Destaque)  
16.20 «A Lei de Dredd» (de Danny Cannon, EUA/1995, com Sylvester Stallone, Diane Lane, Joan Chen. Aventura)  
18.40 Mundo Vip  
19.00 Um Anjo Caiu do Céu  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Gáucia  
22.00 O Bar da TV  
23.00 Herman Sic  
01.30 «Diagnóstico do Destino» (de Randa Haines, EUA/1991, com William Hurt, Christine Lahti, Elizabeth Perkins. Ver Destaque)  
03.30 Portugal Radical

▼ TVI

08.00 Animação  
11.15 Top Rock  
12.00 Big Brother II  
13.00 TVI Jornal  
13.45 Contra-Ataque  
14.45 4ª n Fundo  
15.00 Caras Lindas  
16.00 «As Diabriras de Amy» (de Samuel E. Stumpf, EUA/2000, com Katy Stumpf, Jennie Stumpf. Comédia)  
18.00 Big Brother II  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Super Pai  
22.00 Mulheres de A a Zé  
23.30 Big Brother  
01.00 Lux  
01.55 «Recompensa Adiada» (de Arnie Mandelberg, EUA/1995, com Julianne Phillips, A. Martinez, Nigel Bennett. «Thriller»)  
03.55 «Sombras na Tempestade» (de Terrel Tannen, EUA/1998, com Net Beatty, William Bumiller, Michael Madsen. «Thriller»)  
06.00 Grandes Esperanças

Novos episódios de «Os Simpsons» (domingo, RTP2)





Daniel Sampaio no centro de «Conversa Privada»

## Domingo, 20

## ▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Made in Portugal  
15.15 Jag - Em Nome da Justiça  
16.10 «O Voo das Águias» (de John Sturges, R.Unido/1976, com Michael Caine, Donald Sutherland, Robert Duvall. Ver Destaque)  
18.55 Futebol: Campomaiorense-Sporting  
21.00 Telejornal  
22.10 Alves dos Reis  
23.05 O Rosto da Notícia (entrevista conduzida por com Maria Elisa)  
00.10 Domingo Desportivo  
01.45 Magazine Liga dos Campeões  
02.25 24 Horas  
02.45 «Justiça Cruel» (de Gregory Goodell, EUA/1998, com A. Martinez, Mimi Kuzyk, Christian Campbell. Telefilme. Drama)

## ▼ RTP 1

07.00 Euronews  
09.00 Programa Religioso  
10.30 Missa  
11.15 Horizontes da Memória Naturais  
11.45 As Novas Reservas  
12.30 Palácio de Cristal  
13.30 Quem Sai Aos Seus  
14.00 Desporto 2  
18.30 «Forces of the Wild»  
19.30 Um Rapaz Diferente  
20.30 Onda Curta  
21.15 Simpsons  
21.45 Artes e Letras (Gian Carlo Menotti)  
22.30 Jornal 2  
23.00 Travessa do Cotovelo  
00.10 «Kansas City» (de Robert Altman, EUA/1995, com Jennifer Jason Leigh, Miranda Richardson, Harry Belafonte. Drama)

## ▼ SIC

08.00 Buérré  
10.00 SIC 10 Horas

Temas muito diversos na série «Horizon», produção da BBC

07.00 Zip Zap  
12.00 BBC Vida Selvagem  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 Big Show SIC  
16.15 «Dirty Work» (de Bob Saget, EUA/1998, com Norm MacDonald, Jack Warden, Artie Lange. Comédia)  
19.00 Popstars  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Ganância  
22.00 O Bar da TV  
24.00 «Amada» (de Jonathan Demme, EUA/1998, com Danny Glover, Oprah Winfrey, Thandie Newton, Danny Glover. Comédia)  
03.30 Portugal Radical

## ▼ TVI

08.30 Animação  
10.00 Cerimónias Religiosas (TD de Fátima)  
13.00 TVI Jornal  
13.30 Dawson's Creek  
14.30 «A Segunda Lua de Mel» (de Larry Pearce, EUA/2000, com Roma Downey, Tim Matheson. Comédia)  
16.30 «Fuga para o Inferno» (de Deran Sarafian, EUA/1999, com Yasmine Bleeth, Jere Burns. Drama)  
18.30 Olho Vídeo  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Olhos de Água  
22.00 Big Brother  
00.30 «A Face do Terror» (de Mary Lambert, EUA/1997, com Tracey Gold, Perry King. «Thriller»)  
02.30 «Vermelho Escaldante» (de Paul Haggis, Canadá/1993, com Balhazar Getty, Carla Gugino. Drama)  
04.05 Grandes Esperanças

## Segunda, 21

## ▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil  
09.30 Praça da Alegria  
12.25 Regiões  
13.00 Jornal da Tarde  
13.55 Emoções Fortes  
15.30 Vidas Cruzadas  
16.30 Ramona  
17.55 Quebra Cabeças  
18.40 Ajuste de Contas  
19.40 Regiões  
20.00 Telejornal  
21.05 Lotaria Nacional  
21.20 Mr. Bean  
22.00 Luís de Matos ao Vivo  
23.10 Jogo Falado  
24.50 24 Horas  
01.20 «Paixões Fatais» (de Stewart Maine/Peter Wells, N.Zelândia/1993, com Jennifer Ward Lealand, Kevin Smith. Drama)

## ▼ RTP 2

07.00 Hora Viva  
09.45 Espaço Infantil-Juvenil  
12.10 Euronews  
12.30 Itinerários  
13.00 2010  
14.00 Universidade Aberta  
14.30 Esquadra de Polícia  
15.30 Parlamento  
16.30 Informação Gestual  
17.30 Espaço Infantil  
18.30 Informação Religiosa  
19.00 Rotações  
19.30 Série «Horizon»  
20.25 Viver no Campo  
20.40 Por Outro Lado  
22.00 Acontece  
22.30 Jornal 2  
23.00 Snoops  
24.00 Artes de Palco: Bailado («As Quatro Estações», música de Vivaldi, com Rex Harrington e o National Ballet do Canadá)  
02.25 Andamentos

## ▼ SIC

08.00 Buérré  
10.00 SIC 10 Horas

08.00 Buérré  
10.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.10 A Próxima Vítima  
15.30 A Viagem  
16.40 Malhação  
17.40 Estrela Guia  
18.45 Um Anjo Cain do Céu  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 O Bar da TV  
23.00 Porto dos Milagres  
24.00 Noites Marcianas  
02.00 Noites Longas  
04.00 Portugal Radical

## ▼ TVI

08.30 Animação  
11.30 Tiro e Queda  
12.00 Big Brother  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Chiquititas  
15.30 Batatoon  
17.45 Big Brother II  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Super Pai  
22.00 Olhos de Água  
23.00 Mulheres de A a Zé  
23.45 Pretender  
00.45 Última Edição  
01.35 Strange World  
02.40 Net  
03.35 Line's  
04.05 Profiler

## ▼ TVI

08.30 Animação  
11.30 Tiro e Queda  
12.00 Big Brother  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Chiquititas  
15.30 Batatoon  
17.45 Big Brother II  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Super Pai  
22.00 Olhos de Água  
23.00 Mulheres de A a Zé  
23.45 Pretender  
00.45 Última Edição  
01.35 Strange World  
02.40 Net  
03.35 Line's  
04.05 Profiler

## Terça, 22

## ▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil  
09.30 Praça da Alegria  
12.25 Regiões  
13.00 Jornal da Tarde  
13.55 Emoções Fortes  
15.30 Vidas Cruzadas  
16.30 Ramona  
17.55 Quebra Cabeças  
18.40 Ajuste de Contas  
19.40 Regiões  
20.00 Telejornal  
21.05 Mr. Bean  
21.35 «Cassandra Crossing» (de George Pan Cosmatos, R.Unido-It-Alem/1976, com Sofia Loren, Richard Harris, Ava Gardner, Burt Lancaster. «Thriller»)  
23.40 «Sangue e Arena» (de Javier Elorrieta, Esp/1989, com Christopher Rydell, Sharon Stone, Ana Torrent. Drama)  
01.00 24 Horas  
01.30 Top Video  
02.20 «Selva, Mulheres.. e Macacos» (de Gerald Thomas, R.Unido/1970, com Sidney James, Frankie Howard. Comédia)

## ▼ RTP 2

07.00 Hora Viva  
09.45 Espaço Infantil-Juvenil  
12.10 Euronews  
12.20 Boletim Agrário  
12.30 Rotações  
13.00 O Lugar da História  
14.00 Esquadra de Polícia  
15.00 Artigo 37  
16.30 Informação Gestual  
17.40 Espaço Infantil  
18.30 Informação Religiosa  
19.00 Bombordo  
19.30 Horizon: Moon Children  
20.25 Viver no Campo  
21.00 O Triunfo dos Porcos  
22.00 Acontece  
22.30 Jornal 2  
23.10 Conversa Privada  
24.00 «O Prisioneiro das Montanhas» (de Sergei Bodrov, Rússia-Cazaq/1995, com Oleg Menshikov, Sergei Bodrov Jr. Drama)  
01.45 Rotações

## ▼ SIC

08.00 Buérré  
10.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.10 A Próxima Vítima  
15.30 A Viagem  
16.40 Malhação  
17.40 Estrela Guia  
18.45 Um Anjo Cain do Céu  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 O Bar da TV  
23.00 Porto dos Milagres  
24.00 Noites Marcianas  
02.00 Noites Longas  
04.00 Portugal Radical

## ▼ TVI

08.30 Animação  
11.30 Tiro e Queda  
12.00 Big Brother  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Chiquititas  
15.30 Batatoon  
17.15 Mulheres de A a Zé  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Olhos de Água  
21.30 Big Brother - Debate  
00.20 Mulheres de A a Zé  
01.05 Ally McBeal  
02.05 Última Edição  
02.50 Line's  
03.20 Profiler

## ▼ TVI

08.30 Animação  
11.30 Tiro e Queda  
12.00 Big Brother  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Chiquititas  
15.30 Batatoon  
17.45 Big Brother II  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Super Pai  
22.00 Olhos de Água  
23.00 Mulheres de A a Zé  
23.45 Pretender  
00.45 Última Edição  
01.35 Strange World  
02.40 Net  
03.35 Line's  
04.05 Profiler

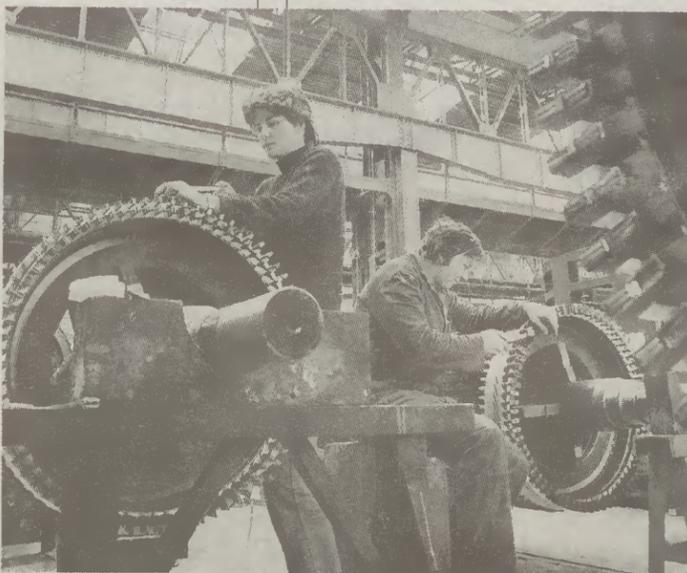
## Quarta, 23

## ▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil  
09.30 Praça da Alegria  
12.25 Regiões  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Emoções Fortes  
15.30 Vidas Cruzadas  
16.30 Ramona  
17.55 Quebra Cabeças  
18.40 Ajuste de Contas  
19.40 Futebol: Liga dos Campeões / Final  
21.35 Telejornal  
22.30 «Batman Regresa» (de Tim Burton, EUA/1992, com Michael Keaton, Danny DeVito, Michelle Pfeifer. Aventuras)  
24.40 Maiores de 20  
01.10 24 Horas  
01.50 «Sermões - A História de António Vieira» (de Júlio Bressane, Brasil/1989, com Othon Bastos, Bia Nunes, Caetano Veloso. Drama. Biográfico)

## ▼ RTP 2

07.00 Hora Viva  
09.45 Espaço Infantil-Juvenil  
12.10 Euronews  
12.30 Andamentos  
13.00 O Triunfo dos Porcos  
14.00 Esquadra de Polícia  
15.00 Euronews  
15.30 Travessa do Cotovelo  
16.30 Informação Gestual  
17.45 Espaço Infantil



18.30 Informação Religiosa  
19.00 Onda Curta  
19.30 Série «Horizon»  
20.10 Viver no Campo  
20.30 Livres e Iguais  
22.00 Acontece  
22.30 Jornal 2  
23.00 Fenómeno  
24.00 Sinais do Tempo  
01.00 Departamento de Homicídios

## ▼ SIC

08.00 Buérré  
10.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.10 A Próxima Vítima  
15.30 A Viagem  
16.40 Malhação  
17.40 Estrela Guia  
18.45 Um Anjo Cain do Céu  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 O Bar da TV  
23.00 Porto dos Milagres  
24.00 Noites Marcianas  
02.00 Noites Longas  
04.00 Portugal Radical

## ▼ TVI

08.30 Animação  
11.00 Tiro e Queda  
11.30 Big Brother II  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Chiquititas  
15.00 Olho Vídeo  
15.30 Batatoon  
17.15 Mulheres de A a Zé  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Olhos de Água  
21.30 Big Brother - Debate  
00.20 Mulheres de A a Zé  
01.05 Ally McBeal  
02.05 Última Edição  
02.50 Line's  
03.20 Profiler

Nota: A Redação não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

## TVisto

Correia da Fonseca

## Ontem, hoje, a mesma luta

Por alturas do passado 1.º de Maio, não exactamente nesse dia mas na quinta-feira que se lhe seguiu, «Artigo 37» tomou como tema as lutas dos trabalhadores de 1886 para cá, e também a situação do combate sindical perante o hipercapitalismo globalizado do mundo actual. Uma primeira parte do programa foi preenchida, e admiravelmente preenchida, com um filme acerca do massacre de Fourmies, França, perpetrado

Lima denunciou o discurso alimentado pelos grandes grupos económicos visando transformar os trabalhadores em consumidores e, um pouco mais adiante, recordou que a participação dos trabalhadores portugueses nas empresas é a mais baixa da Europa. Marinús Pires de Lima identificou a unidade sindical como sede de uma das mais relevantes forças dos trabalhadores na sua luta, pelo que logo se constituiu em alvo prioritário na estratégia patronal. António Casimiro Ferreira acentuou que os direitos dos trabalhadores, como tais, são parte integrante dos Direitos do Homem.

## O embuste e a agravante

Este breve arrolamento do que se ouviu no decurso do programa àqueles cinco especialistas é, naturalmente, apenas uma pequena parte do proveito arrecadado pelo telespectador que tenha tido o bom senso de ficar na TV 2 naquele final de serão. Contudo, é forçoso salientar que todas aquelas questões, mais as que não houve tempo de abordar mas era inevitável lembrar ao menos por associação de ideias, se revestiam de um interesse geral e, por consequência, só por uma surda intenção de boicote que nem diante de si próprio se quer assumir podem ser exiladas para um canal de audiência mínima. Afinal, chamar «generalistas» a canais que sistematicamente excluem quanto seja profundamente sério e útil, quanto tenha a ver com a generalidade dos telespectadores, e atribuir exclusivo acesso à antena de programas analgésicos e estorolas, demagógicos e enganosos, é uma vigarice vocabular, uma armadilha para ludíbrio do público incauto. O pior é que não é uma vigarice miúda, de pequenina delinquência, praticada apenas para que uns ricaços que controlam Tv's embolsem mais uns dinheiros. O que se passou agora em Itália com um desses sujeitos, embora só por uma avaliação muito superficial possa ser imputado apenas à posse de três importantes canais de televisão, permite entender melhor a dimensão do crime e das suas consequências. Há, porém, mais qualquer coisa a dizer: é que o crime tem agravante, e pesada, quando praticado por uma estação de capitais estatais especialmente obrigada a comportar-se no sentido do interesse público. É, bem se sabe, o caso da RTP. Não é de mais suspeitar de que o receio de que ela se lembre um dia de cumprir os seus deveres entre nos motivos que levam a direita a reclamar sem descanso a sua privatização, ideia que parece tonta em terra onde as receitas publicitárias mal chegam para os canais privados já existentes. Pelos vistos, contudo, o receio é excessivo e sem fundamento. A transmissão quase clandestina deste «Artigo 37» veio confirmá-lo mais uma vez.

em finais do século XIX contra civis que reclamavam a libertação de operários presos por reivindicarem a semana de 48 horas. Numa segunda parte houve uma conversa com cinco sociólogos que trabalham em diversas universidades: António Casimiro Ferreira, Elísio Estanque, Maria da Paz Campos Lima, Maria Teresa Rosa e Marinús Pires de Lima. Ali foram abordadas questões fundamentais para qualquer de nós; foram ouvidas palavras esclarecedoras e, exactamente porque o são, raras na TV portuguesa. Porém, como se adivinha, filme e conversa passaram despercebidos à esmagadora maioria dos telespectadores portugueses. E não terão sido poucos os que, tendo sintonizado por inadvertência o programa de Diana Andringa, logo dele se afastaram com um resmungo inspirado numa das já famosas frases da mediática Teresa Guilherme: «Isso agora não interessa nada!» É que a TV já amestrou a generalidade do seu público para que se afaste dos poucos programas que, precisamente, interessam, sim. Teresa Rosa salientou que por vezes alguns trabalhadores dão sinais de algum desapego pelo cumprimento do horário de trabalho desde que entendam manter-se condições de acesso ao consumo que, como referiu Elísio Estanque, lhe é oferecido como compensação para esbulhos de que é alvo. Foi também Elísio Estanque a lembrar que a expressão «classe operária» foi condenada ao desuso e que são muitos os patrões que diabolizam os sindicatos. Maria da Paz Campos

## A talhe de foice

• Henrique Custódio

# Até que parta

O «politicamente correcto» anda por aí à solta em todo o esplendor.

Uma semana depois de ter assassinado centenas de civis no Caxito, Savimbi fez chegar às redacções portuguesas um comunicado lambuzando com afirmações pacíficas o sangue que derramou dias antes, chegando ao requinte de prometer «um inquérito» ao «alegado rapto» dos 60 adolescentes. Os amigos de serviço apressaram-se a saudar a boa vontade de Savimbi com a mesma desfaçatez com que ignoraram os seus crimes da semana anterior e até os noticiários difundiram a boa nova sem vislumbrar qualquer nexó entre a expedição assassina do Caxito e a «operação de paz» que se lhe seguiu.

Com igual objectividade foi esta semana acompanhado o acto eleitoral em Itália. Estas eleições, que haviam de dar a vitória a um mafioso encartado, sofreram no passado domingo as mais extraordinárias tropelias: o fecho das urnas, marcado para as sete da tarde, foi sucessivamente protelado até às quatro da madrugada, mesmo assim indeterminadas multidões de eleitores regressaram furibundas a casa por não conseguirem votar enquanto outras, mais enfurecidas, defenestravam democraticamente as assembleias de voto.

Acontecesse um décimo disto em Angola ou na Jugoslávia, no Burundi ou na Polónia, e o que não teríamos de condenações internacionais e acusações de fraude pelos politicamente correctos que decidem e difundem o que os povos devem pensar. Como tudo se passou na sexta economia do planeta, a coisa foi vista pelo prisma da «idiosincrasia italiana».

Entretanto, o regresso à chefia do governo italiano de um aventureiro que só não está preso pelos mais diversos crimes e burlas porque a «coligação de esquerda» que lhe sucedeu no executivo, em vez de o conduzir aos tribunais, preferiu deixá-lo apropriar-se da maior fortuna de Itália, não perturba as chancelarias da União Europeia e apenas lhes segrega lateralidades como «a preocupação com o efeito Bossi».

Como se o problema de uma inundação devastadora na democracia italiana estivesse na desarrumação da paisagem.

Igualmente sossegados ficaram argutos comentadores, briosos jornalistas de investigação e os mais diversos paladinos da justiça social que governam na Europa quando ouviram, também esta semana, os 70 homens mais ricos do Reino Unido agradecerem a Tony Blair a determinante ajuda da sua «3.ª via para o socialismo» no aumento e consolidação das suas fortunas colossais.

Tal como não se interrogaram até hoje perante a misteriosa ascensão de Silvio Berlusconi, um animador pimba de cruzeiros de luxo que, em pouco mais de 20 anos, se transformou no homem mais rico de Itália.

Para os novos guardiães da «democracia social» — tão felizes a decretar o fim da História e da luta de classes como a enclausurar a luta emancipadora dos povos na gaiola dourada do «politicamente correcto», que julgam ter construído para dominar ad aeternum sobre os escombros da utopia comunista —, para estes pragmáticos reformadores do mundo e dos homens já nem a reflexão de Garrett em meados do século XIX faz sentido, quando este interpelava em *Viagens na Minha Terra*:

«Pergunto aos economistas políticos, aos moralistas, se já calcularam o número de indivíduos que é forçoso condenar à miséria, ao trabalho desproporcionado, à desmoralização, à infâmia, à ignorância crapulosa, à desgraça invencível, à penúria absoluta, para fazer um rico?»

No «politicamente correcto», moderno e social, até Garrett já é subversivo, quicá um criptocomunista que, à semelhança dos seus desfasados *compagnons de route*, ainda não percebeu 150 anos depois que o mundo é global e dinâmico. O actual mundo «politicamente correcto» é o da oportunidade para todos. Que é como quem diz, a oportunidade inesgotável para todos os oportunistas. Até que a corda parta, como é uso em qualquer abuso...

Ministério restringe matrículas apesar da grande procura das empresas

## EPPET quer crescer

**Pais e alunos obtiveram o compromisso escrito de que a escola de Telheiras vai continuar pública durante o próximo ano lectivo, mas exigem mais garantias e melhores condições.**

A Associação de Pais da Escola Pública Profissional de Electrónica e Telecomunicações (EPPET) congratula-se com a decisão do Ministério da Educação de manter a instituição pública no próximo ano lectivo, mas contesta o barramento das matrículas a novos alunos.

Os pais e encarregados de educação defendem que não se devia diminuir o número de alunos, mas sim aumentar, já que as empresas de telecomunicações e informática solicitam anualmente à EPPET cerca de 100 forma-

dos, mas só lhes pode ser fornecidos 20.

Nestas circunstâncias, exigem que o número de alunos passe dos actuais 88 para 144 e que sejam instituídas duas turmas em cada ano. «Atendendo ao sucesso desta escola, o Ministério da Educação deveria mesmo criar novos pólos, um pouco por todo o País», afirmou à agência Lusa, Manuel Costa, da associação de pais.

Encarregados de educação e estudantes pedem instalações maiores e melhores e a construção de um laboratório

**Os pais pedem melhores instalações e um novo laboratório**

de físico-química, no valor de quatro mil contos, para poderem ter mais aulas práticas.

O Ministério já deu uma resposta: não há dinheiro para o laboratório. Mas a associação de pais não se contenta com estas afirmações e contactou a Câmara Municipal de Lisboa no sentido de encontrar uma solução para as novas instalações da escola. A autarquia mostrou-se disponível e afirmou apoiar a causa.

**Recuo**

Graças à luta de alunos e pais, a EPPET mantém-se pública pelo menos durante mais um ano lectivo, mantendo o actual regime de funcionamento e não entregando a instituição ao privado Institu-

to de Educação Técnica (INETE).

Mas a Direcção Regional de Educação de Lisboa (DREL) já informou que vai proceder a contactos com «outras entidades interessadas em associar-se à EPPET, como entidades titulares.»

«As propostas das entidades interessadas deverão ser comparadas com as condições apresentadas pelo INETE, no sentido de um projecto viável e de qualidade no quadro de uma instituição sustentável», lê-se na carta da DREL à associação de pais.

Recorde-se que o Ministério da Educação pretendia entregar a EPPET para a INETE, decisão prontamente contestada por encarregados de educação, que consideraram o processo de ser pouco transparente, visto não ter sido aberto concurso público.

## Protesto no Porto contra retaliações na PT

Várias dezenas de jovens trabalhadores da Portugal Telecom concentraram-se à porta das instalações da empresa, no Porto, na segunda-feira, em protesto contra as represálias de que estão a ser alvo por parte da administração e pela manutenção do seu posto de trabalho.

Após terem sido ilegalmente despedidos pela PT em 1999, conforme posterior acção em tribunal veio comprovar, a empresa teve forçosamente de reintegrar estes trabalhadores nos seus quadros.

Agindo de forma arrogante e provocatória, a PT colocou os 26 jovens num compartimento que denominou de «Sala Interactiva de Inactividade Temporária», fazendo-os permanecer lá durante todo o dia sem lhes atribuir quaisquer funções. Esta situação arrastou-se durante semanas, numa intenção clara de quebrar psicologicamente os trabalhadores, ao que se seguiu uma outra posição retaliatória: a decisão de transferir cerca de metade destes jovens para as instalações em Bragança e os restantes para Abrantes.

O primeiro grupo de trabalhadores partiu já para Bragança em finais de Abril e, não obstante estar em marcha uma providência cautelar, a PT prepara-se para transferir os trabalhadores destacados para Abrantes já nas próximas semanas, estando mais de 80 pessoas a aguardar actualmente o seu futuro na «Sala Interactiva de Inactividade Temporária».

Susana Gomes é uma das trabalhadores que fez parte do primeiro grupo transferido para Bragança. Estudante do ensino nocturno numa instituição superior privada, no Porto, Susana tem de continuar a pagar as propinas para não perder a matrícula, apesar de já ter reprovado por faltas.

Na sua situação, ou com família constituída, encontra-se uma grande parte destes

tismo, ameaçando inclusive os trabalhadores com a importância da empresa que, segundo um dos seus responsáveis, é a maior do país e gasta milhões em publicidade nos órgãos de comunicação social, afirmando assim a inutilidade da tentativa dos trabalhadores de dar relevo público à contestação.

«O que está verdadeiramente em causa é um ajuste



Os trabalhadores colocados na «Sala Interactiva de Inactividade Temporária» estão em protesto

trabalhadores que vêm agora a sua vida transtornada. Carlos Valente, um dos trabalhadores que está destacado para Abrantes, confirma o carácter retaliatório desta decisão da PT e afirma a reivindicação dos trabalhadores em permanecerem nos postos de trabalho para os quais foram contratados.

A ilegalidade desta decisão de deslocação, comprovada na legislação laboral e admitida pela própria Inspeção-Geral do Trabalho, não impede a PT de tentar prosseguir os seus intentos e de exibir a sua arrogância e o seu despo-

de contas», afirmou ao *Avante!* Hernâni Marinho, da Direcção do SINTTAV. «A própria IGT já concluiu que o objectivo da empresa é provocar os trabalhadores enquanto continua a tentar aliciá-los com indemnizações para deixarem o seu posto de trabalho», denunciou aquele dirigente sindical.

O PCP está nesta luta e Honório Novo, deputado na Assembleia da República, já apresentou um requerimento que denuncia o comportamento da PT e em relação ao qual questiona o Governo do PS.

## Carvalhas na «Escola Aberta»

Nas terça e quarta-feiras, a EPPET abre as suas portas a todos os que a queiram visitar. É a «Escola Aberta», iniciativa que se repete há já alguns anos e que acolhe os visitantes com os trabalhos dos alunos, acompanhados pelas devidas explicações.

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, o deputado comunista Bernardino Soares e o vereador da Educação da Câmara Municipal de Lisboa, António Abreu, já marcaram a visita à escola para terça-feira.

A EPPET fica na Rua Professor Delfim Santos, 9-C, em Telheiras, Lisboa.

## Associação de Amizade Portugal-Cuba

A propósito do 40.º aniversário da vitória de Giron, a Associação promove um encontro com o Embaixador Reinaldo Calviac sobre a situação política internacional e a realidade cubana — dia 17 às 18.30 horas, nas instalações da FENPROF, Rua Fialho de Almeida, 3, 4.º, Lisboa. Informações pelo tel. 213 857 305.

